

CLEBER SANTOS VIEIRA

**Ensino Superior e Regime Militar no Brasil:
a trajetória da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca
(1963-1976)**

Dissertação apresentada a Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Franca, para a obtenção do título de Mestre em História (Área de Concentração: História e Cultura)

Orientadora: Prof^ª Dr^ª. Teresa M. Malatian

Franca

2001

Agradecimentos

Muitas pessoas estiveram envolvidas, direta e indiretamente, na realização deste trabalho. Algumas de maneira especial:

A professora Teresa Malatian, pelo acompanhamento intelectual, pelas críticas e, sobretudo, pela confiança sem as quais esse trabalho não teria sido possível.

A CAPES que concedeu bolsa de estudos no início do curso.

Aos entrevistados que acrescentaram um pouco de suas experiências individuais através das entrevistas.

Meus pais (Reginaldo e Walquíria), irmãos (Claudia, Claudio, Renaldo, Rosana, Rosângela, Daniela) e toda família. Mesmo muito distantes tenho certeza que estiveram sempre ao meu lado.

Colegas de faculdade que ao longo do tempo tornaram-se velhos companheiros (Wagner, Fábio, Tito, Márcio, Cristina).

Os novos colegas da Escola Estadual Pedro Casemiro Leite, que no dia-a-dia do árduo trabalho, demonstram ser possível acreditar na escola pública como pilar de uma sociedade mais justa e solidária.

Iara, mulher, amiga e companheira. Presente a cada degrau deste difícil percurso. Sempre com a mesma atenção e carinho. A ela uma dedicação mais que especial com muito amor.

tão logo os exércitos romanos ocupavam um novo país, os retores instalavam as suas escolas junto às tendas dos soldados. O retor seguia as pegadas do general vitorioso, da mesma forma que os generais seguiam as pegadas dos comerciantes e isso tanto nas areias da África, quanto nas neves da Bretanha. Plutarco descreveu com que habilidade foi necessário servir-se da educação para habituar os espanhóis a viverem em paz com os romanos: “As armas não tinham conseguido submetê-los, a não ser parcialmente; foi a educação que os domou.”¹

¹ PONCE, Aníbal. Educação e luta de classes. São Paulo: Cortez: Autores Associados. p.80

SUMÁRIO

Lista de tabelas.....	05
Lista de abreviaturas.....	06
Resumo.....	07
Introdução.....	08
1. Segurança nacional e educação	13
1.1. O Golpe Militar de 1964.....	14
1.2. O sistema repressivo.....	25
1.3. Diretrizes autoritárias para o ensino superior: da crise universitária à modernização autoritária.....	30
1.4. O debate amordaçado.....	38
1.5. A reforma universitária de 1968.....	44
2. Transformações no ensino superior isolado: o caso da FFCLF:	50
2.1. Origens.....	51
2.2. 1964, Franca e a FFCLF.....	65
2.3. A formalização do autoritarismo.....	73
2.4. Moral e civismo.....	82
2.5. A criação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e a extinção da FFCLF.....	90
3. O Instituto Isolado sob suspeita.....	97
3.1. O ciclo da informação.....	98
3.2. A dinâmica da repressão.....	102
3.3. Panfletos apócrifos e o suicídio do professor Dulemba.....	117
3.4. Triagem ideológica.....	122
3.5. Notas sobre o funcionamento do sistema repressivo.....	132
Considerações finais.....	138
Anexos.....	143
Fontes.....	150
Bibliografia.....	152

Lista de tabelas

Tabela 1 - Perfil do corpo docente da FFCLF.....	61
Tabela 2 - Relação de matrículas da FFCLF de 1963 a 1966.....	71
Tabela 3 - Dados referentes a estrutura da FFCLF em 1975.....	90

Lista de Abreviaturas

ALN – Ação de Libertação Nacional
 ARENA – Aliança Renovadora Nacional
 ASI – Assessoria de Segurança e Informação
 CASES – Coordenação de Administração do Ensino Superior
 CCC – Comando de Caça aos Comunistas
 CEE – Conselho Estadual de Educação
 CEIS – Comissão Especial de Investigação Sumária
 CENIMAR – Centro de Informação da Marinha
 CES – Comissão de Ensino Superior
 CESESP – Coordenadoria de Ensino Superior do Estado de São Paulo
 CIE – Centro de Inteligência do Exército
 CISA – Centro de Segurança e Informação da Aeronáutica
 CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa
 CPI – Cadastro de Pesquisa e Informação
 DEOPS – Departamento de Ordem Política e social
 DOI-CODI – Destacamento de Operações Internas – Coordenação de Operações e Defesa Interna
 DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social
 DSI – Divisão de Segurança e Informação
 EAPES – Equipe de Assessoria e Planejamento do Ensino Superior
 ESG – Escola Superior de Guerra
 ESNI – Escola Nacional de Informação
 FALN – Forças Armadas de Libertação Nacional
 FEB – Força Expedicionária Brasileira
 FFCLF – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Franca
 GTRU – Grupo de Trabalho sobre a Reforma Universitária
 IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
 IHSS – Instituto de História e serviço Social
 IIESESP – Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo
 IPES – Instituto de pesquisa e Estudos Sociais
 IPM – Inquérito Policial Militar
 ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica
 LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
 LSN – Lei de Segurança Nacional
 MDB – Movimento Democrático Brasileiro
 MOLIPO – Movimento de Libertação Popular
 MR-8 – Movimento Revolucionário Oito de Outubro
 OBan – Operação Bandeirantes
 ONP – Objetivos Nacionais Permanentes
 PAEG – programa de Ação Econômica do Governo
 PC do B – Partido Comunista do Brasil
 PCB – Partido Comunista Brasileiro
 PDC – Partido Democrata Cristão
 PRP – Partido Republicano Paulista
 PSP – Partido Social Progressista
 SNI – Serviço Nacional de Informação
 SOPS – Serviço de Ordem Política e Social
 TUFRA – TeatroUnversitário de Franca
 UDN – União Democrática Nacional
 UEE – União Estadual dos Estudantes
 UESF – União dos Estudantes Secundaristas de Franca
 UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
 UNB – Universidade de Brasília
 UNE – União Nacional do Estudantes
 UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
 USAID – United States Agency For Iternational Development
 USP – Universidade de São Paulo
 VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

Resumo

O presente trabalho analisa a história da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Franca no período compreendido entre 1963 e 1976. A abordagem foi elaborada a partir da interpretação de dados encontrados principalmente em dois tipos de fontes. Primeiramente as que documentaram o funcionamento daquela instituição no contexto de sua criação até o processo de sua extinção tais como atas, regimentos, prontuários, revistas, entre outros. Em segundo lugar, os arquivos dos órgãos de repressão, particularmente o DEOPS-SP, foram valiosas fontes para o desenvolvimento da pesquisa. Dossiês, fichas individuais, prontuários do DEOPS e de outros órgãos possibilitaram dimensionar as relações entre Estado e educação sob o ponto de vista da repressão. Como fonte complementar foram utilizadas entrevistas com os personagens envolvidos com os episódios selecionados para narrar a trajetória da FFCLF. Os registros confluíram a fim de evidenciar fragmentos da história dos institutos isolados de ensino superior no Estado de São Paulo e as iniciativas governamentais para administrar e superar tal modelo de ensino. A pesquisa demonstra que a fórmula encontrada acompanhou a conjuntura política instaurada no Brasil em 1964. Assim, a trajetória da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Franca revela as incursões da ordem autoritária em seu cotidiano, bem como a ação dos indivíduos que o compunha para repudiar ou interiorizá-la.

Palavras-chave: Ensino superior, reforma universitária, institutos isolados, regime militar, repressão, polícia política, Franca, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Introdução

Analisar a trajetória da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca significa penetrar no complexo universo das relações entre Estado e educação. O fenômeno envolve desde as diretrizes políticas dos governos constituídos e suas variações temporais, até suas manifestações nas extremidades do sistema educacional, com suas peculiaridades e múltiplos interesses de grupos e agentes sociais. Neste trabalho serão examinados os pontos de conexão entre o regime militar e o ensino superior, tendo por fio condutor os elementos históricos constitutivos da FFCLF.

Darcy Ribeiro², ao pesquisar os desafios do ensino superior nas sociedades latino-americanas na década de sessenta, propõe um instigante referencial analítico. Para ele as relações internas e externas das instituições: são *funcionais*, quando desempenham os papéis que lhes foram atribuídos relativamente à perpetuação ou alteração do sistema social, em consonância com o progresso da sociedade em que se encontram; são *disfuncionais*, quando, contrariamente, aqueles papéis são descuidados e também quando, por descaminhos de sua própria orientação, perpetuam situações anacrônicas, dificultando as mudanças adaptativas.

Essa reflexão faz surgir outros horizontes analíticos. O regime militar instaurado no Brasil em 1964 implantou um modelo de ensino universitário em função do desenvolvimento capitalista e em função da situação histórica global, demarcada política e ideologicamente pela Guerra Fria. Coexistiram, pois, dois níveis de exigência para as instituições de ensino superior: segurança nacional e desenvolvimento. O primeiro buscou anular a crescente politização do segmento universitário e frear a força dos movimentos

² RIBEIRO, Darcy. A universidade necessária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

sociais no interior das faculdades; o segundo teve por intuito moldar a estrutura universitária de acordo com os interesses das empresas privadas e da burocracia estatal.

Contudo, uma unidade de ensino específica pode ter executado em maior grau a política de contenção do comunismo e estar integrada ao planejamento educacional numa escala muito inferior, e vice-versa. Portanto, as instituições não são revestidas exclusivamente por características funcionais ou disfuncionais, mas, em suas existências históricas, podem *combinar* caracteres funcionais e disfuncionais.

É esse também o termômetro para medir a força da intervenção da repressão policial ou militar nas instituições. A resistência ou o conformismo dos protagonistas em relação ao regime militar delineou as técnicas utilizadas pelo sistema repressivo. Interpretar a variação desse processo é, antes, considerar os desníveis no desenvolvimento de cada instância de ensino imersa no conjunto social. Há casos que - pela repercussão violenta do período pós-64 e pela brava resistência, até o limite do expurgo, da tortura ou mesmo da vida de alguns indivíduos contra os poderes discricionários - são exemplares.

A Universidade de Brasília, considerada juntamente com o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), simboliza a grande realização em matéria de ensino superior do período populista. Após o golpe foi invadida pela polícia militar em três ocasiões: 1964, 1965 e 1968. Na segunda vez em que a polícia política interveio foram demitidos de forma compulsória 19 professores, aos quais se juntaram, em 19 de outubro de 1965, mais 210 - dessa vez como um gesto solidário, inconformista³. No ano anterior, julho de 1964, a comunidade acadêmica da UFMG ensaiou protesto semelhante, desfazendo a deposição do reitor Aluisio Pimenta e suspendendo a intervenção militar no *campus*.⁴

3

⁴ PIMENTA, Aluisio. *Universidade: a destruição de uma experiência democrática*. Petrópolis: Vozes, 1984.

Houve também casos de instituições que se notabilizaram pela forte incompatibilidade de posição dos seus agentes em relação ao regime militar. Do corpo docente da Universidade de São Paulo saíram dois Ministros da Justiça, nomeados por generais: Alfredo Buzaid e Luís da Gama e Silva. Na mesma universidade, armou-se considerável parcela do segmento estudantil contra o autoritarismo.

Aliás, como indica a pesquisa *Brasil Nunca Mais*⁵, dos 4.776 réus envolvidos na resistência ao regime militar, cujo nível de escolaridade aparecia registrado nos processos, 2.491 possuíam grau universitário. Ou seja, mais da metade havia atingido a universidade, num contexto nacional em que pouco mais de 1% da população chegava até ela. De acordo com a mesma pesquisa, a resistência ao regime militar foi um fenômeno tipicamente urbano, pois do total de réus, 7.367, a esmagadora maioria, 4.077, residia nas capitais.

Se for considerado apenas 1968, ano de maior fluxo das mobilizações universitárias, o número de matrículas nas faculdades e universidades brasileiras somava 80.000. Portanto, considerando os dados do *Brasil Nunca Mais*, a massa universitária empenhada na oposição aos governos militares atingiu a marca de 3,11% do total de matrículas. Nesse sentido, é possível deslocar o foco de análise para os contextos sociais, ou parte deles, constituídos pelos outros expressivos 96,89% da população estudantil.

A trajetória da FFCLF demonstrará que um estabelecimento educacional, além de ser *quem*, também é *o quê*. Como analisou Luís Carlos Menezes⁶, uma instituição é *quem* concretamente: o coletivo de pessoas que desenvolvem e realizam seus objetivos institucionais; mas ela é *o quê* abstratamente: uma instituição fundada e mantida por uma sociedade, em função de uma convicção geral sobre seu caráter essencial para a vida comunitária ou para o sentido da própria nação.

⁵ ARQUIDICIOSE DE SÃO PAULO. Brasil: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1985.

⁶ MENEZES, Luis Carlos. Universidade sitiada. SP: Fundação Perseu Abramo, 2.000.

Nesse sentido as instituições de ensino superior não são meros produtos históricos resultantes de projetos, assim como as transformações, debates e embates educacionais não são estendidos uniformemente por todas os segmentos sociais. O sentido desses fenômenos pode ser encontrado na relações históricas entre a estrutura das faculdades e os agentes e grupos sociais que dinamizam o seu cotidiano institucional. Nos termos de Bourdieu⁷, a história das instituições educativas são correlativas a história das formações sociais correspondentes.

Nessa perspectiva, a FFCLF apresenta-se como extensão da brusca mudança do modelo acadêmico original das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, nas múltiplas tentativas de adaptá-lo ao sistema do ensino superior brasileiro. Sua criação representa um resíduo histórico do período populista em que a insuficiência quantitativa do ensino superior foi resolvida por injunções políticas preocupadas, sobretudo, com ganhos eleitorais, mas pouco compromissadas em edificar padrão acadêmico capaz de fomentar o desenvolvimento científico no país.

A interpretação dos dados referentes à história da FFCLF permite incursões na política educacional traçada pelos governos militares. O estudo está dividido em três partes. O primeiro capítulo busca inserir os impasses vivenciados pelo padrão de ensino superior brasileiro no panorama histórico compreendido entre 1945 e 1964. As discussões para superá-lo somente cessaram no apagar das luzes de março de 1964, quando os militares ascenderam ao poder político. Nesse momento os calorosos debates acerca dos destinos da universidade brasileira esfriaram, foram amordaçados. A reforma universitária conheceria novos rumos e novos protagonistas. Ao invés do embate de opiniões, a harmonia entre técnicos norte-americanos, mensageiros do capitalismo internacional, e os generais brasileiros, “guardiães da democracia”. As mudanças passam a ser fixadas de acordo com os

⁷ BOURDIEU, Pierre. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982

propósitos da segurança nacional e do desenvolvimento econômico. O principal enfoque analítico é a compreensão do sistema de ensino superior como uma peça no conjunto de mudanças denominado modernização autoritária.

O segundo capítulo aborda a história institucional da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca. O momento de fundação em 1963 é caracterizado pela desorganização sistêmica dos institutos isolados. O exame dessa conjuntura contribui para delinear fragmentos históricos do processo de expansão do ensino superior no Estado de São Paulo. A fase do arranjo de sua estrutura institucional, a partir de 1964, possibilita compreender as investidas do regime militar, tendo como referência os fatores imediatamente anteriores e posteriores à reforma universitária de 1968, que formataram legalmente a modernização autoritária na esfera do ensino superior. A etapa de extinção da FFCLF, em 1976, permite visualizar os impactos da integração e racionalização da presença de faculdades públicas no interior paulista, cuja forma acabada foi a criação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

Durante o regime militar, as técnicas de controle e vigilância acionadas pela polícia política foram difundidas como necessidade histórica da nação contra a difusão do comunismo. Por isso, no último capítulo, a FFCLF aparece, como estava toda a sociedade perante a polícia política, sob suspeição. Enfatiza-se a questão de como as técnicas e procedimentos de repressão atuaram preventivamente no controle e vigilância dentro da situação histórica global, isto é, o regime militar, até o seu deslocamento para microconjunturas específicas, respondendo a determinadas necessidades conjunturais. A ação repressiva é analisada conforme o proposto por Foucault⁸, isto é, historicamente, partindo de baixo, a maneira como os mecanismos de controle puderam funcionar.

⁸ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996. p.185

Capítulo 1

Segurança Nacional e Educação

1.1. O golpe Militar de 1964

A América Latina enfrenta, atualmente, ameaças mais reais do que em qualquer outro período, ameaças que poderiam resultar em insurreições, tentativas de distúrbio (embora não abertamente), para implantar um governo favorável à ideologia comunista, constituindo um período grave e urgente para a unidade e a segurança do mundo americano e ocidental.⁹

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial os militares brasileiros esboçavam um planejamento de segurança nacional que, interrelacionado ao desenvolvimento econômico, fosse capaz de enfeixar os desdobramentos advindos da guerra fria. Superado o problema do nazifascismo, as atenções da política de controle interno recaíram novamente sobre a representação do comunismo.

As investidas das forças armadas incidiam na necessidade de edificação de um Estado forte, a fim de posicionar-se em relação às pressões decorridas do conflito entre as duas superpotências mundiais. No caso do Brasil, significou a opção pelo anticomunismo e, conseqüentemente, o alinhamento com os EUA. A origem desse processo remonta à participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial¹⁰. No decorrer do conflito os Estados Unidos facilitaram os programas de cooperação policial e militar, oferecendo estágios e cursos a oficiais brasileiros. O treinamento norte-americano de militares e policiais tinha, como observou Marta Huggins, “*o propósito de atuar como mecanismo para ganhar controle político sobre os sistemas de segurança interna dos países beneficiados*”.¹¹

⁹ SILVA, Golbery do Couto. Geopolítica do Brasil. RJ: José Olympio, 1967.

¹⁰ Em agosto de 1942 o Brasil declarou estado de guerra contra a Alemanha e a Itália. Em 1943 foi montada a Força Expedicionária Brasileira que chegou a combater em campos italianos contra o nazifascismo. Participaram da FEB os generais Golbery Couto e Silva, Humberto de Alencar Castelo Branco, Mascarenha de Moraes, entre outros.

¹¹ HUGGINS, Martha K. Polícia e política: relações Estados Unidos América Latina. SP: Cortez, 1998. p.22.

Favorecidos pela Doutrina Truman, a qual prescrevia que a segurança dos EUA estava em jogo em qualquer lugar onde o comunismo ameaçasse impor-se, os acordos militares entre Brasil e Estados Unidos foram intensificados. A importância geopolítica fez com que o Brasil constituísse um modelo para o planejamento antiinsurrecional na América Latina, cujo alicerce foi a ideologia de segurança nacional.

A Escola Superior de Guerra foi o órgão responsável por organizar e difundir os princípios de segurança nacional. Criada em 1949, sob jurisdição do Estado Maior das Forças Armadas, a ESG foi idealizada pelo núcleo dos oficiais militares que estiveram presentes na Força Expedicionária Brasileira (FEB), com destaque para Golbery do Couto e Silva. Foi projetado, a partir do similar norte-americana, o National War College. Por segurança nacional a ESG entendia:

(...) o grau de garantia que – através de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares – o Estado proporciona, em determinada época, à nação que jurisdiciona para a conquista ou manutenção dos objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos ou pressões existentes ou potenciais.¹²

Por este princípio a segurança nacional passava a abranger, além da proteção territorial contra agressores externos, o controle social interno, tendo como alvo predileto o perigo representado pela infiltração do movimento comunista internacional. Portanto, o planejamento de segurança foi definido a partir de critérios geopolíticos e de definição do inimigo interno, com a finalidade de viabilizar os objetivos nacionais.

Ainda de acordo com a ESG¹³, os Objetivos Nacionais representam a cristalização de interesses e aspirações que uma nação busca satisfazer. Dentre estes, os Objetivos Nacionais Permanentes (ONP) representam os interesses e aspirações vitais que subsistem durante longo período de tempo. No caso brasileiro, os ONP foram definidos como

¹² ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Manual Básico. Departamento de Estudos. Estado Maior das Forças Armadas, 1975. p.234

¹³ Ibidem. p.29-57.

sendo os valores da integridade territorial, de integração nacional, de democracia, de progresso, de paz social e de soberania.

Na visão dos militares, devido à conjuntura de bipolaridade mundial, todos os valores nacionais estavam sob a ameaça do comunismo. Joseph Comblin interpretou essa questão como sendo o cerne da ideologia de segurança nacional, pois a ampla dimensão do problema dos antagonismos internos justificava a necessidade da presença militar por todo o corpo social:

(...) o comunismo pode aparecer em todos os setores da sociedade; para lutar contra ele é preciso um conceito muito flexível (...) a segurança nacional é a força do Estado presente em todos os lugares em que haja suspeita do fantasma do comunismo. Às vezes atacam um objetivo: às vezes outro: à onipresença do comunismo responde a onipresença da segurança nacional.¹⁴

No plano interno, a incipiente experiência de regime democrático que vigorou entre 1945-1964 mostrou-se frágil e instável. Houve a politização dos setores sociais urbanos e rurais, porém sem o necessário fortalecimento das instituições políticas. As variações no poder executivo são fortes indícios da instabilidade política que caracterizou a época. Presidentes da república foram depostos em três ocasiões: Vargas, em 1945 e 1954, e João Goulart, em 1964. A isso somaram-se duas fracassadas tentativas de golpe: em 1955, para impedir a posse de JK, e em 1961, quando o mesmo procedimento foi tentado contra João Goulart.

Em todos os episódios sobressaiu a participação das forças armadas. A permanente recorrência da intervenção militar no sistema político em situações de crise é, de acordo com Stepan¹⁵, característica dos países que adotam um padrão de relação entre civis e militares em que os últimos assumem o papel de poder moderador. Por quatro vezes as forças armadas ratificaram as funções do poder moderador, destituindo os chefes do poder executivo

¹⁴ COMBLIN, Pe. Joseph. A ideologia de segurança nacional. O poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p.55.

¹⁵ STEPAN, Alfred. Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira. RJ: Artenova, 1975.

e transferindo-o para grupos políticos civis, em geral do espectro de direita e conservador. A exceção foi em 1964, quando este padrão foi rompido e os militares assumiram o comando político do país.

Contudo, o ponto de partida para o golpe militar de 1964 pode ser localizado em 1961, ano no qual instaurou-se um conjunto de crises comprometedoras da normalidade das instituições políticas e administrativas do país, que perdurou ao longo do triênio subsequente. Gláucio Dillon Soares considera que:

A renúncia de Jânio colocou o Brasil, em particular os militares, diante da possibilidade de ser presidido por um político de esquerda com claras vinculações com o aparelho sindical e relações cordiais com os comunistas. A fê anticomunista, que permeava e permeia a corporação militar, se sentiu encurralada.¹⁶

A recusa dos ministros militares em aceitar Jango na presidência foi revestida pela intenção golpista. A rede da legalidade constitucional pró João Goulart, liderada por Leonel Brizola, atraiu o comando militar do III Exército. O temor de uma guerra civil, provocado pela desunião da corporação militar, obrigou os golpistas ao recuo. Porém, articulados com setores políticos conservadores, em especial os reunidos na União Democrática Nacional (UDN), impuseram restrições ao poder político da presidência da república, criando o parlamentarismo. Essas limitações seriam anuladas no ano seguinte pelo plebiscito nacional, que optou pelo restabelecimento do presidencialismo.

À ebulição política vivida pelo país é importante acrescentar as características assumidas pela conjuntura internacional da guerra fria no início da década de sessenta. A revolução cubana, ocorrida em 1959, colocou o conflito mundial numa área geográfica muito próxima das demais nações da América Latina. A invasão frustrada da Baía dos Porcos por exilados auxiliados por norte-americanos e a crise dos mísseis cubanos acirrou

¹⁶ SOARES, Gláucio Ary Dillon. O Golpe de 64. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon (et alli). 21 anos de Regime Militar: Balanços e Perspectivas. RJ: FGV, 1994. pp- 09-51.

o confronto e colocou o mundo à beira da guerra nuclear. Conforme assinalou Daniel Aarão Reis Filho, “*o hálito quente da revolução aquecia a nuca das elites latino-americanas, tirando-lhes o sono.*”¹⁷

De acordo com Soares o golpe de 1964 foi uma conspiração dos militares apoiada por grupos econômicos brasileiros. Como razões preponderantes para o golpe, os militares incluem caos, anarquia, desordem, instabilidade política, greves e paralisia decisória instaurada no país entre 1961 e 1964. Em semelhante grau de importância estariam fatores como o crescimento do movimento sindical e das organizações de esquerda. A quebra da autonomia e da hierarquia militar teriam sido o fator precipitante.

O golpe militar de 31 de março de 1964 alocou no poder os formuladores da ideologia de segurança nacional. Assim, foi institucionalizada a visão de mundo que considerava ser indissociável o progresso material e econômico do Brasil do forte controle social contra a desordem e a subversão. Seriam esses, de acordo com os golpistas, os meios para garantir a manutenção das instituições democráticas, restabelecer a ordem e conter o processo subversivo em curso no país. Iniciou-se, então, a longuíssima transição histórica entre o “caos” e a “democracia”, comandada pelas forças armadas, com seríssimas conseqüências para a sociedade, em particular, para o cenário político. A visão de mundo dos militares, enunciada pela ideologia de Segurança Nacional, permeou os vinte e um anos de regime militar e, nas palavras de Maria Helena Moreira Alves, significou:

(...) um instrumento utilizado pelas classes dominantes, associadas ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não-democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente.¹⁸

A partir do Golpe de 1964, a estrutura de poder foi alterada num percurso que desembocou na hipertrofia do poder executivo e numa surpreendente escalada do

¹⁷ REIS, Daniel Aarão. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. RJ: Zahar, 2.000. p.28.

¹⁸ ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1985). Petrópolis: Vozes, 1984.

autoritarismo. A visão de mundo autoritária, inicialmente restrita ao núcleo de civis e militares reunidos na ESG, logo conquistou apoio de amplos setores sociais. Houve a militarização do Estado, que impôs o mesmo processo ao conjunto da sociedade. Ao contrário de outras ingerências militares na vida política e civil no Brasil, de curta duração

(...) as Forças Armadas, por uma série de fatores, assumiram a construção de um tipo diferente de poder, penetraram fundo na máquina do estado, asseguraram o controle da administração pública e aí se fixaram como inquilinos permanentes¹⁹.

Os vestígios do regime político anterior que sobreviveram à “operação limpeza”²⁰, primeira onda repressiva após o golpe, mostraram-se incompatíveis com a ordem autoritária pretendida pelos generais. Exemplo notório foi a supressão do sistema pluripartidário e a imposição do bipartidarismo. Na prática, o poder legislativo foi transformado em mero apêndice do executivo. Com poderes limitados, restava aos parlamentares da ARENA e do MDB ratificar as decisões dos generais. A permanência do Congresso Nacional tinha por intuito propagandear a legalidade institucional do regime militar. Sob essa fachada democrática, o regime militar impunha seu poder e amordaçava os movimentos de oposição.

A conjuntura de 1966 despontou com ligeira retomada da normalidade na vida política. As relações entre Estado e oposição foram sensivelmente modificadas. Os movimentos sociais ressurgiam com força e assumiam a forma de movimentos de massas com manifestações populares de rua. Nas maiores cidades do país, os universitários demonstraram a vivacidade do movimento estudantil com mobilizações, passeatas e atos públicos contra a cobrança de mensalidades em universidades e faculdades públicas e exigindo a volta da democracia.

¹⁹ BRIGAGÃO, Clóvis. A militarização da sociedade. RJ: Zahar, 1985.

²⁰ Tratou-se de grande campanha militar que tinha por finalidade expurgar da administração e instituições públicas, forças armadas e sistema político todos os indivíduos que tinham alguma ligação com nacional reformismo do governo Jango. Maria Helena Moreira Alves. Op. Cit.

Nesse período, o limitado jogo político institucional foi modificado com a formação da Frente Ampla²¹. Com o espaço de ação política cada vez mais estreito, setores da burguesia liberal, liderados por Carlos Lacerda, romperam com os militares e passaram a questionar o submisso modelo econômico brasileiro. Em pouco tempo, a Frente Ampla conquistou notoriedade e conseguiu aglutinar lideranças de expressão nacional, como os ex-presidentes João Goulart e Juscelino Kubitschek.

Em contrapartida, no núcleo decisório do poder político, ganhava força e aumentava a influência dos setores militares favoráveis ao endurecimento da repressão política e o engajamento direto das forças armadas na luta anti-subversiva. Essa posição era defendida principalmente pelo grupo denominado Linha Dura que, logo após o golpe de 1964, foi encarregado de conduzir os Inquéritos Policiais Militares para investigar atividades subversivas no governo anterior²². Tal situação permitiu a esse grupo conquistar espaço na estrutura de poder político, cuja consolidação foi a vitória de Costa e Silva na sucessão presidencial de Castelo Branco. O regime militar avançava na busca dos objetivos, tendo no comando um expoente da “linha dura”, em velocidade semelhante às mobilizações dos setores sociais politicamente organizados.

O ano de 1968 expôs com maior vigor o ressurgimento das lutas populares e dos movimentos de oposição. Os operários retomaram o princípio da greve como instrumento de reivindicação por garantias econômicas e direitos trabalhistas. A realização das greves pelos metalúrgicos nas cidades de Osasco (SP) e Contagem (MG), após anos de imobilismo, ilustra bem as contradições do projeto desenvolvimentista e monopolizador que vinha sendo implementado no Brasil.

De forma semelhante, os estudantes intensificaram as manifestações em prol da reforma universitária. Nesse processo, a emergente radicalização desse setor foi

²¹ SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Castelo a Tancredo (1964-1985). RJ: Paz e Terra, 1988.

²² FON, Antônio Carlos. Tortura: a história da repressão política no Brasil. SP: Global, 1979.

impulsionada pelo assassinato do estudante Edson Luís, em março de 1968, fato que desembocou numa onda de passeatas em todo o Brasil, sendo a mais expressiva a dos “Cem mil”, no Rio de Janeiro.

Em linhas gerais, pode-se dizer que, além das razões imediatas, como as lutas salariais, no caso dos trabalhadores, e das exigências por melhorias quantitativas e qualitativas na educação, no que concerne aos estudantes, outro elemento contribuiu para a radicalização das lutas populares: a cisão ocorrida no Partido Comunista Brasileiro, no seu VI Congresso, em 1967²³.

As divergências tinham como foco as táticas e estratégias a serem traçadas pelo partido no combate ao regime militar. O impasse desembocou numa cisão em que os que permaneceram no “partidão” acataram as teses da revolução por etapas. Outros optaram por compor organizações favoráveis ao emprego da luta armada contra o regime. Este foi o caso da Ação Libertadora Nacional (ALN), do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), do Movimento de Libertação Popular (MOLIPO), do Partido Comunista do Brasil (PC do B), entre outros.

Nos meios universitários, a divisão da esquerda revelou-se no 27º Congresso da UNE, que resultou no isolamento e derrota das propostas do PCB²⁴. Assim, não se concebia mais uma luta estudantil especificamente voltada para assuntos pertinentes à estrutura e funcionalidade acadêmica, conforme propunha o PCB. Como linha de ação para o movimento estudantil, obteve êxito o engajamento acadêmico nas lutas contra as desigualdades sociais, derrubada do regime e denúncia do imperialismo norte-americano. Para tanto, apostavam numa aliança política com os trabalhadores da cidade e do campo, bem como na participação em guerrilhas urbanas e rurais.

²³ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas, a esquerda armada brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. SP: Ática, 1987.

²⁴ MARTINS FILHO, João R. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas: Papirus, 1987. p. 178.

Todos esses fatores fizeram de 1968 um ano com temperatura política elevadíssima. As moléculas sociais, agrupadas em interesses diversos, estavam em estreita rota de colisão. Empurradas para a clandestinidade pelas forças repressivas, as esquerdas vislumbraram a opção pela luta armada. Estava em curso o processo denominado, por João Roberto Martins Filho, dialética do endurecimento:

Com efeito, ao mesmo tempo em que surgiam os primeiros sinais de radicalização da luta popular e das práticas da esquerda, em 1968, setores significativos das forças armadas, designados em geral como a “linha dura” e que ocupavam postos-chaves no Governo Costa e Silva, já pareciam ter-se definido por uma estratégia de pressão em favor do “endurecimento político” (...) Assim, a radicalização da direita militar mais extremada parece ter-se antecipado a acontecimentos como as greves operárias de Contagem e Osasco, o emprego de táticas “foquistas” pelo movimento estudantil e o anúncio da adesão da esquerda à luta armada²⁵.

A gota d’água foi o discurso do emedebista Márcio Moreira Alves. Da tribuna da Câmara Federal, o deputado conclamou a população a boicotar a parada militar do sete de setembro. Para os militares o pronunciamento soou como um ataque contra as forças armadas. Numa rara afirmação da autonomia do poder executivo, o Congresso Nacional negou o pedido de cassação do mandato do deputado opositor e precipitou o fechamento do regime.

Em 13 de dezembro de 1968, o presidente Costa e Silva decretou o quinto ato institucional (AI-5), que reiterava os propósitos do golpe militar de 64, os quais visavam “assegurar autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção”²⁶.

O AI-5 sintetizou o pensamento e a prática autoritária que vigoraram durante o poder militar no Brasil. De acordo com os militares, os instrumentos jurídicos outorgados à nação pela “revolução de 64” não haviam sido suficientes para assegurar a

²⁵ Ibidem. p. 138.

²⁶ Ato Institucional Nº1, de 09 de abril de 1964.

defesa, o desenvolvimento e o bem-estar, pois os processos subversivos ainda comprometiam a ordem e segurança internas. Diante disso, o governo da república resolvia editar o ato institucional número cinco:

Considerando que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição.²⁷

As providências preconizadas pelo AI-5 instauraram nova onda repressiva, dessa vez com a força de um furacão. As liberdades democráticas individuais e públicas foram ostensivamente limitadas, os processos de cassação e suspensão de direitos políticos foram reativados, o *habeas corpus*, suspenso, para os crimes políticos, enquanto a presidência da República ganhava plenos poderes. Amparados pelo AI-5, durante os dez anos de sua vigência (1968-1978), os órgãos de segurança nacional e os serviços de inteligência fizeram da tortura e da espionagem a regra da polícia política estatal.

Sob o terror do AI-5 consolidaram-se muitos dos projetos de modernização do capitalismo nacional. Tais como a edificação de uma complexa base para o capitalismo internacional e o objetivo de transformar o Brasil numa emergente potência. A expansão do parque industrial, com destaque para petroquímica, e o desenvolvimento das telecomunicações, rodovias e do complexo hidrelétrico fortaleceram a infra-estrutura, enfim:

Sob a garantia do AI-5, ao contrário de outras ditaduras militares, como a da Argentina, o capitalismo aqui deu um salto para frente. E criou monstros e princesas. Enquanto nos porões dos DOIs-CODIs se executava a tortura como política de Estado, nos salões nobres das universidades se deslanchava um ambicioso plano de construção de um sistema de pós-graduação inédito no país, inigualável no mal chamado terceiro mundo. Enquanto, em ritmo febril, aprofundavam-se as desigualdades, o país cobria-se de uma rede de comunicações que, na época, se comparava com as melhores do mundo²⁸.

A intensificação dos procedimentos repressivos foi acompanhada por medidas que visavam alcançar o apoio e o envolvimento da sociedade na solidificação dos

²⁷ Ato institucional Número Cinco 13 de dezembro de 1968.

²⁸ REIS FILHO, Daniel Araújo. O AI-5: sociedade e ditadura ao sul do Equador.

objetivos nacionais. A idéia central desse mecanismo consistia em exercer a dominação sobre o corpo social, transformando os indivíduos em centros de transmissão do poder²⁹. O exercício do poder pelo Estado de Segurança Nacional tornou-se eficaz quando passou a considerar os indivíduos como ativos partícipes do poder nacional.

Essa perspectiva estava muito clara para os militares. O decreto nº 314 de 1967 afasta qualquer dúvida quanto ao conteúdo dessa técnica de dominação. O artigo primeiro do decreto declarava que “toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional”³⁰. Como se vê, tratou-se de um verdadeiro estímulo à prática da delação e do policiamento político voluntário. Na interpretação de Marionilde Magalhães, essa estratégia de dominação política dos militares instituíra:

(...) uma sociedade dividida entre algozes e vítimas. E a única forma de defesa é a cooperação com o regime, que se apresenta como autoridade protetora da nação. Todos eram convidados a participar da Comunidade de Informações, suspeitando de tudo e de todos que os cercassem, como que movidos por um sentimento de ameaça permanente.³¹

²⁹ FOCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. RJ: Graal, 1996. “O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder são sempre centros de transmissão. P.183.

³⁰ CARVALHO, Anina. “A lei, ora, a lei”. In: FREIRE, Alípio (e outros Org.). *Tiradentes, um presidio da ditadura: memórias de presos políticos*. SP: Scipione, 1997. pp. 402-413.

³¹ MAGALHÃES, Marionilde Brephol. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.17, nº 34, p.203-220. 1997. Pela importância do documento difundido pelo SNI e analisado pela autora consideramos pertinente transcrevê-lo na íntegra. “Decálogo da Segurança: 1- Os terroristas jogam com o medo e o pânico. Somente um povo prevenido e valente pode combatê-los. Ao ver um assalto ou alguém em atitude suspeita, não fique indiferente, não finja que não viu, não seja conivente, avisa logo à polícia. As autoridades lhes dão todas as garantias, inclusive do anonimato; 2- Antes de formar uma opinião, verifique várias vezes se ela é realmente sua, ou seja, se não passa de influência de amigos que o envolveram. Não estará sendo você um inocente útil numa guerra que visa destruir você, sua família e tudo o que você mais ama nesta vida? 3- Aprenda a ler jornais, ouvir rádio e assistir TV com certa malícia. Aprenda a captar mensagens indiretas e intenções ocultas em tudo o que vê e ouve. Não vai se divertir muito com o jogo daqueles que pensam que são mais inteligentes do que você e estão tentando fazer você de bobo com um simples jogo de palavras; 4 – Se você for convidado ou sondado ou conversado sobre assuntos que lhes pareçam estranhos ou suspeitos, finja que concorda e cultive relações com a pessoa que assim o sondou e avise à polícia ou o quartel mais próximo. As autoridades lhes dão todas as garantias, inclusive do anonimato; 5- Aprenda a observar e guardar de memória alguns detalhes das pessoas, viaturas e objetos, na rua, nos bares, nos cinemas, teatros e auditórios, nos ônibus, nos edifícios comerciais e residenciais, nas feiras, nos armazéns, nas lojas, nos cabelereiros, nos bancos, nos escritórios, nas estações ferroviárias, nos trens, nos aeroportos, nas estradas, nos lugares de maior movimento ou aglomeração de gente. 6- Não receba estranhos em sua casa, mesmo que sejam da polícia – sem antes pedir-lhes a identidade e observá-los até guardar de memória alguns detalhes: número da identidade, repartição que expediu, roupa, aspecto pessoal, sinais especiais, etc. O documento também pode ser falso; 7- Nunca pare seu carro solicitado por estranhos, nem lhes dê carona. Ande sempre com as portas de seu carro trancadas por dentro. Quando deixar o seu carro em algum estacionamento ou posto de serviço, procure guardar alguns detalhes das pessoas que os cercam. 8- Há muitas linhas telefônicas

Enfim, a operacionalidade do controle social efetuado pelo Estado de Segurança Nacional foi possível através da definição de um inimigo interno, isto é, a subversão comunista. A preparação do golpe e todos os outros momentos decisivos distribuídos ao longo do regime militar, foram peças perfeitamente encaixáveis no discurso de defesa da ordem e manutenção da segurança nacional contra o perigo comunista.

1.2. O sistema repressivo.

A execução da alternativa política vitoriosa em 1964 teve como elemento chave o Estado de Segurança Nacional. Nessa estrutura de poder, o sistema repressivo ocupou posição destacada. Enquanto perdurou o regime militar, o poder político estatal e os órgãos de repressão estiveram estreitamente ligados. Dessa relação resultou a transformação dos postos de comandos do sistema repressivo em verdadeiras fontes de poder.

Nos vinte e um anos de regime militar – e de forma mais explícita e intensa a partir de 1968 – a repressão militar e policial foi organizada e operacionalizada sob o comando das forças armadas. Contudo, as peças da máquina coercitiva foram reunidas num processo escalonar e estiveram concatenadas a fatores históricos mais amplos.

No período imediatamente posterior ao golpe, o sistema repressivo preocupou-se em expurgar da burocracia civil e das forças armadas as pessoas direta ou indiretamente ligadas ao nacional-reformismo representado pelo ex-presidente Jango. Os

cruzadas. Sempre que encontrar uma delas, mantenha-se na escuta e informe logo a polícia ou o quartel mais próximo. As autoridades lhe dão todas as garantias, inclusive do anonimato. 9- Quando um novo morador se mudar para o seu edifício ou para o seu quarteirão, avise logo a polícia ou o quartel mais próximo. As autoridades lhe dão todas as garantias, inclusive do anonimato; 10 – A nossa desunião será a maior força de nosso inimigo. Se soubermos nos manter compreensivos, cordiais, informados, confiantes e unidos, ninguém nos vencerá.”

partidos políticos e os poderes legislativo e judiciário foram amplamente investigados, tendo sido muitos dos seus membros cassados ou exonerados das funções que exerciam. Grande parte dos mecanismos utilizados nessa fase da repressão eram inteiramente novos.

Aos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) coube a tarefa de fazer a devassa na vida privada e pública dos inimigos internos. Espalhados por todas as unidades da federação, as atividades dos IPMs foram coordenadas pela Comissão Geral de Investigação (CGI), criada em 27 de abril de 1964. Amparados pelo o Ato Institucional nº1, fixado em 9 de abril do mesmo ano, esses dispositivos foram, em grande medida, os condutores da “operação limpeza” arquitetada no governo de Castelo Branco.

Não obstante, o plano de controle social e político arquitetado pelo regime contou com a importante participação do Serviço Nacional de Informação (SNI). O decreto nº. 4.341, de 13 de junho de 1964, estabelecia que o SNI atuaria como um órgão de assessoria direta do poder executivo e responsável pelo recolhimento de informações necessárias à segurança interna³². Espalhado por todo o Brasil e com seus tentáculos infiltrados em todos os espectros de instituições sociais e econômicas, o SNI tornou-se um mecanismo essencial para a condução política do país. Tanto que, da sua chefia, saíram dois presidentes da república: o general Emílio Garrastazu Médici e João Batista Figueiredo.

No âmbito institucional o quadro foi configurado pela nova constituição do Brasil, outorgada em janeiro de 1967. Conforme analisou Annina A. Carvalho³³, esta fornecia à ditadura militar os fundamentos da ordem constitucional estabelecida, legalizava as medidas excepcionais decretadas em atos institucionais, redefinia o conceito de segurança nacional seguindo os postulados da ESG e outorgava amplos poderes para o Conselho de Segurança Nacional (CSN).

³² ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil: nunca mais. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985. p.61

³³ CARVALHO, Annina A. op.cit. 406.

Em março do mesmo ano, entrou em vigor a reformulada Lei de Segurança Nacional (LSN). Sancionada pelo presidente Costa e Silva, decreto n.º 314/1967, a LSN estabelecia rígidas normas e previa rigorosas punições para qualquer tipo de subversão da ordem pública. A partir daí os crimes contra a segurança da nação passaram a ser julgados pelos tribunais militares. Na esteira da nova LSN viria uma série de outras leis contra a subversão. O decreto-lei n.º 898, de dezembro de 1969, reintroduziu no país a pena de morte e a pena de prisão perpétua para crimes políticos, contendo ainda previsão de punições para crimes oriundos de guerra psicológica e guerra revolucionária. O ato Institucional n.º 13, de 5 de setembro de 1969, instituía o banimento, isto é, a perda da nacionalidade e de todos os direitos daqueles indivíduos considerados prejudiciais à segurança nacional³⁴.

A radicalização do processo político em 1968 intensificou os confrontos entre o aparato repressivo e os grupos de esquerda. O regime agiu com progressiva substituição da polícia pelo exército no combate à oposição. Para este propósito modificaram as estruturas dos órgãos de repressão existentes. O resultado foi a centralização do planejamento e ação repressiva no comando militar.

A reorganização da máquina repressiva disparou. O Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), em funcionamento desde 1955, e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), criado em 1924, adequaram suas estruturas às novas características das lutas anti-subversivas. O exército fundou em 1967 o Centro de Informações do Exército (CIE) e a aeronáutica criou no início de 1968 o Núcleo do Serviço de Informações e Segurança da Aeronáutica (N-SISA), reformulado em 1970 sob a nomenclatura de Centro de Informações da Aeronáutica (CISA).

A idéia de se montar um organismo centralizador da luta anti-subversiva que reunisse elementos das três forças, da polícia estadual civil e militar, emergiu no final de 1968 durante o “Seminário de Segurança Interna” realizado em Brasília sob a orientação do

³⁴ Ibidem. p.408

Ministro da Justiça. Dessa reunião foram formulados o Plano de Segurança Interna, sob responsabilidade do Ministério da Justiça e o Plano Militar de Segurança Interna, a ser elaborado pelo Estado Maior das Forças Armadas³⁵. A escalada da repressão viria a ser complementada com a criação, dentro do II Exército de São Paulo em 1969, da Operação Bandeirantes (OBAN), órgão misto de entidades policiais e militares sob o comando do delegado Sérgio Paranhos Fleury

Concluindo a montagem do aparelho repressivo, e de certa forma como fruto da experiência da OBAN, surgiram em 1970 os Destacamentos de Operações de Informações – Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI(s)), mecanismos que buscaram racionalizar as operações da complexa estrutura de segurança interna, destacando-se pelo uso da tortura como técnica de interrogatório. Maria Celina D’Araújo afirma que:

Para evitar que a ação dos vários órgãos fosse suscetível a tendências centrífugas que poderiam levar à duplicidade de tarefas, competições e conflitos na área operacional, e visando maximizar os resultados de suas ações, ainda em 1970 foram criados o CODI (...) subordinados aos CODI(s), foram criados os DOI(s) – que congregavam membros das três forças, bem como policiais civis e militares; o DOI era uma unidade móvel e ágil, com pessoal especializado e cuja função precípua era fazer operações.³⁶

Nesse período, as ações repressivas usadas contra as esquerdas tornaram-se atividades técnicas e profissionalizadas. Os agentes encarregados dessa tarefa eram preparados em escolas especializadas em informação, contra-informação e procedimentos de interrogatório, localizadas nos EUA e em outros países. Em 1971, com a criação da Escola Nacional de Informação (ESNI), as forças armadas brasileiras passam a especializar os agentes de segurança no próprio território.

Quando assumiu o poder em 1974 o general Geisel calou a última voz da luta armada, desmantelando a Guerrilha do Araguaia. A morte do jornalista Wladimir Herzog

³⁵ FON, Antônio Carlos. Tortura: a história da repressão política no Brasil. SP: Global, 1979. p.18.

³⁶ D’ARAÚJO, MARIA Celina et alli (org). Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão. RJ: Relume-Dumará, 1994. p.17.

e a do operário Manuel Fiel Filho, somadas ao massacre da direção do Partido Comunista do Brasil, demonstra a guinada final contra a oposição representada pelo PCB e PC do B. Nesse período, o General Geisel já colocara em curso o projeto para a realização da distensão “lenta, segura e gradual”.

Ao assumir o poder, em 1974, Geisel era portador de um projeto político cujo objetivo político era a superação do Estado de exceção. Esse projeto foi fruto de uma intenção liberalizante que sempre esteve presente em parcelas dos militares pós-64³⁷

Com a revogação do AI-5, em dezembro de 1978, e a assinatura da lei de anistia, em agosto do ano seguinte, a vida política brasileira entrava definitivamente no processo distensionista. A década de autoritarismo dimensionada pelo Ato Institucional-5 foi extinguida, deixando para trás um saldo de amargas cicatrizes na recente história do Brasil. Em idêntica medida abriu-se um enorme leque de possibilidades para a análise dos efeitos produzidos sobre as diversas instâncias do corpo social.

³⁷ MATIAS, Suzeley Kalil. Distensão no Brasil: o Projeto militar: 1973-1979. Campinas, SP: Papirus, 1985. p.39.

1.3. Diretrizes para o ensino superior: da crise universitária à modernização autoritária.

No período denominado república populista (1945-1963), o panorama sócio-econômico foi modificado com significativa ampliação do uso de máquinas na esfera produtiva³⁸. Paralelamente, as grandes cidades, particularmente as localizadas no centro-sul da nação, tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre, expandiram suas populações de forma extraordinária, transformando-se em pólos urbanos industrializados.

Estava em curso o fenômeno da diversificação das atividades industriais, impulsionadas pelo Estado Nacional. Fenômeno, que foi otimizado pela reorganização da divisão internacional dos sistemas produtivos após a segunda guerra mundial . No Brasil, a reorganização traduziu-se na implementação das indústrias produtoras de artigos de bens de consumo no território nacional em substituição ao modelo de economia calcada na importação desses produtos³⁹.

A complexidade do sistema produtivo foi acompanhado da ampliação das atividades estatais e da grande quantidade de empresas privadas – nacionais e internacionais – fixadas no país. Nesse sentido, entre 1945 e 1963 o Brasil indicava uma formação social a caminho da “modernização”, segundo os moldes capitalistas. Por isso mesmo era uma sociedade ávida por mão-de-obra especializada, a ser alocada nas áreas administrativas e burocráticas dos órgãos públicos, bem como nos ramos técnicos e profissionais das instituições particulares⁴⁰. O perfil do trabalhador necessário à nova configuração produtiva

³⁸ IANNI, Octávio. Industrialização e desenvolvimento social no Brasil. RJ: Civilização Brasileira, 1963.

³⁹ TAVARES, Maria Conceição . Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. RJ: Zahar, 1972.

⁴⁰ RODRIGUES, Neidson, Estado, educação e desenvolvimento econômico. SP: Cortez: Autores Associados, 1984.

requeria formação especializada. Na maioria das vezes, somente o sistema de ensino superior era capaz de proporcioná-la.

Todavia, o ensino superior nacional estava preso a estruturas sociais e oligárquicas. O que predominava era o padrão brasileiro de escola superior: uma escola de elites culturais, magistral e especializada em formar profissionais nas áreas do saber valorizadas social, cultural e economicamente pelas oligarquias, tais como os bacharéis e os letrados. A escola superior era limitada em termos administrativos e pedagógicos, pois era uma instituição autárquica, isolada e unifuncional.

Existia, pois, um modelo educacional que bem pouco se assemelhava ao de uma organização universitária integrada, com os esforços direcionados à produção do saber científico e tecnológico e, sobretudo, consciente dos compromissos com o desenvolvimento autônomo da nação. Ao iniciar a fase econômica de substituição dos produtos importados, o ensino superior mostrava-se incapaz de equacionar problemas e apontar soluções pertinentes à sociedade na qual estava inserido. Imerso nos padrões definidos pelas elites oligárquicas, *esse modelo de escola superior se impôs como um valor cultural e como ideal educacional, condicionando e orientando tanto a formação de ensino superior brasileiro quanto a sua difusão e generalização*⁴¹.

Em síntese, a estrutura de ensino superior apresentava forma e conteúdo, quantitativa e qualitativamente, incompatíveis com as exigências impostas pela dinâmica social e econômica do contexto populista.

A esse quadro faz-se imprescindível acrescentar o posicionamento político manifestado pelas classes médias urbanas. A importância alcançada por esse setor na formação social brasileira é, em si, fato imanente ao processo de urbanização e industrialização. Com a criação de novos postos de serviços na esfera produtiva e

⁴¹ FERNANDES, Florestan. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-ômega, 1975.

administrativa das empresas privadas, assim como no aparato burocrático estatal, as classes médias passaram a vislumbrar ali possibilidade concreta de ascensão sócio-econômica. Para tanto, o itinerário mais seguro era o delimitado pelo progresso educacional, ou seja, via obtenção do título de curso superior.

O ensino superior brasileiro revelou-se incapaz de atender às demandas dessa parcela da sociedade. Com o número de vagas reduzido, a seleção do público universitário restringia-se aos estratos mais privilegiados da sociedade, o que logo provocou manifestações de repúdio por parte dos excluídos. Das classes médias urbanas partiram os mais ferozes reclamos por mudanças.

Dois fatores podem ser apontados como preponderantes na explosão da denominada crise universitária: o descompasso entre a crescente sociedade urbano-industrial e o atrasado modelo de ensino superior brasileiro, e os reclamos das classes médias urbanas pelo acesso ao ensino superior⁴². A crise universitária pode ser definida como o processo no qual, questionadas, as tradicionais escolas isoladas de ensino superior mostraram-se insuficientes.

Porém, os opositores sociais não contavam com forças políticas suficientes para superar os problemas, gerando o impasse interno e externo que se prolongou por mais de duas décadas. O ensino superior esteve mergulhado em crise pela necessidade e incapacidade de realizar as mudanças requisitadas pela realidade histórica. Por isso, diferentes setores sociais buscavam construir uma universidade que fizesse sua auto-crítica e também a da sociedade.

Com efeito, o desempenho das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL's) figura como o exemplo mais nítido do que foi a crise universitária. Ainda nos idos dos anos trinta, um grupo de educadores brasileiros lançou a idéia de se criar um pólo no

⁴² ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. História da Educação no Brasil (1930/1973). Petrópolis: Vozes, 1978

interior da estrutura acadêmica com o objetivo de integrar diferentes áreas do saber. As FFCL's, em seu padrão original, seriam destinadas a ampliar o quadro universitário brasileiro com estudos em ciências humanas, até então mantidos em nível secundário, e que passariam a nível superior para o preparo básico às escolas profissionais e, depois, ao preparo de especialistas na área de humanas.

Através das FFCL's pretendia-se modificar a característica profissionalizante do ensino superior brasileiro. A atividade desse componente visava ainda atenuar o isolamento intelectual que até então prevalecia nas instituições educacionais do país. A criação das Faculdades de Filosofia foi primeiramente experimentada na Universidade de São Paulo e na Universidade do Distrito Federal, pois ambas, apesar da denominação, não chegavam a ser mais do que federações de escolas profissionais isoladas, sem nenhum elo de ligação. Para Anysio Teixeira, um dos idealizadores dessa proposta,

A introdução da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras tinha em vista o estudo especializado, em nível superior, desses campos de cultura desinteressada e não propriamente profissional. Viria substituir o autodidatismo antes reinante nesses estudos (...); representavam real acréscimo ao ensino superior existente no país e tinham (sobretudo em São Paulo) o propósito de se fazerem as escolas centrais da universidade, ministrando os cursos básicos propedêuticos aos cursos das escolas propriamente profissionais de medicina, direito e engenharia e, depois, a especialização literária, científica e filosófica.⁴³

Contudo, as forças sociais conservadoras fizeram imperar um modelo de FFCL inteiramente descolado da concepção original. As unidades integradoras dos diferentes campos científicos, voltada para a formação de pesquisadores e cientistas preparados para produzir conhecimento, somente em raras exceções foram instituídas. Na maioria dos casos, as Faculdades de Filosofia incorporaram os valores de uma educação voltada para a transmissão de conhecimento e formação de profissionais técnicos dotados de prestígio social, isto é, deram continuidade à prática educacional dedicada à produção dos bacharéis.

⁴³ TEIXEIRA, Anísio. Educação no Brasil. Companhia Editora Nacional/MEC. 2ª Edição, 1976. p. 230.

Assim, no decorrer da república populista o processo de expansão do ensino superior foi feito a partir da criação das tradicionais escolas profissionais. As Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, na versão pública ou privada, foram multiplicadas por todo o território nacional. Porém, longe de cumprir o papel inicialmente traçado, foram direcionadas quase na sua totalidade ao preparo de pessoal para o magistério secundário⁴⁴.

Os mecanismos da política populista⁴⁵ conduziram à multiplicação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. O crescimento dos centros urbano-industriais havia não só colocado o sistema escolar na condição de veículo para ascensão social das camadas médias, como também inserido a construção de escolas e faculdades na pauta das reivindicações populares. Para a comunidade político-partidária, fortemente sustentada pela troca de favores por votos, atender às aspirações da população situada em sua área de influência era fator de suma importância. Não importavam aí as condições físicas e técnicas pelas quais se criavam as faculdades, pois, como assinalou Luís Antônio Cunha,

Essa prática rendia dividendos políticos adicionais, pois a ampliação do aparelho escolar exigia o crescimento da burocracia, cujos cargos passavam a ser preenchidos por correligionários e seus clientes.⁴⁶

O caminho escolhido pelas elites nem de longe possibilitou a superação da crise universitária. Não instrumentalizou o capital industrial com recursos humanos especializados nem tampouco calou a voz dos setores urbanos insatisfeitos. Até porque, conforme assinalou Darcy Ribeiro⁴⁷, a crise universitária manifestava-se não apenas com relação a críticas contundentes ao modelo da universidade brasileira. Naquela época,

⁴⁴ Tal fato acentuava a concepção deformada das FFCL's inserida pelo Ministro da Educação Francisco Campos em 1931. Através dos decretos 19.851 e 19.853 o Ministro direcionava as FFCL's para a correção de outro problema, ou seja, a falta de professores no ensino normal e secundário. Institucionalmente, com isso, alterou-se a idéia inicial de fazer destas instituições, condição para superar os limites dos interesses profissionais latente no Brasil e estimular os aspectos científicos da educação. Ver CHAGAS, Valmir. A luta pela universidade no Brasil. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Vol. 48, nº. 107, jul/set. 1967. pp. 45-58.

⁴⁵ WEFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. RJ: Paz e Terra, 1978.

⁴⁶ CUNHA, Luis Antônio. Universidade crítica: o ensino superior na república populista. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989. p. 74.

⁴⁷ Ribeiro, Darcy. A universidade necessária. 2.^a Ed. RJ: Paz e Terra, 1975

manifestava-se, como em todas as outras partes do mundo, como crítica à própria sociedade na qual estava inserida, assumindo forte conotação política:

A crise também é política, pois as universidades, estando inseridas em estruturas sociais conflitantes, vêm-se sujeitas a expectativas antagônicas de setores que as querem conservadoras e disciplinadas, e de outros que as desejam renovadoras, ou até revolucionárias (...); nas nações subdesenvolvidas – por isto mais descontentes consigo mesmas – a atitude de rebeldia juvenil, sendo natural e necessária, provoca inevitáveis choques com os guardiães da ordem vigente.⁴⁸

No plano da luta política, as discussões em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961, bem como os debates que sucederam à sua promulgação, são termômetros indicadores do alcance da crise universitária. No seu campo de gravitação pelo menos três grupos sociais mobilizaram-se. Entre 1960 e 1964, estudantes universitários, intelectuais progressistas e tecnocratas ligados ao capital multinacional elaboraram e tentaram concretizar suas propostas.

No meio estudantil, o 1º e o 2º Seminário Nacional de Reforma Universitária (SNRU), organizados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), foram as peças-chaves⁴⁹. Do primeiro, realizado em maio de 1960 na Bahia, resultou a “Declaração da Bahia”, de caráter revolucionário e contra o imperialismo. Entre outros, o texto constatava a condição de nação subdesenvolvida do Brasil, o caráter elitista da universidade brasileira e a necessidade de uma reforma universitária concatenada a transformações mais amplas na estrutura política e sócio-econômica.

O II SNRU, realizado em março de 1962 em Curitiba, teve suas propostas sintetizadas na Carta do Paraná. Os estudantes demonstravam a preocupação em lutar por uma universidade que fosse, ao mesmo tempo, uma frente revolucionária e uma expressão do povo, imune, assim, a discriminações de ordem econômica, ideológica, política e social. A

⁴⁸ Ibidem. p.24.

⁴⁹ POERNER, José Artur. O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros. 2º ed. RJ: Civilização Brasileira, 1979.

maior inovação dessa Carta consistiu na luta pela inclusão da reforma universitária no conjunto das reformas pretendidas no governo João Goulart.

De acordo com Moacyr Góes⁵⁰, a universidade brasileira nos anos 50 e 60 é caracterizada pela existência do arcaísmo. O elitismo em vigor na academia não percebeu a formação de um movimento popular crescente e hegemônico. Em algumas regiões as práticas relacionadas à cultura popular conflitaram duramente com a educação conservadora cujo símbolo tornou-se a denominada “Greve de um terço”⁵¹. Outros exemplos podem ser apontados com Movimento de Cultura Popular (MCP), a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, o Movimento de Educação de Base (MEB) e os Centros de Cultura Popular (CPC).

Paralelamente a esse processo, uma realização ainda mais propositiva ecoava sobre o arcaico modelo de ensino superior brasileiro: a criação, em 1960, da Universidade de Brasília (UNB). Elaborada por intelectuais e educadores progressistas, com destaque para Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, a UNB apresentou um modelo multifuncional e integrado de universidade. Significou a expressão de modernas alternativas administrativas e pedagógicas, pretendendo superar as atrasadas escolas superiores isoladas. Transformou-se num dos pilares do projeto nacional-reformista, sendo a vitrine para a política educacional de nível superior.

Algumas mudanças introduzidas na UNB podem ser assim resumidas: estruturação do ensino básico e profissional, com níveis de mestrado e doutorado na pós-graduação; matrícula por créditos; dissolução da cátedra e implementação da departamentalização; unidade de ensino e pesquisa; e introdução do regime de dedicação

⁵⁰ GOÉS, Moacyr. O Golpe na educação. In. CUNHA, Luís Antônio e GÖES, Moacyr. O Golpe na Educação. RJ: Jorge Zahar, 1985.

⁵¹ Tratou-se de uma paralisação estudantil promovida pela UNE ocorrida entre julho e agosto de 1962. Esse movimento, que tinha por objetivo assegurar aos estudantes a participação estudantil nos órgãos colegiados na proporção de um terço do total, conseguiu mobilizar grande parte das universidades federais.

exclusiva ou dedicação integral para os docentes. Cristovam Buarque sugere que a criação da universidade de Brasília foi

um projeto no qual a universidade aliava a atividade de Institutos Centrais de artes, de letras e de ciências humanas com as Faculdades técnicas. Intencionava a formação de um aluno preparado para o desafio do desenvolvimento, mas cômico de seus compromissos sociais e das diversas áreas do pensamento.⁵²

Pelo lado dos grupos ligados ao capital multinacional e monopolista formou-se o complexo composto pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e pela Escola Superior de Guerra (ESG). Esse edificou as proposições que visavam reorganizar o processo educativo transformando-o em ação racional voltada para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Segundo René Armand Dreifus⁵³, o complexo IPES/ESG/IBAD preparava organicamente a ação de intelectuais, empresários, administradores, burocratas, políticos e militares na luta política contra o bloco populista, oligárquico e industrial alojado no poder político. Os movimentos sociais e parcelas da classe trabalhadora que sustentavam o governo Goulart constituíam-se igualmente em alvo desses órgãos. Seu objetivo principal era o de enfraquecer as forças reformistas e nacionalistas representadas por Goulart.

No plano educacional, o IPES foi o pólo aglutinador das frações da classe burguesa em torno de um projeto educacional homogêneo. Para Maria Inês Salgado de Souza⁵⁴, a realização do IPES consistiu em transformar em hegemônico, dentro do bloco burguês, o projeto educacional da burguesia multinacional e dos setores a ela associados. Desse ponto de vista, o sistema educacional tornar-se-ia a expressão da forma de controle

⁵² BUARQUE, Cristovam. *A aventura da universidade*. SP: EDUNESP: Paz e Terra, 1994. p. 26.

⁵³ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981. p.442.

⁵⁴ SOUZA, Maria Inês Salgado de. *Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964*. Petrópolis: Vozes, 1981. p.45

social em função da nova estrutura política e econômica necessária ao desenvolvimento do capitalismo.

O projeto do IPES defendia uma universidade engajada na expansão das atividades capitalistas. Nesse sentido, reivindicavam uma reforma universitária orientada para o caminho da racionalização da estrutura e funcionamento da universidade, de modo a impedir a duplicação de meios para se alcançarem fins semelhantes. Por fim, as mudanças educacionais pretendidas pelos empresários visavam a formação dos recursos humanos exigidos pela nova configuração do sistema econômico.

Pelo exposto, conclui-se que o ensino superior durante a república populista atravessou profunda crise. A promulgação da LDB, em 1961, não fez cessar os conflitos entre os que buscavam alterar o modelo de ensino superior, embora por caminhos divergentes. O debate somente mudou de rumo com o advento do golpe de 1964. Daí em diante, as mudanças passaram a ser pontuadas pelos interesses das classes dominantes golpistas.

1.4. O debate amordaçado

Com o golpe de 1964, as mudanças no ensino superior passaram a ser orientadas pelo Estado de Segurança Nacional, sob a máscara da modernização. Três foram as vertentes: capacitação de recursos humanos com contenção de recursos econômicos, atenuação dos conflitos advindos da insatisfação da massa estudantil e reforço da autoridade no interior das instituições. O princípio autoritário que norteou a política educacional nos primeiros anos do regime militar foi evidenciado pelo general Castelo Branco:

Se ao professor não cabe fazer proselitismo com objetivo de impor idéias ou ideologias, ao estudante compete não ficar a serviço de qualquer grupo,

servindo por vezes de joguete nas mãos dos que desejam a subversão. É preciso não marcar a vida do estudante de hoje, possivelmente o dirigente de amanhã, com a vinculação à subversão, à corrupção, ou à vadiagem onerosa dos falsos movimentos.⁵⁵

A modernização autoritária do ensino superior percorreu inicialmente duas etapas. Priorizou a neutralização das atividades políticas estudantis, para, em seguida, delinear as linhas gerais no campo educacional, tentando imprimir as orientações do projeto de desenvolvimento pautado na internacionalização do mercado interno.

Os golpistas iniciaram um trabalho de mobilização das forças repressivas para conter a subversão em áreas específicas. Tal ação ficou conhecida por “Operação Limpeza”, cujo foco centrou-se nos movimentos sociais mais atuantes antes do golpe, incluindo aí o estudantil universitário. As instituições de ensino superior foram inseridas na “Operação Limpeza” como parte da estratégia psicossocial do Estado. Dessa forma, sob o comando do ministro da educação, Flávio Suplicy de Lacerda, os IPMs foram levados a todas as universidades brasileiras, servindo, inclusive, para a seleção de funcionários.

Através do Ministério da Educação, autoridades militares insistiram em que os IPMs eram necessários para erradicar a penetração de agentes comunistas, que se valiam de instituições de ensino para “conquistar as mentes” do povo, segundo o que julgavam ser uma estratégia indireta da União Soviética. Uma Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS), composta de professores, reitores e funcionários indicados pelas autoridades, foi instalada em cada universidade, para levar a efeito os expurgos.⁵⁶

Valendo-se de procedimentos explicitamente policiais, o Estado expulsou, com base em motivações políticas, intelectuais, educadores e estudantes vistos pelo regime como potencialmente capazes de colocar em risco a política educacional autoritária. Para tanto, ao lado das CEIS e dos IPMs, foi outorgado o decreto-lei nº 4.464 em 09/11/64⁵⁷, estabelecendo normas de funcionamento das entidades representativas dos estudantes e

⁵⁵ Política Educacional do presidente Castelo Branco, In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, volume XLI, Nº: 94 abril/junho de 1964.

⁵⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. Op. Cit. pp. 66-67.

⁵⁷ MARTINS FILHO, João Roberto. Op. Cit. p.87.

subordinando-as completamente aos órgãos dirigentes de faculdades e universidades. Na tentativa de esvaziar as organizações estudantis mais expressivas, a lei Suplicy de Lacerda criou o Diretório Nacional dos Estudantes e os Diretórios Estaduais dos Estudantes, num direto confronto com a UNE e UEE's. Em 28/02/1967, o decreto nº. 228 proibiu o funcionamento da UNE, lançando-a na clandestinidade.

Com o movimento estudantil universitário amordaçado, os generais avançaram para a definição da política educacional. A proposta para as universidades foi, conforme salientou Carlos Benedito Martins⁵⁸, transformá-la num fator instrumental, para a consolidação de um projeto de desenvolvimento associado e dependente dos centros hegemônicos do capitalismo internacional.

Para esse aspecto, desempenhou papel decisivo o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), apresentado pelo Ministro Roberto Campos no ano de 1965. O PAEG acentuou a intervenção do Estado nas relações econômicas internas e externas em todos os níveis. Nesse plano a educação passou a ser oficialmente definida como “capital humano”, isto é, elemento formador de recursos humanos, cujos investimentos deveriam produzir lucro social e individual.

Docentes, discentes e a educação superior em si foram transformados em objeto de instrumentalização para o trabalho. Ao incluir a educação no planejamento econômico global, a tecnocracia estatal revelava nítida preocupação com preparação de mão-de-obra especializada para os escalões mais altos da administração pública e industrial.

A modernização do sistema educacional, e do ensino superior em particular, foi elaborada por uma equipe composta por membros do Grupo de Estudo e Doutrina do IPES-RIO, a saber, Luis Victor D'Arinos Silva e Paulo de Assis Ribeiro⁵⁹. Em outras linhas,

⁵⁸MARTINS, Carlos Benedito (Org.). Ensino superior brasileiro: transformações e perspectivas. SP: Brasiliense, 1989. p.13.

⁵⁹ FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Educação no Brasil nos anos 60: o pacto do silêncio. SP: Loyola, 1985. p. 76.

pode-se afirmar que o planejamento educacional no governo do General Castelo Branco foi feito a partir do aperfeiçoamento das propostas anteriormente elaboradas pelo IPES. Estruturalmente, as mudanças foram orientadas pelo modelo norte-americano; juridicamente, para o modelo das fundações, o que de fato significava abrir caminho para o processo de privatização.

Somando-se ao PAEG, houve a ingerência do governo dos EUA na formulação da política educacional brasileira. Neste caso são ilustrativos os convênios entre o Ministério de Educação e Cultura brasileiro com a USAID, conhecidos por acordos MEC-USAID, e o estudo sobre a reformulação estrutural da universidade brasileira realizado pelo consultor norte-americano Rudolf Atcon.

Sob a influência dos acordos MEC-USAID, foi organizada a Equipe de Assessoria e Planejamento do Ensino Superior (EAPES), composta por técnicos brasileiros e norte-americanos, cuja função era avaliar e propor mudanças em currículos escolares, métodos didáticos, programas de pesquisa e na própria estrutura do ensino superior, com base na eficiência da produção científica com o menor custo possível para as instituições. Os acordos MEC-USAID concentraram atenções na concessão de bolsas de estudos e influir nos rumos da educação por via de mão dupla: através da formação de intelectuais brasileiros especializados no modelo norte-americano de gestão educacional e pelo envio de consultores dos Estados Unidos para o Brasil.

Luis Antônio Cunha, ao concatenar este aspecto da política educacional dos governos militares ao contexto internacional, afirma que:

As razões político-ideológicas para o maior envolvimento da USAID com o ensino superior foram claramente apontadas, no contexto do conflito leste-oeste (...) A chave para que o Brasil permanecesse uma “sociedade livre” e um “amigo próximo” dos EUA estava no ensino superior, pois o que os brasileiros pensariam nas gerações vindouras dependeria dos professores universitários que formam os dirigentes do país e os próprios mestres⁶⁰.

⁶⁰ CUNHA, Luis Antônio. Universidade reformanda: o golpe de 64 e a modernização do ensino superior: RJ, Francisco Alves, 1985. p. 170.

Há que se destacar ainda o trabalho de consultoria realizado pelo norte-americano Rudolf Atcon. A convite da Diretoria de Ensino Superior do MEC, este consultor introduziu no Brasil a concepção de universidade empresarial. Por esse princípio as atividades e funções do processo educacional deveriam ser compartimentadas de acordo com uma empresa privada. A base filosófica desse modelo, Atcon buscou basicamente em dois pensadores: Frederick Taylor e Henry Fayol:

Atcon não só incorpora a concepção taylorista, mas tenta adaptá-la à proposta de reestruturação das universidades brasileiras. Seu modelo não é puramente técnico, científico, ou neutro como queria fazer parecer, mas um método de trabalho profundamente vinculado a um modo de vida, a uma concepção de mundo. Sua estrutura de universidade aliena, porque separa definitivamente cada segmento da universitas, revelada no afastamento entre funções de direção e de execução.⁶¹

Nos anos de 1966 e 1967, prosseguiram as propostas em direção à modernização autoritária do ensino superior. Nesse sentido, passo importante foi a sistematização dos decretos-lei nº. 53 de 08/11/1966 e o nº. 252 de 28/08/67. Estes representaram de fato as primeiras linhas com vistas à realização da reforma universitária. Por essa via o Ministério da Educação estendeu para as instituições universitárias algumas experiências anteriores, precisamente aquelas praticadas na UNB: o modelo que comportava a existência do ciclo básico, ou seja, etapa em que os alunos de um mesmo instituto realizariam os estudos preliminares antes de optar pela área de especialização profissional.

Tais decretos significaram os primeiros passos em direção à organização de departamentos como a menor fração da estrutura universitária, que agrupava disciplinas da mesma área de conhecimento. Essas medidas tocavam sensivelmente na estrutura universitária em vigência, pelo fato de praticamente significarem a fragmentação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Todavia, ao manter o critério do título de

⁶¹ FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos. São Paulo: Cortez : Autores Associados, 1991. p.28.

catedrático para a ocupação dos postos de chefia, os decretos sinalizavam quão ambíguas eram essas propostas de modernização.

A crise universitária da década de 60, ao menos no que se refere ao modelo estrutural, caminhava para uma definição. No percurso recebeu o impulso da comissão especial, criada pelo MEC pelo decreto nº . 62.024 de 29/09/1967, com a finalidade de propor medidas relacionadas às rebeliões estudantis.

No que tange à organização administrativa e pedagógica, o relatório da Comissão Meira Mattos⁶², como ficou conhecida, ratificou os decretos anteriormente citados. Mas ficou conhecida sobretudo por preparar medidas de contenção ao movimento estudantil. Na questão disciplinar, avaliava que as universidades e faculdades públicas atravessam um momento de falência de autoridade. Para contornar essa situação, propôs reforçar os poderes de reitores e diretores e aumentar a centralização das decisões concernentes ao ensino superior. O relatório, com isso, objetivava fortalecer as funções e poderes de postos hierárquicos mais elevados, como o MEC e o Conselho Federal de Educação.

As diretrizes instituídas pelos decretos 53/66 e 252/67 e pelo relatório da Comissão Meira Mattos formularam adequação do sistema educacional de nível superior ao projeto de desenvolvimento econômico e segurança nacional. Porém a elaboração completa das diretrizes de segurança e desenvolvimento ocorreu com a reforma universitária de 1968.

⁶² Ibidem.

1.5. A reforma universitária de 1968

A reforma universitária elaborada pelos governos militares foi instituída pela lei nº 5.540 de 28/11/68. É possível entendê-la como um processo histórico-social resultante da confluência de quatro elementos: das pressões exercidas por diferentes espectros políticos e sociais, que há décadas clamavam por mudanças no ensino superior; da ação governamental, que a partir de 1964 planejou reafirmar a educação no projeto desenvolvimentista, acrescentando-lhe caráter autoritário; das medidas de segurança, destinadas a sufocar a “subversão” nos meios acadêmicos; e da ingerência dos interesses internacionais, particularmente dos EUA, materializados nos acordos MEC-USAID.

Florestan Fernandes afirma que a reforma universitária de 1968 foi um movimento social iniciado na década de 50 por professores, cientistas e intelectuais. Na década de 60, com a presença do segmento universitário organizado em torno da UNE, o movimento ganhou força e novo direcionamento. Como características esse autor aponta, em primeiro lugar, o caráter tardio de sua emergência no Brasil, se comparado a outras sociedades latino-americanas; em segundo, ressalta que o movimento pela reforma universitária no país, dando enorme salto qualitativo, nasce com forte conteúdo político, pois através da crítica ao modelo universitário brasileiro questionava-se a própria estrutura social. Nas letras do próprio autor, *“o movimento eclode, com maior violência – como “desafio às estruturas arcaicas”- e tende, em suas tendências mais atuantes , a exigir a negação da ordem social existente.”*⁶³

Vista desse ângulo, a reforma universitária significou um movimento social construído e dinamizado pelos estudantes. Em 1968 o governo militar tomou essa bandeira de

⁶³ FERNANDES, Florestan. Reforma universitária e mudança social. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Vol. 73, nº 175 set/dez. 1992. p.525.

luta e colocou-a nas mãos dos tecnocratas da educação. Contudo, ao invés das mudanças efetivas, pretendidas pelos setores sociais mobilizados, os generais apenas concederam parte delas. No geral, as alterações limitaram-se à racionalização das atividades universitárias, atribuindo-lhes maior eficiência e produtividade, o que pouco acrescentou ao conjunto de medidas fixadas entre 1964 e 1968. Contudo, a sistematização das propostas anteriormente equacionadas coube decisivamente ao Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU) e, de maneira complementar, ao Fórum de Educação organizado pelo IPES.

Constituído pelo MEC em maio de 1968, o GTRU foi conduzido pelo pensamento tecnocrático que dominava as demais áreas da administração pública e produziu proposições onde o processo educacional era associado à produção de mercadorias. Portanto, equacionou a educação nos termos de custos e benefícios, ou seja, equacionou os gastos efetuados pelo estado e a quantidade de *know how* especializado obtido a partir dos investimentos. Ao propor a associação de escolas isoladas em federações, visava não a construção de universidades comprometidas com a formação de massa crítica, com vida acadêmica integrada, mas sim a diminuição dos custos das vagas nas instituições de ensino.

Em linhas gerais, no anteprojeto do GTRU, a estrutura retrógrada foi mantida. Não se delinearam, por exemplo, os traços da universidade necessária para o desenvolvimento autônomo da nação brasileira. Ao contrário, reforçava a tendência de importar o modelo norte-americano de ensino superior. Estabeleceu-se, pois, um modelo estrutural “conveniente” às classes dominantes comprometidas com o capital internacional. Em termos quantitativos, previa a expansão do ensino superior, porém realizada pela iniciativa privada.

Na mesma orientação privatista, institucionalizou-se a participação de membros da comunidade, advindos dos círculos empresariais, nos órgãos de administração dos assuntos universitários. Como manifestação do autoritarismo dominante, conjeturou-se a

ampliação da presença dos órgãos superiores da administração educacional nos estabelecimentos de ensino e o conseqüente extermínio da autonomia universitária.

O GTRU, todavia, formulou propostas educacionais inovadoras. Apesar de prevalecer o pensamento tecnocrático, empresarial e autoritário no Grupo de Trabalho responsável por elaborar o anteprojeto da lei 5.540/68, *pela primeira vez se tenta equacionar os problemas do ensino superior tendo-se em vista relações entre meios e fins, questões de custeio e de captação de recursos, problema de crescimento e de programação ou planejamento educacionais.*⁶⁴

Nessa perspectiva, é possível entender como pontos inovadores da reforma universitária: as normas de unificação dos exames vestibulares; regime de trabalho em tempo integral para o magistério superior; critérios de financiamento da educação pela União, Estados e Fundo Nacional Desenvolvimento Educacional (FNDE); elaboração de política para o ensino de pós-graduação; e o estabelecimento da representação estudantil em todos os órgãos colegiados em uma proporção de 20% .

O Fórum de Educação, realizado de outubro a novembro de 1968, teve como fonte a preocupação dos meios empresariais com as mobilizações estudantis. Seus esforços concentraram-se em encontrar respostas para a rebelião estudantil em curso no país. Avaliavam que este representava grave problema para o desenvolvimento do país, exigindo por isso propostas consistentes. Os empresários reunidos no fórum objetivavam delinear a política educacional conveniente aos interesses dos setores hegemônicos da economia, além de fazer gestões junto ao governo para efetivá-la. Os empresários, analistas e políticos presentes compartilhavam da seguinte concepção:

O aspecto que deve ser primordial na definição do tipo de educação que convém a um país é o da ligação com os objetivos nacionais em sua globalidade (...) Deve a educação preocupar-se em criar dirigentes políticos e empresariais dotados de visão global e aptos a sentirem as tendências das modificações sociais, e a mensurar a força relativa das variáveis que produzem⁶⁵.

⁶⁴ FERNANDES, Florestan. Universidade brasileira: reforma ou revolução. p.215.

⁶⁵ INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS. A educação que nos convém. RJ: APEC editora, 1969.

Em síntese, ambos – Fórum Educacional e GTRU – encerravam a etapa em que a reforma universitária concentrou-se em debates, relatórios, *slogans* e bandeiras de lutas, para ser imposta como realidade histórica. Com a reforma universitária de 1968 o ensino superior brasileiro voltava-se para a preparação da elite política e empresarial dirigente, no mesmo ritmo em que formava técnicos e profissionais aptos a executar a política econômica em seus diferentes aspectos:

As universidades, com total apoio dos governos autoritários, eram os instrumentos de formação da mão-de-obra para os projetos megalomânicos, excludentes, depredadores, endividadores, que cumpriam um caminho aparentemente sem crise. Os engenheiros e físicos projetavam as centrais nucleares, as hidrelétricas, as grandes estradas e obras civis que viabilizaram o modelo de desenvolvimento. A arquitetura fazia os monumentos ao progresso: majestosos prédios governamentais, edifícios para os bancos, casas para os novos ricos, cidades-shopping. Os economistas, como teólogos da modernidade, com dogmas importados, legitimavam o caminho seguido.⁶⁶

A reflexão acima sintetiza o modelo de ensino superior emergido da lei 5.540/1968: a universidade funcional, voltada para a formação rápida de profissionais requisitados como mão-de-obra altamente qualificada para o mercado de trabalho. Instituições de ensino superior ficariam voltadas diretamente para o mercado de trabalho, à mercê do modelo de desenvolvimento capitalista adotado. Os reduzidos aspectos positivos ocorreram principalmente para atender às demandas de ascensão social de uma classe média que apoiara o golpe em 1964 e reclamava sua recompensa⁶⁷.

Como consequência, algumas das bandeiras levantadas pelo movimento de reforma universitária desdobraram-se em incorreções. Departamentos e ciclos básicos foram implementados numa perspectiva de racionalização da produção acadêmica. Ambos inibiriam a duplicação dos meios materiais das instituições universitárias, para a obtenção dos fins definidos no tripé ensino, pesquisa e prestação de serviços à comunidade.

⁶⁶ BUARQUE, Cristovam. Op.cit. p.26

⁶⁷ CHAUI, Marilena. Ventos do progresso: a universidade administrada. In: *Descaminhos da educação pós-68*. SP: Brasiliense, 1980. (Cadernos de Debate 8)

Em direção semelhante foi deslocada a pesquisa científica. Ficou praticamente restrita à produção de tecnologia, com financiamento público e sua transferência para o setor produtivo privado. Reafirmava-se com isso a histórica tradição de ensino superior reprodutor de conhecimento. Pior: enterrava qualquer possibilidade da construção de universidades como centros produtores de conhecimento científico, destinados à resolução das mazelas sociais do país.

A produção científica e a pesquisa tecnológica ficaram, dessa maneira, amarradas aos interesses do desenvolvimentismo que, nesse caso, consistia em criar condições para a expansão da produção econômica e em atender os interesses das grandes empresas nacionais, estrangeiras ou estatais. Com esse fim, a pesquisa científica produtora de conhecimento não se transformou em elemento propulsor de uma sociedade autônoma e democrática.

A partir de 1964, a luta pela reforma universitária incorporou os protestos em favor da democracia e das liberdades civis. Em 1968, juntamente com os trâmites técnicos e políticos que resultariam na reforma universitária, as universidades transformaram-se no centro da luta pela democracia. A universidade exacerbava outra vez a crise, sendo por isso transformada em grave problema político por parte das autoridades militares.

Nesse sentido, as diretrizes traçadas pela reforma universitária realizaram-se sob o manto do AI-5 na forma do decreto-lei 477/69. Paulo Freire ressaltou a maneira singular pela qual Paulo Rosas, numa investida para compreender a educação superior brasileira, registrou o 477:

O Decreto-Lei nº. 477 é um documento seco, direto, violento. Dá a impressão de ter sido redigido com raiva, por quem cansou de avisar e ser desafiado e resolveu pôr um ponto final no que restava de independência e altivez da juventude e de seus mestres.⁶⁸

⁶⁸ ROSAS, Paulo. Para compreender a educação superior brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 141.

Com o 477 as tentativas de crítica política no interior das escolas e universidades passaram a ser duramente reprimidas. Aos diretores de faculdades foram atribuídos poderes de polícia, podendo aplicar pena de exclusão a professores e alunos pela prática de atividades subversivas. Sua expressão mais visível foi a corporificação nas denominadas Assessorias de Segurança e Informações (ASI). Isso, conforme salientou José Willington Germano⁶⁹, indica o avassalador controle exercido pelo Estado Militar sobre o ensino superior.

No que concerne à definição de propostas pedagógicas e organização acadêmica, os setores intermediários da estrutura hierárquica ficaram completamente subordinada aos órgãos burocráticos centrais. Reitores, diretores e órgãos colegiados foram transformados em instrumentos de execução da política educacional definida no MEC, CFE e CEE. A maior expressão desse aspecto foi o decreto-lei 464/69, que deu poderes ao CFE de efetuar pareceres e revogar decisões de colegiados a ele subordinados, expulsar alunos e professores do ensino público.

Ao traçarmos o panorama do regime militar – às instâncias da segurança nacional, do sistema repressivo e da política educacional – não estamos afirmando que as diretrizes foram homogênea e mecanicamente reproduzidas em todas as classes sociais, em particular nas instituições de ensino superior. Ao contrário disso, entendemos que os impactos da política autoritária podem ser analisados no bojo das situações históricas concretas.

⁶⁹ GERMANO, José. W. Op. Cit. p.111

Capítulo 2

Transformações no modelo isolado de Escola Superior:
o caso da FFCLF

2.1.Origens.

A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Franca (FFCLF) foi engendrada no bojo da crise universitária do período populista. No primeiro triênio da década de sessenta, o modelo isolado e arcaico de ensino superior atingiu o ponto de ruptura. Direita e esquerda, progressistas e conservadores, ou seja, todos os espectros politicamente organizados da sociedade, embora com interesses antagônicos, reconheciam a necessidade de imprimir mudanças no ensino superior do país.

No Estado de São Paulo o grande marco desse momento foi a publicação, em 1º de julho de 1959, do Manifesto dos Educadores. Assinaram o documento intelectuais que lutavam para transformar a educação como combustível para o desenvolvimento de uma nação democrática e soberana, tais como Antônio Cândido, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro. O manifesto também registrava a presença de antigos “pioneiros da educação”, como Fernando Azevedo e Anísio Teixeira, educadores que se consagraram por sua contínua participação nos embates em defesa do ensino público como garantia da igualdade de oportunidades e condição para a realização do processo industrial do Brasil.

Com efeito, o Manifesto dos Educadores foi a mola mestra da Campanha em Defesa da Escola Pública e Gratuita. Esse movimento contou com o apoio velado do liberal Júlio de Mesquita Filho, proprietário do jornal o Estado de São Paulo, que igualmente se envolveu na Campanha. Mesquita “via no ensino, predominantemente estatal (por não haver alternativa), meio de criar condições para a expansão do capitalismo, modernizando suas instituições e produzindo sua legitimidade”⁷⁰.

⁷⁰ CUNHA, Luis Antônio. A universidade Crítica. 2ª ed. SP: Francisco Alves, 1989, p.124.

Assim, a FFCLF foi criada no momento histórico em que a crise universitária expunha as próprias dificuldades das classes conservadoras em controlar o curso do processo político e impedir o avanço das forças sociais progressistas, que, nas lutas em prol da reforma universitária, haviam mantido a esperança de superar as distorções da estrutura social brasileira. O golpe de 31 de março de 1964, como afirmou Florestan Fernandes⁷¹, destruiu o processo “que fazia da crise da escola superior uma crise do controle conservador da universidade”. A solução encontrada foi a modernização autoritária, empreendida e tutelada pelo poder dos generais.

Os dados relativos à trajetória da FFCLF, porém, indicam que a crise universitária, bem como as alternativas equacionadas para superá-la, não foram estendidas na mesma dimensão histórica para todas as partes da formação social brasileira. Em Franca, cidade localizada na região nordeste do Estado de São Paulo, o empenho das forças sociais não estava direcionado contra o arcaico e isolado padrão de ensino superior brasileiro, mas se propunha a fazer nascer uma instituição que em si reafirmasse este modelo educacional. Criada em 1962 por parâmetros universitários em plena decadência, a FFCLF enquadra-se na situação vivida pelo ensino superior do país, em que “a força do velho superou o que desejava ser novo e a escola fez-se escola de preparo do professor do ensino secundário.”⁷²

Falar sobre as origens da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca significa registrar, analisar e relacionar os acontecimentos responsáveis por sua instalação como escola superior isolada, pelo decreto 6.814, de junho de 1962. Este decreto, considerado objeto de articulações políticas pelo Conselho Estadual de Educação, como será demonstrado adiante, constitui-se no efetivo atestado de nascimento da FFCLF. Até então ela se resumia a um propósito enfeixado na lei estadual Nº 832 de 04 de maio de 1959.

⁷¹ FERNANDES, Florestan. Universidade Brasileira: reforma ou revolução?. p.61.

⁷² TEIXEIRA, Anísio A universidade de ontem e de hoje. In: revista Brasileira de estudos Pedagógico. MEC, Nº 95, Vol. XLII, jul/set. 1964. pp. 27-47.

A FFCLF deve sua criação legal à iniciativa do deputado estadual Onofre Gozem do Partido Democrata Cristão (PDC) e seu nascimento se insere no processo de ampliação da rede educacional paulista nas décadas de 50 e 60. Disso são testemunhos os debates, acerca da política educacional, pertinentes ao Programa de Ação do governo Adhemar de Barros e aos desdobramentos da constituição paulista de 1947⁷³, que explicitavam a possibilidade de interiorização do ensino superior como medida de descentralização da produção científica e cultural estabelecida na Universidade de São Paulo (USP).

Em 1948, o Conselho Universitário da USP reprovou o pedido da câmara municipal de Franca para criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras no município. A justificativa, enunciada pelo professor Carlos Henrique Liberalli, era a falta de um plano de instalação dos institutos de ensino superior no interior do Estado⁷⁴. Tal postura indica preocupação do Conselho Universitário da USP, na época autoridade máxima em matéria de ensino superior no estado de São Paulo⁷⁵, em exercer certo controle sobre a desordenada corrida pela criação de faculdades.

A constituição paulista de 1947 atribuiu à assembléia legislativa a competência de criar escolas⁷⁶. Deputados estaduais interessados em atender às aspirações de suas bases eleitorais proporcionaram incrível aumento no número de escolas secundárias, o que desencadeou duplo movimento. De um lado, a massa estudantil egressa desse nível de ensino logo passou a reivindicar vagas no ensino superior; de outro, emergiu a necessidade de

⁷³CORRÊA, Ana Maria Martinêz. Para preparar a mocidade... Fragmentos de memórias na história da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara.: 1923-1976. SP: Edunesp, 1998. p.81

⁷⁴LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. Os Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo na visão do Conselho Universitário da USP (1947-1963). In: História, 16: 255-278, 1997

⁷⁵ Até 1959 as escolas Isoladas de ensino Superior no Estado de São Paulo estiveram subordinadas ao Conselho Estadual de Ensino Superior, órgão vinculado a reitoria da Universidade de São Paulo.

⁷⁶ BEISEGEL, Celso Rui. "Ação política e expansão da rede escolar. Pesquisa e Planejamento (São Paulo) nº 8, 1964.

formação de pessoal para o magistério público estadual. Atentos aos dividendos eleitorais, os políticos empenharam-se em transformar as reivindicações em realidades históricas.

Esse fenômeno foi particularmente notável nas cidades interioranas. Além de prestígio político àqueles que obtivessem sucesso junto ao poder público, a criação de uma faculdade conferia dinamização econômica e cultural às cidades onde eram instaladas, principalmente entre as que haviam desencadeado o processo de industrialização.

A promulgação da LDB, em 1961, impulsionou o processo de interiorização educacional. Essa lei liberalizou a instalação de novos estabelecimentos e amparou financeiramente a iniciativa privada. Mais de 50% das escolas superiores em funcionamento no estado de São Paulo em 1968 foram criadas após 1961. Nesse período, apareceram no cenário educacional paulista Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras em São José do Rio Preto (1957), Assis (1958), Araraquara (1958), Rio Claro (1958), Presidente Prudente (1959), Marília (1959), Franca (1963) e Ribeirão Preto (1966); Araçatuba, (1959) e São José dos Campos (1960) ficaram com odontologia; Botucatu (1962), medicina; Jaboticabal (1966), agronomia, Guaratinguetá (1966), engenharia.⁷⁷

Todavia, o acelerado ritmo de expansão do sistema de ensino superior em São Paulo não esteve baseado em padrões acadêmicos aceitáveis. Tal deficiência pode ser demonstrada com os seguintes dados: mais de 8% dessas escolas não tinham nenhuma biblioteca e 19% tinham bibliotecas que não emprestavam livros; mais de 35% das bibliotecas existentes possuíam menos de 3 mil livros e, dessas, 1/3 possuía menos de 1.000 livros; quase 60% das escolas remuneravam os professores por hora-aula e apenas 32%, por mês⁷⁸.

Contra essa situação vociferaram importantes personalidades do cenário da educação nacional. As críticas atacavam frontalmente o desmedido processo de multiplicação

⁷⁷ ABREU, Dióres Santos. Uma contribuição para a História da UNESP. IN: *História*, São Paulo, 8, 1989. P. 89.

⁷⁸ SGUISSARDI, Valdemar. *Universidade, fundação e autoritarismo: o caso UFSCar*. SP: Estação Liberdade: São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1993. p.37.

do ensino, calcado em padrões ineficientes. Anísio Teixeira classificou como caso de charlatanismo e demagogia o processo de expansão do ensino superior brasileiro:

Cria-se o ensino superior hoje com mais facilidade do que uma escola primária. Há Estados cujos padrões escolares exigem, para se criar uma escola primária, professor e prédio. A escola superior nem de prédio precisa. Posso criá-la como quiser, num andar de um edifício, numa escola primária em funcionamento, ou passar a ter a escola superior à noite, num ginásio ordinário. Estão desenvolvendo escolas superiores como não desenvolveriam escolas primárias.⁷⁹

As instituições fundadas nesse período tiveram como vetor principal a intermediação de grupos políticos e econômicos dominantes nas cidades ou regiões. De acordo com Beatriz Westin de Cerqueira Leite, entre os que se empenharam para expandir o ensino encontravam-se políticos interessados em dar novo *status* à sua área de influência política, prestigiando o município com uma faculdade. Visto desse ângulo, a expansão dos institutos isolados de São Paulo foi um movimento conduzido por um número limitado de participantes, que, de certa forma, contribuíam para assegurar a expansão de faculdades e romper com o monopólio cultural mantido pela USP.⁸⁰

Em síntese, a interiorização do ensino superior em São Paulo obedeceu a alguns critérios em comum: a descentralização do desenvolvimento; a educação vista como investimento, com retornos econômicos e como fato de mudança social; as facilidades legais e os subsídios oficiais para a iniciativa privada; a idéia de “fixação do homem ao meio”, no caso, o profissional de nível superior.⁸¹

Nesse contexto foi efetivada a criação legal da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca. No dia 04/05/1959 a assembléia legislativa aprovou o projeto de autoria do deputado Onofre Gozuem, do Partido Democrata Cristão (PDC). No projeto, o

⁷⁹ TEIXEIRA, Anísio. Uma perspectiva da educação superior no Brasil. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Vol.50, nº111 jul/set.1968.

⁸⁰ WESTIN. Beatriz Westin de Cerqueira. Op. Cit.

⁸¹ SGUISSARDI, Valdemar Op.Cit. p.37

deputado acentuou o prestígio econômico de Franca e destacou a importância da criação de uma escola de ensino superior pública para o município :

Franca possui hoje Faculdade de Direito, Faculdade de Ciências Econômicas, Conservatório Musical, Escola de Belas Artes, Observatório Astronômico, Museu Histórico, quatro escolas normais, nove ginásios, quatro colégios universitários, Escola Técnica Industrial, Escola Técnica de Comércio, Seminário dos Agostinianos, doze escolas primárias e outra dezena de escolas afins. O município é centro de toda a região nordeste paulista, possuindo atualmente sessenta mil habitantes a cidade e noventa mil o município, com mil metros de altitude. Seu clima é o mais ameno do Brasil. A cidade de Franca é confluência natural, não só do nordeste paulista como também do sul de Minas e parte do Triângulo Mineiro.

O contingente estudantil é um dos maiores do Estado e por isso saem de Franca para outras cidades jovens que procuram o curso que ora se pretende criar.

Será medida das mais acertadas a criação da Faculdade citada. Será medida de descentralização do ensino o que vem sendo feito por todos os povos civilizados do mundo.⁸²

Entre a concepção e a instalação definitiva decorreram quatro anos. As circunstâncias históricas de 1963 forneceram os elementos necessários para a concretização do projeto de criação da FFCLF. Nesse momento a população do município de Franca atingiu cerca de setenta mil habitantes (68.027 pessoas em 1960)⁸³. A indústria de calçados assumiu a condição de principal atividade econômica, conferindo a cidade papel de destaque no cenário nacional. No mesmo compasso de outras cidades interioranas, Franca assumia contornos urbanos: a rede escolar foi ampliada, surgiram novos espaços de lazer como cinema e ginásio, a sociedade organizava-se politicamente em entidades estudantis e sindicais. Esta configuração contrastava com aspectos remanescentes do histórico rural, tradicional e oligárquico que havia caracterizado o município em décadas anteriores.

Embora a economia com base na fabricação de calçados fosse a mais importante, a produção agrícola, principalmente a cafeeira, permanecia com considerável força. Este fato pode ser assinalado pela ocupação de importantes cargos na administração pública estadual e nacional pelo principal produtor rural de Franca, Fábio de Salles Meirelles.

⁸² DEPUTADOS. Publicação da Assembléia Legislativa de São Paulo. Legislatura 1959. P.341.

⁸³ Arquivo Municipal de Franca. Banco de Dados.

Na década de sessenta Fábio de Salles Meirelles exerceu o cargo de presidente do Instituto de café do Estado de São Paulo, vice-presidente da Federação de agricultura de São Paulo, diretor-tesoureiro da Confederação Nacional de Agricultura, entre outros. No primeiro governo após o golpe militar de 1964, Salles Meirelles foi nomeado presidente do banco Nacional de Crédito Cooperativo, pelo presidente Castelo Branco⁸⁴.

No campo político, as mudanças no poder executivo estadual mostraram-se extremamente favoráveis à instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca. A vitória do governo paulista pelo Partido Social Progressista (PSP) garantiu apoio poderoso, como o do governador Ademar de Barros, do secretário de educação, Padre Januário Baleeiro, e do secretário da fazenda, Luís Arrobas Martins.

Em Franca, esses nomes estavam articulados com o grupo político, composto, entre outros, por Onofre Gozuem e Hélio Palermo. A junção política dos francanos com a gestão Adhemar de Barros foi selada com a nomeação do jornalista Corrêa Neves para a secretaria estadual de comunicação.⁸⁵ A partir daí, Corrêa Neves tornou-se a principal via de acesso para a captação de recursos e investimentos para o município. Nesse rol inclui-se a instalação da FFCLF, mediada decisivamente pela influência e intervenção de Corrêa Neves junto ao governo estadual. Com o seu apoio foram obtidas a sanção da lei nº 6.814 e a liberação da verba, estimada em dez mil cruzeiros, que viabilizaram o funcionamento da FFCLF a partir de 19/06/1963.

Outro ponto favorável à instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca partiu das reivindicações do setor estudantil secundário. Esse episódio foi relatado por dois de seus protagonistas: Paulo de Tarso⁸⁶ e José Chiachiri Filho⁸⁷. Ambos, embora tenham sido estudantes e professores da FFCLF, observaram que o contato com a

⁸⁴ Franca Cidade em Revista, novembro de 1974.

⁸⁵ Arquivo Histórico “José Chiachiri” Comércio da Franca, 28/11/1999.

⁸⁶ Entrevista concedida a Sérgio Motoki e Cleber Santos Vieira em 1997.

⁸⁷ Entrevista concedida em fevereiro de 2.001.

instituição remonta ao tempo de sua criação, quando, juntos com outros estudantes, participavam de reuniões, mobilizações e outras atividades organizadas principalmente pela União dos Estudantes Secundaristas de Franca (UESF). O papel desempenhado pelos estudantes foi apontado com destaque pela imprensa local:

Com a recente visita do Revmo. Padre Januário Baleeiro, Secretário da Educação a Franca, um movimento se destacou e se tornou digno dos estudantes secundaristas de Franca: o esforço no sentido de fazer chegar junto ao secretário o desejo de serem instaladas em Franca duas escolas que são: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a de Química Industrial, já criadas por Lei Estadual. A união da mocidade estudantil de Franca para a consecução do almejado, o trabalho desenvolvido junto ao titular da pasta de Educação através de ofícios entregues, de entrevistas radiofônicas e discursos, foi merecedor de aplausos. Movimento idêntico, de esforço conjugado, num sentido nobre e educacional, é difícil de se verificar.⁸⁸

Em 19/06/1963 realizou-se, no auditório do Instituto Educacional Torquato Caleiro, a aula inaugural da FFCLF. O ato sedimentou o prestígio dos políticos que mais haviam se empenhado na tarefa de entregar ao povo francano uma escola de nível superior pública. Explicitou, pois, a ligação política entre o governo estadual e o candidato do PSP à prefeitura de Franca. A ocasião foi oportunamente utilizada por cabos eleitorais de Hélio Palermo, transformando a inauguração oficial da FFCLF em ato político dos grupos ligados ao PSP municipal e estadual. Conforme noticiou o jornal *Aviso de Franca*:

A visita de domingo último do padre Januário Baleeiro, secretário da Educação do Estado, a Franca, a fim de presidir à aula inaugural da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, contribuiu imensamente para o prestígio do candidato do PSP à prefeitura municipal, Dr. Hélio Palermo. Aproveitando a estada do titular da pasta e o significado da solenidade, foram distribuídos profusamente boletins de propaganda, apontando mais uma vez ao povo de Franca os trabalhos do governador Adhemar de Barros em benefício da cidade.⁸⁹

A FFCLF, portanto, foi instalada num momento de extrema importância para o contexto político municipal. A aliança política conservadora formada pela UDN, PSP, PDC, PRP e PSD, apoiada por Ademar de Barros, saiu como a grande vencedora das eleições municipais de 1963, elegendo como prefeito o médico e empresário Hélio Palermo.

⁸⁸ Museu Histórico de Franca “José Chiachiri”. *Aviso de Franca* 27 de abril de 1963.

⁸⁹ Museu Histórico de Franca “José Chiachiri” *Aviso de Franca*, 10/08/1963.

As palavras de Alfredo Palermo, professor, advogado, ex-deputado federal pelo PDC e diretor da FFCLF entre 1963 e 1971⁹⁰, sintetizam de modo singular a atmosfera política que propiciou a criação da FFCLF:

A Faculdade surgiu da seguinte forma: o governador - aliás, é o Governador Adhemar de Barros - veio a Franca quando era candidato e tinha também um candidato a prefeito da cidade. Das muitas coisas que ele prometeu, solicitadas por estudantes de Franca, uma foi criar uma Faculdade de Filosofia em Franca. Nós temos um deputado estadual chamado Onofre Gozuem. Ele apresentou um projeto de criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, e esse projeto foi aprovado pela Assembléia Legislativa. Foi aprovado, foi transformado em lei, mas não foi decidida a instalação, porque houve umas alterações políticas, subiu outro governador e, assim, a coisa ficou parada. O governador Adhemar de Barros assume, novamente eleito, o Governo de São Paulo e, a pedido de políticos de Franca, ele resolveu instalar e me convidou para dirigir a Faculdade.⁹¹

Superados os entraves referentes à instalação, a FFCLF ingressou na etapa de constituição da estrutura acadêmica e administrativa necessária para o seu funcionamento. Em seu primeiro ano foram matriculados 145 alunos, distribuídos nos cursos de Geografia (14), História (31), Letras (50) e Pedagogia (40). O agente central dessa etapa foi o diretor Alfredo Palermo. Em 20/11/63 foi enviado o “Relatório do Concurso de Habilitação”, documento elaborado a partir de estudos junto à população, que justificava a necessidade e a opção dos cursos na recém-criada faculdade de Franca. Através de acordo firmado com o secretário estadual de educação Januário Baleeiro e Vicente Minicucci, delegado regional de ensino, Palermo garantiu a estrutura física para o funcionamento da Faculdade. Assim, nos seus cinco primeiros anos de vida, a FFCLF funcionou provisoriamente no prédio construído para abrigar o “Grupo escolar Homero Alves”⁹².

Alfredo Palermo buscou habilmente respaldo para as medidas até então tomadas para o funcionamento do instituto. Apoio significativo veio do professor Luiz

⁹⁰ A indicação de Alfredo Palermo para diretor da FFCLF foi oficialmente efetivada por meio de Carta encaminhada pelo prefeito de Franca, Hélio Palermo, ao conselho estadual de educação, aos cuidados de Zeferino Vaz. Arquivo Permanente da FHDSS/UNESP – Campus Franca. Processo n.º. 626/63. Folha 02. Caixa 63.

⁹¹ Centro de Documentação e Memória. Alfredo Palermo. Entrevista concedida à Anna Maria Martines Corrêa, 1992.

⁹² Arquivo Permanente da FHDSS. Ata do Conselho de professores. P. 03, Livro I

Antônio da Gama e Silva, reitor da USP e Ministro da Justiça dos Presidentes Costa e Silva e Médici. O professor Gama e Silva emitiu parecer favorável sobre o funcionamento da FFCLF, municiando o diretor com instrumentos legais:

1- A FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE FRANCA foi criada por lei estadual, tendo sido, posteriormente, mandada instalar e funcionar pela autoridade competente: o poder executivo.

Consequentemente, sua situação, sob esse aspecto, é absolutamente regular.

2- O problema do seu reconhecimento é ato posterior ao seu funcionamento.

3- Se assim ocorre, pode a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca realizar exame vestibular para os cursos criados e em funcionamento.

4- Como não possui, ainda, regimento, deve seguir sistema regulamentar adotado por estabelecimento de ensino superior idêntico, a fim de resguardar melhor a sua situação.

5- Seu regimento, depois de elaborado, deve ser levado à aprovação do Conselho Estadual de Educação, já criado por lei recente. E somente depois desse ato é que pode ser baixado pelo Poder Executivo.

Se me afigura desnecessário e mesmo ilógico que o Poder Executivo, órgão superior ao CEE, baixe desde logo, por decreto, o regimento da F.F.C.L.F. para, depois, subordiná-la à aprovação do CEE tal procedimento é inaceitável.

6- Em face dessas considerações, nenhuma providência imediata há de ser tomada para que a F.F.C.L.F. realize o seu exame vestibular e inicie seus cursos. Observo, porém, que fica ela obrigada a respeitar os 180 dias de trabalho escolar efetivo, em seu calendário escolar, nos termos do art. 72 da Lei n.º. 4.024 de 20 de dezembro de 1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

7- São essas as notas que telefonicamente transmiti a seu eminente Diretor e que ratifico nestas rápidas linhas. São Paulo – 6/7/1963.

(a) Luiz Antônio da Gama e Silva.⁹³

A instalação da FFCLF foi, portanto, fruto das ações de políticos locais, que souberam canalizar os reclamos da população numa conjuntura radicalmente favorável naquele ano de 1963. Contudo, faltava resolver a questão do pessoal docente. Neste particular, intervieram as forças sociais e políticas da cidade e, conseqüentemente, a transposição de todos os seus conflitos. Esse fator constitui-se em referência para a análise de muitos dos choques e conflitos ocorridos na FFCLF no período pós-68.

Dióres Santos Abreu, ao investigar as raízes históricas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, delineou o padrão pelo qual se fez a contratação de professores e funcionários nas escolas superiores criadas naquele período:

⁹³ Revista da Faculdade de Filosofia de Franca, n.º 3, 1970. pp. 155-156

Contratação de funcionários, de professores e a própria nomeação dos diretores tinham dedo das pessoas da terra articuladas com os partidos e com os políticos. A própria faculdade passou a contribuir para a confusão pelas dissensões entre professores e diretores, aliando-se uns e outros a facções da comunidade, não faltando a participação do clero local.⁹⁴

A rigor, a grande parte do corpo docente da FFCLF foi recrutada na própria comunidade. Dos 41 professores inicialmente contratados, 27 eram moradores de Franca; 10 apresentavam o título de Bacharel em Direito como formação principal; 15 ocupavam cargo no magistério de ensino secundário antes de ser contratados; e apenas 11 apresentavam experiência profissional como professor universitário, conforme se verifica na tabela 1:

Tabela 1

PERFIL DO CORPO DOCENTE DA FFCLF		
Moradores de Franca	27	65,8%
Bacharéis em Direito	10	24,3%
Professores ensino secundário	15	37,5%
Professores ensino superior	11	26,8%

Fonte: Parecer nº 181/68 – Comissão de Ensino Superior - CEE

Os dados informam que o funcionamento da FFCLF foi possível a partir da seleção de profissionais atuantes no próprio município, em geral aqueles que mais se destacavam no exercício do magistério secundário. Nesse caso destacou-se o Instituto de Educação de Franca Torquato Caleiro pela grande quantidade de professores que forneceu.

Os números relacionados à formação dos professores evidenciam uma das grandes características do padrão arcaico de ensino superior, isto é, a ausência de profissionais especializados em áreas de conhecimento específica e sua substituição pelos bacharéis. Os portadores do título de Bacharel, principalmente do curso de Direito, desfrutavam de grande prestígio social, pois eram tidos como homens de elevada cultura. A valorização social do

⁹⁴ ABREU, Dióres Santos. Op.cit. p. 91.

bacharel elevou os mais destacados ‘letrados’ francanos à posição de docentes na FFCLF, num espectro bastante variado de disciplinas. Entre 1963 e 1971, os principais postos na estrutura de poder da FFCLF foram ocupados por pessoas com esta formação, a saber: diretor Alfredo Palermo; vice diretor Alfredo Henrique Costa, de 1966 a 1968, e Valeriano Gomes Nascimento, entre 1968 e 1971.

O processo de contratação dos professores na fase inicial da FFCLF revela que eles foram reunidos entre diferentes e opostos espectros políticos da sociedade francana. Na margem progressista, o principal nome foi Alfredo Henrique Costa, professor e intelectual respeitado, com reconhecida militância política progressista no município, ex-vereador pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) na legislatura de 1948. A importância de Alfredo Henrique Costa consistia ainda na força do jornal que possuía, *Comércio da Franca*, principal veículo de comunicação da imprensa local. O caminho que o fez chegar à FFCLF foi narrado pelo próprio Costa:

O Alfredo, Irmão do Hélio, que era o prefeito da cidade, procurou-me e disse: “Xará, você não quer dar aulas na faculdade? Não sei nem se você vai receber pelas aulas, nem sei se depois vai conseguir manter o emprego”. Eu disse: “Aceito suas condições; quando é que eu começo?” Inicialmente, enveredei pela História: dei um curso sobre História das Civilizações.⁹⁵

Os fenômenos autoritários reproduzidos em determinada época podem, de acordo com Maria de Lourdes Albuquerque Fávero⁹⁶, ser analisados a partir da composição e prática docente das instituições educacionais, pois essa função é essencial para a formação de agentes sociais reprodutores dos discursos e das práticas das elites.

Nesse sentido, a criação da FFCLF revela a preocupação das elites em articular a instituição com as correntes do pensamento político e ideologicamente dominante no município. Desse modo, a maioria do corpo docente compunha com setores sociais

⁹⁵ Entrevista Concedida a Mauro Ferreira, Luiz Cruz e Fernando Oséias para o Caderno de Domingo do Jornal Comércio da Franca publicada em 25/04/1993.

⁹⁶ FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque (coord.). Faculdade Nacional de Filosofia. Vol. 2. Corpo Docente: Matizes de uma proposta autoritária. RJ: Editora da UFRJ; Faculdade de Educação, 1989.

conservadores da sociedade francana. Foi possível detectar a presença de elementos que reproduziram ao nível da prática as propostas dos poderes constituídos após o golpe militar de 1964. Tal reflexão fica evidente na frase mencionada pelo professor João Alves Pereira Penha, durante seu depoimento no inquérito policial que investigou a subversão na FFCLF em 1971:

A Faculdade de Filosofia é um centro irradiador de idéias modernas e que só trazem benefícios para a comunidade; entretanto, nesse ambiente de idéias positivas existe um pequeno grupo que insiste na divulgação de idéias marxistas e que se aproveita de crises administrativas na vã tentativa de subverter a ordem do instituto.⁹⁷

Criada de acordo com os parâmetros da política educacional do período populista, a FFCLF carregava na bagagem os problemas comuns a todos os institutos isolados daquela conjuntura. As precárias condições estruturais foram observadas por toda parte: disponibilidade de instalações e recursos didáticos, biblioteca, garantia de patrimônio, verba, docentes etc.

Imersa na mais completa precariedade acadêmica e administrativa, a FFCLF obteve, do recém criado Conselho Estadual de Educação, autorização provisória para funcionar⁹⁸. O Parecer, emitido pelo conselheiro Carlos Henrique Robertson Liberalli, desferia duras críticas aos procedimentos que geraram a faculdade:

A pressa em fazer funcionar o novo Instituto foi tão grande que somente não se pôde aguardar, mais alguns dias, a instalação do Conselho Estadual de Educação, como se fez tábula rasa de todas as praxes vigentes. Diante da rapidez da sucessão dos Atos Administrativos, feitos ao arrepio da Lei, tem-se a impressão de que se procurou colocar o novo conselho em ato consumado. A menos que não se trate de excesso de zelo que, infelizmente, não pode merecer elogios, *Ignorantia Legis*⁹⁹.

O parecer do conselheiro Liberalli refletiu de certa forma, o momento vivido pela administração das escolas de ensino superior paulistas. Em 1963, mesmo ano de

⁹⁷Depoimento de João Alves Pereira Penha prestado em 09/06/1971 ao Serviço de Ordem Política e Social de Franca. Arquivo do Estado de São Paulo. DEOPS/SP. Pasta 50-Z-344-567.

⁹⁸ ACTA. Conselho Estadual de Educação. Ano I, n.º 1, 1965. Resolução n.º 2/63 de 08/10/1963. p.68

⁹⁹ Idem. Ano I, n.º 2, 1965. Parecer n.º 7, processo n.º 51/63. P. 47.

instalação da FFCLF, foi criado o Conselho Estadual de Educação, engendrado pela LDB¹⁰⁰. Até então a função de supervisionar e administrar as unidades de ensino superior cabia a dois órgãos: Conselho Estadual de Ensino Superior e Serviço Administrativo dos Institutos Isolados. O Conselho Estadual de Educação (CEE) promoveu a fusão desses órgãos na Comissão de Ensino Superior (CES). Por esse novo dispositivo o poder público estadual passou a acompanhar o funcionamento das instituições, visando suprir carências relativas ao planejamento.

De modo geral, os membros do CEE viam de forma negativa os institutos isolados e os consideravam frágeis, dispersos, carentes de organismos administrativos e de mecanismos capazes de promover integração acadêmica. Em suma, avaliavam que não existia padrão de ensino universitário:

Na concepção dos integrantes desse órgão, a faculdade isolada não correspondia ao ideal modelo de instituição de ensino superior. A meta procurada pelo Conselho seria a integração dessas escolas numa universidade. No entanto, não havia sido esboçado um modelo; prevalecia a certeza de que essa universidade não seria a USP.¹⁰¹

Paradoxalmente, enquanto no CEE amadurecia a idéia de integração e racionalização dos institutos isolados, a FFCLF movimentava os primeiros passos rumo à consolidação do modelo que se queria superar. No horizonte da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca despontava o caminho do reconhecimento perante os órgãos de administração. A pauta das tarefas a serem cumpridas era extensa: normalizar a situação do corpo docente, assegurar presença dos estudantes egressos do ensino secundário nos vestibulares, organizar e incrementar a biblioteca, ajustar o calendário escolar aos 180 dias requeridos pela LDB e sistematizar o início do ano letivo previsto para o primeiro dia de abril de 1964.

¹⁰⁰ FERREIRA, May Guimarães. Educação brasileira: o CEE e o projeto político pedagógico pós 64. Campinas: UNICAMP, 1989.

¹⁰¹ CORRÊA, Ana Maria. Op. cit. p.165.

2.2. 1964, Franca e o reconhecimento da FFCLF

O processo de consolidação da FFCLF coincide com o período de instauração do regime militar e dos primeiros passos do autoritarismo pós-64. O desenvolvimento desses acontecimentos pode ser analisado a partir das relações entre golpistas e sociedade nos momentos imediatamente anteriores e posteriores ao golpe de 1964. Mensagens difundidas pelos grupos sociais favoráveis à intervenção militar são valiosas fontes documentais para se avaliar aquele processo histórico; sua função era conciliar o apoio popular com os princípios da segurança sedimentados pelas forças armadas. Através dessas mensagens é possível identificar e analisar os elos de ligação entre um e outro, tendo-se como referencial a questão do trabalho ideológico.

Na acepção de Pierre Ansart, o trabalho ideológico consiste no ato de inculcar símbolos e construir práticas visando a mobilização social e o apoio irrestrito a determinada expressão do poder político. Quando, em determinada situação histórica, a população comunga da mesma linguagem e apoia mais ou menos sem reservas os seus representantes, o trabalho ideológico assume feição específica denominada ortodoxia apoiada:

Cabe falar aqui em ortodoxia, uma vez que, de fato, se constitui um poder que acumula em si o poder político e o poder simbólico. Sejam quais forem as máscaras da linguagem e por mais benévola que se descreva a autoridade, os detentores do poder são na verdade emissores privilegiados dos significados e, simultaneamente, depositários legitimados da força. Mas, seja qual for a sua, recebem o apoio mais extenso da população que os rodeia, apoio que se manifesta exteriormente por sinais espontâneos e, mais profundamente, pela interiorização das mensagens e pela sua reprodução não-obrigatória¹⁰².

A prática da ortodoxia desenvolve-se em situações históricas de ruptura nas quais a população torna-se depositária do poder político de determinado movimento. Em relação ao golpe militar, esta prática pode ser ilustrada a partir da Marcha da Família com

¹⁰² ANSART, Pierre. Ideologia, conflito e poder. RJ: Zahar, 1978. p.137.

Deus Pela Liberdade, realizada em 19/03/1964. Essa manifestação constituiu-se em pólo emissor de significados, que reuniam em si elementos que buscavam legitimar os propósitos dos golpistas, ou seja, o anticomunismo associado aos imperativos de ordem e segurança nacional.

O processo desencadeado pela Marcha da Família com Deus pela Liberdade tinha por finalidade conquistar a adesão irrestrita da população em torno das bandeiras defendidas pelo núcleo dos grupos sociais conservadores, organizados em órgãos como o IPES, a ESG e o IBAD e as parcelas da Igreja Católica. Daniel Araújo Reis Filho assinalou que, da marcha promovida pelos conservadores em março de 63, “outras marchas se seguiram em outras cidades, em processo até hoje mal estudado¹⁰³.”

Uma alternativa possível é tentar compreender como as marchas realizadas após 19/03/1964 concretizaram o poder social dos protagonistas do golpe, por meio da identificação simples, porém eficaz, entre nação e segurança, sociedade e governo militar. Os elementos para uma interpretação como esta podem ser localizados na malha social, onde o discurso anticomunista dos golpistas foi integrado e difundido.

Nesse sentido, a interiorização do discurso anticomunista (apregoadado pelos articuladores do golpe) pela sociedade francana fornece elementos que contribuem para essa interpretação. Em 16/05/1964, ou seja, mais de um mês após o golpe, realizou-se em Franca a Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade. A coluna Objetiva do jornal *Comércio da Franca* conclamou a população para participar do ato.

Triunfante a revolução, outras cidades passaram a realizar sua Marcha; **agora, porém, como motivo para uma reafirmação do espírito democrático de nossa gente, bem como para consolidar os sentimentos populares contra o extremismo.**

Franca também participará da vibração cívica que sacode a alma brasileira no momento, reunindo o seu povo em praça pública, a fim de entoar em coro o seu ato de fé nos destinos da pátria, dentro do regime democrático que nossos maiores nos legaram.¹⁰⁴

¹⁰³ REIS FILHO, Daniel Araújo. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. SP: Jorge Zahar Editor, 2.000, pp. 30-31.

¹⁰⁴ Arquivo Municipal de Franca. O Comércio da Franca. 14/05/1964.

As palavras revelam com clareza a estratégia de convencer a população do seu papel para a consolidação do movimento golpista. Ali as lideranças políticas do município, tais como o prefeito, Hélio Palermo, e o delegado de ensino e professor de sociologia no departamento de geografia da FFCLF, Vicente Minicucci, tornaram-se porta-vozes do sentido político de uma festa espontânea, decorada com as mensagens que simbolizavam a ordem e a segurança da nação. O poder político dos generais foi vivenciado como legítimo, no conjunto das práticas simbólicas interiorizado no espírito e mente do povo reunido naquela “vibração cívica”.

O ato contou com a participação de cerca de dez mil pessoas, dentre as quais estiveram representantes da indústria de calçados, principal atividade econômica do município, como a Samello, Amazonas, Rui de Mello e outros. Os estudantes estiveram representados na fala de William Jorge. A professora de sociologia no departamento de pedagogia da FFCLF, Wanda Valério Faria, falou em nome das mulheres. A marcha contou ainda com o apoio de Manuel Silveira, presidente do Sindicato dos Sapateiros de Franca, Capitão Júlio de Souza, em nome das autoridades militares, e Antônio Arruda, representando as escolas municipais.

A realização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade permite afirmar que esta estratégia de poder foi acionada para além da desestabilização do Governo Goulart ou como símbolo da reação conservadora às reformas anunciadas no comício do dia 13 de março. Após o golpe, as marchas operaram como mecanismo de reprodução das mensagens políticas do grupo que conquistara o poder, com o objetivo de sedimentar socialmente a ordem política e econômica imposta. Estiveram, porém, concatenadas a outros elos de ligação entre corpo social e forças armadas em Franca.

O jornal *Aviso da Franca* desenhou, meses antes, como seria o posicionamento das elites políticas e econômicas no período pós-64. As edições publicadas

em 25/05 e 01/06 de 1963 traziam artigos com enfoque sobre a questão da cultura, sob o título “Eu acuso: CPC de Franca – célula do PC”. Em um de seus trechos dizia:

Infelizmente, em Franca, o CPC (que só existe de nome e fachada, pois não tem diretoria, nem teatro popular, cursos de alfabetização, nem nada) está sendo de ponta de lança para comunistas.

Seus pregadores pregam e tentam impor ao povo de Franca uma nova ordem importada da Rússia, da China comunista ou de Cuba, e que constaria nos conceitos fundamentais do modo de viver do povo brasileiro. Pregam um processo falso e antidemocrático. Criam contradições, tensões e incoerências. Fomentam a revolta, o ódio, a vingança e o sangue. Nós somos contra isso.¹⁰⁵

Desferido o golpe de 31 de março de 1964, outros segmentos sociais do município de Franca prosseguiram com ações conservadoras. Estudantes secundaristas e universitários, que em outras localidades tiveram suas entidades amordaçadas pela Lei Suplicy de Lacerda, solidarizaram-se prontamente com os militares. O golpe de 1964 foi comemorado com entusiasmo pelo Centro Acadêmico da Faculdade de Direito de Franca, que publicou o seguinte manifesto:

Nós, abaixo-assinados, estudantes de direito da Faculdade de Franca, solidários com o movimento democrático deflagrado no Brasil, manifestamos a nossa solidariedade às Forças Armadas e aos líderes democráticos da nação. Apelamos para o restabelecimento da ordem e a normalização das atividades. Apoiamos o governo que ora se instala e que tem pela frente a bandeira da democracia e a luz da liberdade! Afirmamos, mais uma vez, nosso incondicional apoio à Frente Democrática Universitária. Livres e coesos, marcharemos contra a infiltração comunista. A amarga experiência vermelha chegou ao fim na terra de Caxias e Tiradentes! O povo esperançoso, sem promessas demagógicas, voltará a sorrir. Nossas palavras são de irmãos para irmãos. A nossa bandeira é a mesma. Estes moços estão com Deus e com a Liberdade.

Salve o Brasil!

Franca, 2 de abril de 1964.¹⁰⁶

Conforme foi constatado nas assinaturas do manifesto¹⁰⁷, os universitários pertenciam a tradicionais famílias francanas. Lá foi possível identificar representantes das famílias Sandoval Ribeiro, Salles Meirelles, Falleiros, Bettarelo, Jacintho Caleiro, Chiachiri, Pucci, entre outros.

¹⁰⁵ Arquivo Histórico “José Chiachiri”. Aviso de Franca. 01/06/1963.

¹⁰⁶ Arquivo Histórico “José Chiachiri”. Comércio da Franca 07/04/1964.

¹⁰⁷ Anexo I.

A União dos Estudantes Secundaristas de Franca, presidida pelo estudante José R. Campos, percorreu a mesma trilha. *A Voz da UESF*, jornal da entidade, publicado em 26/05/1964, trazia congratulações ao presidente da república, Marechal Castelo Branco, e um artigo intitulado “Os estudantes e a Revolução”, no qual se lê:

A juventude estudantina brasileira que, aos poucos, mas progressivamente, estava se contaminando com a doença bolchevista, viu-se livre dos germens causadores da desgraça nacional, representados pelos falsos líderes. Ficamos satisfeitos, pois com essa revolução ficamos desligados completamente dos extremistas, iniciando uma nova era, progressista e cristã, no Brasil. E da mesma forma que caiu o governo, caíram as hipóteses de que o estudante deva intrometer-se na vida política da nação. O estudante deve apenas preocupar-se com os estudos e, no setor político, apenas com a política educacional.

A revolução nos deu uma grande lição e devemos aproveitá-la ao máximo, para a grandeza do Brasil.

Carlos Eduardo de Castro Palermo (IETC)¹⁰⁸

Nessas manifestações percebe-se um tipo específico de apoio ao regime militar. Um apoio espontâneo, divulgado sem mecanismos especializados de difusão controlados pelo Estado. As Forças Armadas são apontadas como a encarnação viva da “Revolução”, a grande promotora da salvação nacional.

As regras e normas autoritárias engendradas a partir dali seriam vistas não como coercitivas, mas como patrocinadoras da felicidade coletiva e da extirpação do grande mal, a infiltração comunista. Dessa forma, a deposição de um governo constitucional, com todas as práticas coercitivas arroladas a partir daquele instante contra a sociedade, “por mais que pareçam ao observador estranho, não são repressivas, uma vez que asseguram a conciliação da plenitude do sentido e da ação concreta: são o meio de realização do Bem”¹⁰⁹.

Em meio a esse processo, a FFCL de Franca buscava o reconhecimento diante dos órgãos administrativos. Primeiro precisou ser superada a situação provisória de funcionamento dos cursos. Isso foi possível após a comunidade acadêmica preencher os requisitos determinados pelo CEE. Com a situação estrutural, administrativa e acadêmica

¹⁰⁸ Arquivo Histórico “José Chiachiri” *A Voz da UESF* 27/05/1964 suplemento do Jornal O Comércio da Franca.

¹⁰⁹ ANSART, Pierre. Op.cit. p.138.

regularizada, o CEE emitiu, em 20/08/65, parecer favorável ao funcionamento em caráter definitivo ¹¹⁰. O passo seguinte foi direcionado para o reconhecimento dos quatro cursos existentes. O corpo discente apresentava um certo crescimento em relação ao ano de instalação, com 388 alunos matriculados distribuídos nos quatro cursos como está indicado na tabela 2.

Tabela 2

	1963	1964	1965	1966
Geografia	14	32	44	56
História	31	57	82	109
Letras	50	55	67	83
Pedagogia	40	70	94	140
Totais	135	214	287	388

Fonte: Relatório da Comissão Especial Sobre a Integração da FFCLF à UNESP.

Em 23/07/1966, o professor Alfredo Palermo enviou ao CEE o pedido de reconhecimento dos cursos da FFCLF¹¹¹. De acordo com o documento, a faculdade estava organizada com 40 professores, dos quais 11 eram regentes e 29, instrutores, distribuídos por quatro departamentos: Geografia, História, Letras, Pedagogia. Para o ano de 1966 a previsão orçamentária era de 250 milhões de cruzeiros. Com atraso de pelo menos três anos, as finalidades da FFCLF foram definidas no regimento interno. O primeiro item destacava a formação de pessoal para o magistério secundário, objetivo que ao longo da existência da FFCLF se fez praticamente o único:

- I - Preparar candidatos ao magistério secundário e normal;
- II - Preparar investigadores intelectuais para o exercício das várias atividades culturais de ordem desinteressada, técnica e científica;
- III- Realizar pesquisas nas diversas especialidades da cultura, que são objeto de seu ensino¹¹².

¹¹⁰ ACTA. Governo do estado de São Paulo. Conselho Estadual de Educação. Ano IV, n.º 08, 1968. p. 26.

¹¹¹ Arquivo Permanente da FHDSS/UNESP Franca. Ofício n.º 130 de 23 de julho de 1966.

¹¹² Regimento Interno da FFCLF de 1966.

Em 1968, o CEE introduziu a Congregação na estrutura de poder dos institutos isolados. Na FFCLF, a congregação foi incorporada em junho de 68, tendo como seus primeiros componentes Alfredo Palermo, Valeriano Gomes - respectivamente diretor e vice - mais os professores João Alves Pereira Penha, Wanda Valério Faria, Alfredo João Rabaçal, David Rabello, Eticar Kunh, Benedito Eufrásio Marcondes Vieira. Os alunos foram representados por Geraldo Ivan. O novo órgão foi anunciado como o bastião da democracia institucional:

Disse o Sr Diretor Alfredo Palermo: que o Conselho resolveu baixar normas que criam nos institutos a congregação, cuja finalidade é dirigir os destinos da escola. Até o presente não havia um órgão colegiado nas faculdades e o diretor era um pequeno ditador. Conquanto fosse uma ditadura amena e paternalista, Às vezes mesmo maternalista, esta ditadura acabou.¹¹³

Diante de tais palavras urge equacionar algumas considerações. Falando sobre a ideologia, Claude Lefort diz que ela se manifesta nos discursos que nomeiam os processos de socialização em específicos espaços de interação humana. Para este autor, “ideologia é o encadeamento das representações que têm por função restabelecer a dimensão da ‘sociedade sem história’ no próprio seio da sociedade histórica.”¹¹⁴.

Dessa forma, no discurso nomeador da derrocada do processo ditatorial naquela instituição de ensino superior, em pleno ano de 1968, está incluída a representação sugerida por Lefort. O processo social que possibilitou aquele acontecimento está relacionado ao conjunto de soluções empreendidas pelos militares para frear as mobilizações populares, no caso, a luta pela reforma universitária. Após 64, a modernização autoritária impôs mudanças no ensino superior, tendo em vista a racionalização da ação educacional que, entre outros, inclui o reforço da estrutura de poder a partir da segmentação das tarefas administrativas.

¹¹³ Ata de instalação da Congregação 14/06/1968.

¹¹⁴ LEFORT, Claude. As formas da História. Ensaios de antropologia política. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 313.

Sem dúvida, a criação de órgãos como congregações e departamentos representou avanços, se comparada ao poder exercido pelas cátedras vitalícias. Porém as mudanças foram orientadas em gabinetes chefiados por representantes dos círculos militares, como Meira Mattos, ou por expoentes do capital internacional, caso de Rudolf Atcon. Por isso, não foram pensados como canais de participação democrática na estrutura de poder institucional. Por um lado, foi pensada como um paliativo, uma tática que contribuiu para estreitar os focos de insatisfação do movimento estudantil; por outro, visava alterar a administração universitária, conforme o modelo empresarial, separando o planejamento da execução e limitando a participação da comunidade acadêmica.

Enfim, impossível pensar no fim da ditadura nos órgãos colegiados de qualquer faculdade, no momento em que entravam em curso os anos de chumbo na história política do Brasil. Após 1964, principalmente após o AI-5, a participação na estrutura de poder das faculdades ficou restrita aos que compartilhavam dos princípios do regime militar, ou, no mínimo, àqueles que se conformaram com as práticas autoritárias. Assim, impossível pensar em fim da ditadura quando grande contingente estudantil, intelectual e científico amargavam o expurgo, pelo único fato de não concordarem com o direcionamento imposto ao país pelos militares. Nos termos colocados acima, afirmar o fim da ditadura significa demover a história daquela microestrutura do processo histórico em curso no país.

Todavia, a criação da congregação na FFCLF está relacionada com as mudanças operadas no sistema de ensino superior do Estado de São Paulo, por força da política de racionalização educacional traçada pelo governo militar. As modificações incidiram, sobretudo, na forma de administrar e organizar os institutos isolados. Em 1966 surgiu a Coordenação da Administração do Ensino Superior (CASES), cujos trabalhos imprimiram nova dinâmica ao funcionamento dos estabelecimentos universitários. Entre outras atividades, a CASES empenhou-se em promover integração administrativa e resolver

os problemas comuns das faculdades a ela subordinadas. No ano seguinte, em 19/06/1967¹¹⁵, o Conselho Estadual de Educação estabeleceu os parâmetros legais sob os quais deveriam ser elaborados os regimentos internos de todas as unidades do sistema de ensino superior paulista.

Essas medidas resultaram em análises mais criteriosas para o reconhecimento de cursos mantidos pelo poder público. O requerimento da FFCLF tramitou por quase dois anos no CEE, sendo aprovado em 17/06/1968. A Comissão de Ensino Superior (CES), órgão responsável pela análise, porém, efetuou algumas ressalvas. A questão do contrato de trabalho dos docentes e as pesquisas realizadas pelo instituto foram pontos destacados no parecer de autorização. De acordo com o texto, a produção científica estava prejudicada pelo fato de o trabalho docente ser, na totalidade, em regime de dedicação parcial: “note que a pesquisa está apenas balbuciando na faculdade, que não tem nenhum elemento em RDIDP.”¹¹⁶

2.3. A formalização do autoritarismo

A reforma universitária de 1968 definiu a universidade como o modelo institucional preferencial para o ensino superior brasileiro. O texto da lei n.º 5.540/68 orientava o poder público a erradicar os institutos isolados, aglutinando-os em universidades ou federações universitárias, que seriam organizadas ou remodeladas seguindo o tripé ensino, pesquisa e extensão. Na base dessas diretrizes estava o princípio da racionalização do processo educacional, isto é, a não duplicação de meios para se atingir os mesmos fins. A

¹¹⁵ Resolução n.º 16/67, de 19/06/1967, Acta, Ano V, n.º 10, 1969, p.19

¹¹⁶ Conselho Estadual de Educação. ACTA. Ano VI, n.º 11, 1970. pp.191-209.

estrutura das instituições universitárias deveria combinar a redução dos custos com administração, corpo funcional, quadro docente, cursos e departamentos, para a obtenção da máxima produtividade no desenvolvimento científico, prestação de serviços à comunidade e formação discente.

No Estado de São Paulo as diretrizes postuladas pela lei 5.540 foram otimizadas com a criação, em 1969, da Coordenadoria de Ensino Superior do Estado de São Paulo (CESESP). Daí em diante, as relações entre Governo e Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo (IIESESP) foram reformuladas. A 20/01/1970, o professor Carlos Pasquale, presidente do CEE, enviou projeto ao governador paulista transformando os IIESESP em autarquias administradas pela Secretaria Estadual de Educação, através do CESESP¹¹⁷.

A padronização das autarquias administrativamente subordinadas à CESESP pode ser percebida através da análise de episódios muito específicos da história das faculdades. No caso da FFCLF, essa questão pode ser ilustrada na tentativa de alteração do nome oficial da instituição. Em meados da década de 70, a câmara de vereadores de Franca aprovou encaminhamento para nomear o instituto isolado do município como Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca Dr. Antônio Barbosa Filho. Era uma homenagem a “Barbosinha”¹¹⁸, importante político da cidade que havia assumido a prefeitura em três ocasiões, nas décadas de trinta, quarenta e cinquenta.

Após o decreto-lei 191, o Conselho Estadual de Educação deliberou por adotar o mesmo nome genérico para todos os estabelecimentos educacionais. Por força desse decreto lei, ao invés do pretendido nome (Faculdade de Filosofia de Franca Dr. Antônio

¹¹⁷ São eles: Faculdades de Filosofia Ciências e Letras de Araraquara, Assis, Franca, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro, Ribeirão Preto e São José do rio Preto; Faculdades de Farmácia e Odontologia de Araçatuba, Araraquara, Ribeirão Preto e São José dos Campos; Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu. A Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá e a Faculdade de Medicina Veterinária e Agronomia de Jaboticabal.

¹¹⁸ Comércio da Franca. Suplemento 100 Nomes que fizeram a História de Franca. 28/11/1999

Barbosa Filho), o instituto isolado foi nomeado seguindo os critérios estabelecidos com a denominação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca¹¹⁹.

De forma mais ampla, o decreto lei 191/1970 ratificou a política educacional que pretendia extinguir as escolas superiores isoladas. O parágrafo único do artigo primeiro definia:

Sempre que possível, mediante indicação do Conselho Estadual de Educação e por decreto do governador do Estado, Institutos a que se refere este artigo poderão ser congregados em Federações de Escolas ou incorporados a universidades às quais se transferirão, na última hipótese, os respectivos patrimônios e recursos.¹²⁰

Essa perspectiva resultou na reunião de esforços e recursos para corrigir alguns dos graves problemas pertinentes aos IIESESP. Medida de grande importância foi a homogeneização da estrutura e funcionamento dos institutos através de um regimento geral, decreto lei n.º 52.595, de 30/12/1970¹²¹. Tratava-se, pois, de traçar uma linha de ação para elevar o padrão acadêmico e redefinir a infra-estrutura daquelas escolas.

As alterações institucionais denotaram novos horizontes para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca. O ano letivo de 1969 teve início em espaço físico próprio, comprado pela Secretaria de Finanças do Estado de São Paulo. O valor de oitocentos mil cruzeiros novos foi obtido junto ao então secretário, Luís Arrobas Martins.

Era um prédio antigo, construído em 1888, para abrigar um internato: uma construção religiosa do século XIX, localizada na região central da cidade, onde funcionava o principal centro de formação de jovens das classes dominantes de Franca, calcada nos valores cristãos e nos bons costumes¹²². Na época da compra, o Colégio Nossa Senhora de Lourdes

¹¹⁹ Arquivo Permanente da FHDSS/ UNESP – Campus Franca.

¹²⁰ ACTA. Conselho Estadual de Educação. Ano VI, n.º 17 jan/fev, 1977. pp. 243-244.

¹²¹ Idem. Ano VI, n.º 22, nov/dez, 1970. pp. 423-443.

¹²² MARTINS, Patrícia Carla de Melo. Catolicismo ultramontano e o Colégio Feminino Nossa Senhora de Lourdes de Franca (1888-1930). Dissertação de mestrado – UNESP/Franca, 1988.

completava oitenta anos. Era mantido pela Sociedade de Instrução Popular e Beneficiária, nome jurídico da congregação católica Irmãs de São José de Chamberry no município.

Quando o colégio católico feminino cedeu lugar à FFCLF, esse espaço passou a ser preenchido por outras esferas administrativas. As freiras saíram de cena; em seus lugares instalaram-se a burocracia técnica e administrativa da faculdade: os departamentos, sala da direção e serviços burocráticos em geral.

O Diretório Acadêmico da FFCLF recebeu a notícia da compra do prédio com euforia. A representação discente havia participado de todo o processo de aquisição do prédio, chegando a destinar suas reivindicações diretamente ao secretário Arroba Martins. Como retribuição ao benefício concedido, os estudantes prestaram diversas homenagens ao secretário.

Nas eleições de 1968, que elegeram a nova diretoria do D.A. XXI de Setembro, foi vitoriosa a chapa denominada “Chapa Arrobas Martins”. No início de 1969, a terceira turma formada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca indicou Luís Arrobas Martins como seu paraninfo. Foram gestos de gratidão ao ‘ilustre amigo do povo francano’.

A conquista da nova sede realçou o otimismo em relação a faculdade, que parecia atingir um formato consolidado. Esse, pelo menos, era o sentimento dos seus fundadores e colaboradores na ocasião do sexto aniversário da Faculdade de Filosofia de Franca, como já era conhecida a FFCLF:

Felizmente, graças à energia de seus timoneiros, à colaboração dos professores e ao trabalho ininterrupto de seu corpo administrativo, mais o apoio da municipalidade, a Faculdade de Filosofia não apenas obteve o “reconhecimento” definitivo de seus cursos como conseguiu um prédio magnífico para suas acomodações, consolidando-a definitivamente como um dos mais admirados institutos isolados de ensino superior do Estado.¹²³

¹²³ Comércio da Franca 19/06/1969.

Em 1971 houve mudanças na direção da Faculdade. A troca de comando do governo paulista estimulou a saída do professor Alfredo Palermo¹²⁴. Para o seu lugar foi conduzido o professor João Rabaçal, chefe do Departamento de Ciências Sociais. Os dois anos de sua gestão foram marcados por grandes tumultos. Foram anos de instabilidade, cujos motivos recaíam sobre o autoritarismo manifestado nas decisões do novo diretor. Havia repúdio às medidas como a portaria interna de maio de 1972 que determinava a obrigatoriedade da presença de alunos e professores nas solenidades oficiais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca.¹²⁵ José Chiachiri Filho relatou um outro aspecto da gestão Rabaçal:

Eu vou te contar uma coisa: pra você ter uma idéia, na faculdade todo mundo se conhece, uma cidade pequena. Naquela época, se tivesse 90 mil habitantes era muito; não tinha nem isso, você entendeu? Ele estava obrigando: obrigou todo mundo a usar um avental branco, capote branco, com um crachá escrito o nome - professor, funcionário, tudo! Obrigou., Ah! Tem cabimento? É brincadeira... Ele foi, foi desgastando, desgastando, aí deu aquele rolo, né? Se desligou, acabou sendo obrigado, né? Pressionado, né?¹²⁶

A indisposição de Rabaçal com alguns membros influentes na comunidade acadêmica interrompeu precocemente o mandato do diretor. Para o seu lugar foi indicado o professor do departamento de história da USP, Emanuel Soares da Veiga Garcia. Em seu depoimento, o professor narrou o clima que permeava a faculdade no momento de sua nomeação:

E eu tive que ter o cuidado de agir como bombeiro, apagar o incêndio. E durante mais ou menos um ano e meio eu não fiz outra coisa, senão procurar evitar vinganças, evitar possíveis desavenças. Enfim, como eu tinha sido professor dessa faculdade dois anos antes, então eu contava com um certo grupo ao meu favor. Contava com pessoas que tinham simpatia por mim e que ajudaram muito nesse trabalho (...). De outro lado, eu não pertencia ao corpo docente: eu era professor, como sou até hoje, da Universidade de São Paulo. De modo que havia certos colegas, certas pessoas, que me consideravam uma

¹²⁴ Na ata de reunião da Congregação da FFCLF realizada em 16/03/1971 o professor Alfredo Palermo fez o seguinte comunicado: “o sr. presidente dá ciência aos senhores membros da congregação da sua decisão de colocar o cargo de diretor da faculdade à disposição do nosso secretário da educação, esclarecendo, outrossim, que como manda a ética, é praxe, quando da mudança de novos governos, que todos os ocupantes de cargos de confiança assim o fizessem.” Arquivo Permanente da FHDSS. Caixa 326.

¹²⁵ Arquivo Permanente da FHDSS. Livro Ata do Conselho Superior, 13^a reunião da congregação realizada em 29/05/1972. p.27

¹²⁶ Entrevista concedida a Cleber Santos vieira em fevereiro de 2.001.

espécie de interventor, já que eu não fazia parte do quadro de professores. Então esses colegas sempre apresentavam restrições, sempre ficavam com um pé atrás e eu tinha que tomar muito cuidado para que os ânimos não ficassem acirrados, e a crise perpetuasse.¹²⁷

Esse momento da história da Faculdade de Filosofia de Franca está relacionado com um movimento mais amplo de deslocamento de professores da USP, iniciado anos antes. No mesmo período chegaram ao departamento de História, além do professor Emanuel Soares da Veiga Garcia, o professor Manuel Nunes Dias; à Geografia, Antônio Penteado; à Pedagogia, João Gualberto de Carvalho Menezes, e outros. Isso possibilitou maior projeção acadêmica da FFCLF, pois a presença de docentes da principal universidade do país conferia prestígio e colaborava para o rompimento com o isolamento, rumo à construção do ‘espírito universitário’.

O intercâmbio entre USP e FFCLF colaborou para atenuar a resolução de outro grave problema: a titulação dos professores. A chegada dos novos professores abriu um canal direto de comunicação com o programa de pós graduação da USP. Entre 1970 e 1973, elevado número de docentes da Faculdade de Filosofia de Franca concluíram o curso de doutorado¹²⁸. O auge desse processo foi o ano de 1973, quando defenderam teses os professores: Zélia Maria Neves Prezoto, Maria Ignez de Freitas Vilhena, David Rabello, Maria Zita Figueiredo, José Chiachiri Filho, Maria Aparecida Figueiredo Pereira, Ibrahim Haddad, Marina de Andrade Marconi, Sônia Santa Vitalino Graminha, Antônio Cláudio Branco Vasques, Silvia Maria S. de Carvalho, Haidée Marquiafave Pugliesi, Niza Neila de Almeida Liporoni, Silvia Maria Jachinto de Lima, Benedito Eufrásio Marcondes Vieira, Rosa Dalva Ribas Kunh.

A corrida pela qualificação dos docentes emergia como desdobramento direto das exigências impostas pela reforma universitária de 1968, que também acarretou o

¹²⁷ Entrevista concedida a Cleber Santos Vieira em 21/11/2000.

¹²⁸ Dados obtidos a partir do levantamento realizado na Biblioteca da Faculdade de História Direito e Serviço Social de Franca.

estreitamento dos laços entre estabelecimentos educacionais e comunidade. O efeito prático desse procedimento foi a institucionalização dos grupos política e economicamente dominantes na estrutura administrativa das faculdades.

No caso dos I.I.E.S.E.S.P., essa matéria foi regulamentada pelo capítulo II artigo 9º do regimento geral, o qual estabeleceu na estrutura de poder dos institutos o Conselho Superior como órgão colegiado máximo de administração. A relação dos nomes docentes e dos representantes da comunidade nesse importante órgão dimensiona a força dos setores conservadores na FFCLF. No momento da instalação do Conselho Superior, janeiro de 1971, três dos quatro representantes eleitos do corpo docente eram conhecidos por suas práticas reacionárias: Manuel Nunes Dias, João Alves Pereira e Ibrahim Haddad.

Nunes Dias, professor de história da USP, exercia as funções no magistério superior na FFCLF desde o início dos anos setenta. No tempo em que foi diretor/interventor da Escola de Comunicação e Arte da USP, ficou conhecido por suas práticas arbitrárias¹²⁹. Os outros dois membros do Conselho Superior, Penha e Haddad, foram descritos por ex-alunos e professores da FFCLF como autênticos conservadores e opositores ferrenhos de tudo aquilo que se aproximasse a posições de esquerda.

A legislação que instituiu o Conselho Superior nas escolas superiores isoladas de São Paulo previa o estreitamento dos laços com a comunidade. O documento abaixo indica o perfil da representação social introduzida naquele importante órgão de administração da FFCLF:

Dando por instalados os trabalhos da sessão, o Sr. Presidente convidou a mim, Ronaldo Mange, para secretariá-lo. Iniciando a sua fala, apresenta votos de boas vindas aos senhores Américo Palermo e José Finardi Garcia, novos membros integrantes do colegiado, nomeados que foram pelo Sr. Governador como representantes da comunidade.¹³⁰

¹²⁹ De acordo com o sindicato dos professores da UNESP “Manuel Nunes Dias foi notório agente da repressão na USP durante os anos 70”. Revista da ADUNESP, Nº 1, setembro de 1996.

¹³⁰ Arquivo Permanente da FHDSS/ UNESP – Campus Franca. Livro Ata do Conselho Superior. 23ª reunião ordinária 28/04/1973.

Os nomes sugerem interpretar que a estrutura administrativa da FFCLF reproduziu as relações de poder da sociedade francana, na medida em que introduziu no Conselho Superior agentes sociais vinculados a grupos que dominavam o cenário político e econômico no município. Américo Palermo - um dos diretores da Companhia de Calçados Palermo, que havia presidido a Associação Comercial e Industrial de Franca (ACIF) em 1966 e 1967.

O outro representante da comunidade no Conselho Superior da FFCLF, José Finardi Garcia, permite concluir que o partido de sustentação do regime militar, a ARENA, tinha grande receptividade na FFCLF. Garcia era vereador pela ARENA e presidiu a Câmara Municipal de Franca no ano de 1972.¹³¹ Por fim, a função de secretário administrativo constituía-se num dos mais importantes cargos técnico-administrativos dentro da estrutura de poder institucional. Para exercê-lo foi nomeado Ronaldo Mange, ativo membro da aliança política conservadora, formada por PSP, PDC, PRP e UDN que elegeu Hélio Palermo em 1963, e ex-vereador pelo PSP.

A criação de organismos como o Conselho Superior na faculdade enunciava a reestruturação do sistema educacional, conduzida em plena ordem autoritária. Os procedimentos repressivos direcionados para outras instâncias da sociedade foram normatizados nos regulamentos que organizavam o funcionamento dos estabelecimentos de ensino. É possível, pois, delinear a reprodução dos princípios autoritários na hierarquia do sistema de ensino superior.

Na esfera federal, o decreto lei n.º 477, de fevereiro de 1969, definiu as infrações disciplinares praticadas por professores ou empregados de estabelecimentos de ensino. A partir dessa data ficou estabelecido:

Art. 1º - Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

¹³¹ Museu Histórico “José Chiachiri”. Banco de Dados. Prefeitura Municipal de Franca.

I – Alicie ou incite a deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe desse movimento;

III – Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe;

IV – Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;

VI – Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.¹³²

A partir da estrutura do ensino superior paulista, é possível traçar o caminho percorrido para a institucionalização dos procedimentos repressivos às atividades políticas e ideológicas, imposta pelo governo militar. Entre as normas do regimento geral dos IIESESP consta no artigo 89 que:

É vedada à representação estudantil qualquer manifestação, propaganda ou ato de caráter político ou ideológico, de discriminação religiosa ou racial, de incitamento, de promoção ou de apoio à ausência de trabalhos escolares e à inobservância das normas constantes dos regimentos da cada faculdade¹³³

Na esfera microestrutural do sistema de ensino superior, as normas repressivas foram inteiramente integradas ao cotidiano de cada um dos seus fragmentos. O regimento interno da FFCLF praticamente reproduz as diretrizes autoritárias de controle sobre a representação estudantil, sinalizando para o grau de subordinação aos postos mais avançados da cadeia administrativa do ensino universitário. Assim, consta que:

Art. 190 – É vedada à representação estudantil qualquer manifestação, propaganda ou ato de caráter político ou ideológico, de discriminação religiosa ou racial, de incitamento, de promoção ou de apoio à ausência a trabalhos escolares e à inobservância das normas constantes deste regimento ou de regimento dos departamentos e Congregação.¹³⁴

A proposta de regimento interno da FFCLF formalizou ainda com maior precisão a face autoritária que acompanhou a reestruturação do ensino superior no Brasil. Nesse sentido, é pertinente indicar o código disciplinar do regimento desta instituição.

¹³² DOCUMENTA. Governo Federal. Conselho Federal de Educação. N.º 98, Fevereiro de 1969. pp.140-141

¹³³ ACTA. Governo do Estado de São Paulo. Conselho Estadual de Educação. Ano VI, n.º 22, nov/dez de 1970. Decreto n.º 52.595, de 30 de Dezembro de 1970. pp. 423-443.

¹³⁴ Arquivo Permanente da FHDSS/UNESP Franca. Regimento da FFCLF. Processo n.º 903/71. Folha 46. Caixa 326.

Art. 203 - É ainda dever do professor (...)

c) obedecer às leis e regulamentos vigentes, não apenas como membro do corpo docente, mas ainda como cidadão;(...)

Art. 215 – São deveres dos alunos da FFCL de Franca: (...)

g) manter a ordem na Faculdade, não perturbando as atividades escolares e a administração; (...)

i) evitar proselitismo político ou ideológico na Faculdade;

j) defender o sistema democrático de vida social;

k) defender as leis do país e os regulamentos decorrentes.¹³⁵

Referindo-se aos impactos da reforma de 1968 sobre a reorganização burocrática das universidades, Maria Stela Grasciani observa que o “grau prescrito de formalização é o ponto de partida para identificar o comportamento real; normalmente as organizações mais formalizadoras por escrito são as mais formalizadas na prática”¹³⁶. O pensamento enunciado por Grasciani pode ser estendida às práticas educativas nas instituições educacionais. Nesse caso, a disciplina de educação moral e cívica constitui-se em importante referencial para analisar a formalização teórica e prática dos princípios da ideologia de segurança nacional.

2.4. Moral e civismo

A Educação Moral e Cívica representou um dos mais significativos exemplos da política anticomunista do regime militar brasileiro. Em todos os níveis de ensino operou como mecanismo de inculcação de valores, padrões e concepção de mundo oriunda dos teóricos do regime militar. Para Suzeley Kalil Mathias, o ensino da Educação Moral e Cívica acentua a presença militar na política educacional e demonstra o quanto a área educacional esteve centralizada pelo poder executivo federal:

¹³⁵ Idem. Ibidem. pp. 48-50

¹³⁶ GRASCIANI, Maria Stela Santos. O Ensino Superior no Brasil: a estrutura de poder na universidade em questão. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1984. p.79.

Essa centralização, porém, teve como principal objetivo a unificação do discurso moral e patriótico a ser ministrado nas escolas. Assim, o governo militar utilizava a educação formal como mecanismo de controle social.¹³⁷

A idéia de introduzir esta disciplina no sistema escolar partiu da Escola Superior de Guerra, a qual definia educação como instrumento de consecução dos Objetivos Nacionais Permanentes na área psicossocial. Nesse campo estariam expressos todos os empreendimentos do homem e da comunidade, nos quais seriam desenvolvidos os valores fundamentais da educação moral e cívica, isto é, “atitudes democráticas claras com a devida reação a conceitos de coloração social-radicais, materialista, intelectualista e oportunistas, que proliferam em certos órgãos de comunicação de massa”¹³⁸.

A proposta inicial foi lançada durante o Seminário de Educação e Segurança Nacional, realizado no Rio de Janeiro no final de 1966¹³⁹, organizado pela Universidade da Guanabara juntamente com a Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Emergiu dali a elaboração de propostas que visavam definir a função da universidade como decisiva para a constituição da “consciência nacional”. Tentava-se com esse mecanismo consolidar a idéia de uma universidade engajada na conquista dos interesses nacionais.

O combate à subversão comunista, a difusão da idéia de Brasil-potência e a necessidade da existência de um Estado forte e poderoso para contestar os seus inimigos internos e externos constituem os eixos do projeto ideológico do regime militar para a Educação Moral e Cívica. O decreto 869, de 12 de setembro de 1969, definiu como finalidades da Educação Moral e Cívica:

a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do princípio religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;

¹³⁷ MAHIAS, Suzeley Kalil. Forças Armadas e Administração Pública: a participação militar nas comunicações e na educação (1963-1990). Campinas (Tese de doutorado-UNICAMP) 1999.

¹³⁸ LOPES, Moacir Araújo(General). Moral e Civismo. SP: Companhia Editora Nacional, 1971. p. 158.

¹³⁹ CUNHA, Luis Antônio. A Universidade Reformanda. SP: Francisco Alves, 1988. p.91.

- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) o culto à pátria, aos seus símbolos, tradições e instituições, e aos grandes vultos da sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e deveres brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do país;
- g) o preparo do cidadão para os exercícios das atividades cívicas, com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.¹⁴⁰

Na esfera federal, a Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) foi o órgão responsável pela manutenção e execução dos programas de moral e civismo¹⁴¹. Nos Estados, Territórios e Distrito Federal, competia à Coordenação de Educação Moral e Cívica (COMOCI) exercer o controle e organizar essa prática educativa.

Com o objetivo de otimizar a Educação Moral e Cívica, o artigo 32 do decreto 68.065/71 estimulava a criação de Centros Cívicos em todos os níveis e estabelecimentos de ensino no Brasil. No ensino superior, a denominação usual foi Centro Superior de Civismo, cuja finalidade era coordenar as atividades de Educação Moral e Cívica e difundi-las dentro da comunidade na qual estava inserido.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca contribuiu intensamente para a irradiação dos propósitos da educação moral e cívica no contexto social do qual fazia parte. Realização de grande impacto foi a publicação da obra *Estudos de Problemas Brasileiros*, do professor Alfredo Palermo. O conteúdo do livro possibilita dimensionar como as diretrizes da política educacional autoritária foram materializadas pelo

¹⁴⁰ Decreto-Lei 869, de 12 de setembro de 1969.

¹⁴¹ FÉRRER. Francisco Adegildo. A ideologia de segurança e desenvolvimento nos livros da disciplina Estudos de Problemas Brasileiros. Universidade Federal do Ceará (Dissertação de Mestrado). A CNMC funcionava com a seguinte estrutura: Presidência; Vice-presidência; Setor de Implantação e Manutenção da Doutrina, Setor de Currículos e Programas Básicos, Setor de Exames de Livros Didáticos; Secretaria geral à qual vinculavam-se sete diferentes Serviços Relações Públicas, Currículos e Programas Básicos, exame de Livros Didáticos, Assessoria e Jurisprudência, Documentação e Publicações, Administração, Comunicações.

primeiro diretor da FFCLF. No livro, o contexto nacional era avaliado com passagens como a que se segue:

A subversão e as operações contra a subversão. – Colocado fora da lei, o comunismo procura agir de diversas maneiras, através de seus núcleos de subversão política. Nem se poderia imaginar viesse a desaparecer por simples disposição legal.

A ação aliciadora procura a adesão dos moços estudantes, cujo idealismo está sempre pronto a atitudes generosas: e o “capitalismo imperialista” norte-americano é apresentado como causa de nosso subdesenvolvimento e dos males do mundo todo. A agitação universitária assim tem sua explicação. Operários, professores e até militares têm sido envolvidos pela sutil propaganda subversiva. Grande influência teve na América Latina a ação de “Chê” Guevara, figura lendária de contestador político, vitorioso em Cuba e criador do sistema de “guerrilhas”, urbanas ou rurais, destinadas a desmoralizar e destruir a ordem legal vigente nos países latino-americanos.

O Governo Brasileiro constituído com a revolução de 1964 veio colocar-se frontalmente contra a subversão. Intervindo nos meios universitários, nos sindicatos, nos partidos políticos, na imprensa e em todas as áreas dos serviços públicos, através de ação direta ou de legislação inspirada na segurança nacional, tem procurado restringir ou anular a ação dos militantes comunistas. Opondo, muitas vezes, violência à violência, as autoridades procuram fazer sentir ao povo a inconveniência dos processos subversivos, incompatíveis com as disputas meramente políticas que devem valer-se dos diálogos francos. Por outro lado, a própria índole do brasileiro se opõe à subversão e ao terrorismo. Daí o insucesso dos contestadores¹⁴²

Ao professor Pedro Brasil Bandechi, cadeira de História do Brasil, coube a tarefa de prefaciá-la obra em questão. Ao elogiar a análise da conjuntura nacional efetuada pelo autor do livro, Bandechi reiterou a compatibilidade com as diretrizes do regime militar ao afirmar que “doutrinariamente segue os postulados da revolução de 31 de março de 1964, alicerçando-se, notadamente, em discursos do presidente Médici.”¹⁴³

O livro de Palermo foi amplamente difundido pelas instituições de ensino superior. Francisco Adegildo Ferrer¹⁴⁴ pesquisou a utilização de livros de EPB nas principais instituições do Ceará: Universidade Federal do Ceará, Universidade Estadual do Ceará e Universidade de Fortaleza. Nessas instituições a obra em análise aparece entre as três com maior número de indicações e referências bibliográficas.

¹⁴² PALERMO, Alfredo. Estudo de Problemas Brasileiros. (Nível superior e organização política e social). SP: LISA, 1ª edição, 1971.

¹⁴³ BANDECCHI, Pedro Brasil. Prefácio. p. 13

¹⁴⁴ Ferrer, Francisco. Op. Cit. P. 09.

O Centro Superior de Civismo, outro importante quesito no processo de formalização da educação moral e cívica, foi sistematizado na FFCLF a partir do Regimento Interno, no capítulo que estabelecia os parâmetros para a prática educativa. O artigo 187 definia que “a faculdade deverá formar um Centro Superior de Civismo de que participarão todos os alunos e professores, a fim de cultivar os valores cívicos, espirituais e morais que caracterizam e imprimem a democracia brasileira”¹⁴⁵. Em 12/02/71 foi criado o Centro Superior de Civismo na FFCLF, um dos últimos atos de Alfredo Palermo como diretor¹⁴⁶.

Analisando a composição do Centro Superior de Civismo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, é possível afirmar que ele representou pólo aglutinador das forças políticas conservadoras locais. Constituiu-se, pois, indicador de como os grupos políticos dominantes do município projetaram, no formato acadêmico, o seu posicionamento perante as diretrizes do regime militar. Foi, por isso, freqüente a presença de importantes políticos nos seus quadros. É o caso de Abílio Andrade Nogueira, antigo militante da UDN, vice-prefeito municipal de 1963 a 1967 e presidente do diretório da ARENA em 1975. Abílio foi nomeado representante da comunidade no Centro Superior de Civismo da FFCLF.

Outra forma de colaborar com a difusão dos propósitos da educação moral e cívica foi a participação de docentes da FFCLF em atividades comemorativas do golpe de 31 de março de 64. A obrigatoriedade das comemorações desta “Data Cívica” nas repartições públicas do estado de São Paulo havia sido instituída pelo governador Abreu Sodré:

Considerando que as novas gerações escolares devem conhecer as razões históricas de opção entre a Liberdade e a Servidão totalitária, que a 31 de março de 1964 o Povo Brasileiro fez com apoio de suas Forças Armadas, que deles são parcelas integrantes, com a responsabilidade, de que todos participam, de segurança interna e da defesa da Nação e de suas instituições democráticas.¹⁴⁷

¹⁴⁵ Regimento Interno da FFCL de Franca. Folha 48.

¹⁴⁶ Arquivo Permanente da FHDSS – UNESP/Campus Franca. Ata da 1ª reunião do Conselho Superior, 12/02/71 p.06.

¹⁴⁷ ACTA. Decreto de 19/03/1971.

No cumprimento dessa tarefa, alguns docentes da FFCLF interagiram com prefeituras e escolas da região. No dia 20/03/1972 o professor Ibrahim Haddad proferiu a palestra “Os fundamentos históricos e filosóficos da revolução de 31 de Março”, no Centro Interescolar Estadual de Franca “Dr. Júlio Cardoso”¹⁴⁸. Na mesma direção, em abril de 1972, a Câmara Municipal de Itirapuã encaminhou à FFCLF agradecimento pela participação do professor Alfredo Palermo nas atividades comemorativas do nono aniversário do golpe de 64.¹⁴⁹

Em julho de 1975, a coluna gazetilha do jornal *Comércio da Franca* levava ao público uma interessante análise da situação política municipal. O texto narrava a convenção da ARENA local, na qual três grupos, aglutinados em torno das Chapas União, Aliança e Grupo Novo, disputavam a direção do partido. O colunista punha em destaque a presença da ‘mocidade francana’, apresentada como exemplo da prática política requerida pela “revolução” de 1964 e reafirmada pelo general Geisel:

Surpreendi-me, porém, com a Chapa do “Grupo Novo”, integrada por elementos jovens, sem qualquer vinculação anterior com a ARENA e que desejam iniciar uma carreira política dentro do princípio revolucionário da renovação de valores. Se examinarmos os integrantes desta chapa, vamos ali encontrar pelo menos oito professores universitários que nos oferecem um exemplo perfeito de atendimento às solicitações da atual conjuntura: do presidente da república, que deseja a renovação dos quadros políticos do país; e da vocação de servir própria de uma mentalidade nova, nascida com a revolução e que deseja colocar a política fora do simples espírito de aventura e de competição de simpatias, para dar-lhe um conteúdo ético, científico e cívico novo. A ARENA, por esse prisma, dá um exemplo de vitalidade em Franca, que precisa ser sublinhado, e um exemplo de interesse pela coisa pública e de confiança no desenrolar do processo de redemocratização, que precisa ser divulgado fora daqui.¹⁵⁰

Dentre os protagonistas dessa facção política sobressaíam os nomes¹⁵¹ de Antônio Freitas Diniz, Paulo de Tarso Oliveira, José Chiachiri Filho e Luiz Tacca Júnior,

¹⁴⁸ Arquivo Permanente da FHDSS – UNESP/Campus Franca. Caixa, Caixa nº58, p.42.

¹⁴⁹ Arquivo Permanente da FHDSS-Campus Franca. Caixa 64 processo 926/79, folha nº 27.

¹⁵⁰ Museu Histórico de Franca “José Chiachiri”. Jornal O Comércio da Franca, 13/07/1975. p. 07.

¹⁵¹ Os demais componentes do Grupo Novo da ARENA eram os seguintes: Roberto Carvalho Engler Pinto, Luiz Gonzaga Júnior, Fernando Bueno Ribeiro, Ângelo C. Gianechini, Roberto Coelho Vilela de Andrade, Paulo Rubens de Almeida, Luiz Gonzaga de Junqueira, Clésio Antônio Dourado, Mauro Menezes Pizzo, José Eduardo Meirelles Junqueira, José Marcos Figueiredo Bertelli, Reinaldo da Costa Ribeiro, José Olavo Junqueira, José

todos ex-alunos e lideranças do movimento estudantil da FFCLF e agora importantes peças do jogo político de Franca. Chiachiri viria ser o vice-prefeito na chapa arenista encabeçada por Maurício Sandoval Ribeiro. No mesmo mandato, Paulo de Tarso Oliveira ocupou a Secretaria municipal de educação. Antônio Diniz assumiria funções dirigentes na ARENA.

Assim, decorridos mais de dez anos de sua fundação, a Faculdade de Filosofia de Franca acumulava respaldo e prestígio junto à comunidade local. Mais que isto, mostrava-se profundamente interligada às instâncias de poder político municipal, formando lideranças compatíveis com as exigências históricas dos grupos sociais responsáveis por sua fundação e pelo seu desenvolvimento.

Este momento histórico coincidiu com as comemorações do 13º ano da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca. Na ocasião, a homenagem especial coube a Luís Arrobas Martins, chefe da Casa Civil do governo estadual, o qual discorreu sobre o tema “O Brasil, a Universidade e a Política”. O tema abordado mostrou-se articulado com o momento da vida política de Franca e acentuou a importância da FFCLF na formação de dirigentes políticos de acordo com princípios entoados pela “Revolução de 1964”.

A solenidade, além de alunos e professores, contou com a presença do prefeito Hélio Palermo, membro da ARENA, William Salomão, diretor da Faculdade de Direito de Franca, Vicente Minicucci, Delegado de ensino básico de Franca, Abílio Andrade Nogueira, presidente do Diretório municipal da ARENA, e do promotor público Cristiano José de Andrade, entre outros. Autoridades e influentes personalidades reuniram-se naquela data para assinalar o progresso daquele instituto. De fato, alguns motivos tinham.

Em treze anos de existência, a FFCLF multiplicou em cinco vezes o número de alunos, qualificou o pessoal docente, adquiriu sede própria e reorganizou o funcionamento

Cândido Chiamoneto, Amauri Junqueira, José Carlos Barganhoto, e Luiza Helena Trajano Inácio. Luís César Magrin do Val, Hélio Milani, José Gilberto Chicaroni, Valdir Caetano Borges, Maria Marta Ribeiro Sandoval e Francisco Joel Carnielli, Luís Tacca Júnior, Paulo Francisco Vilela de Andrade e Fausto Sandoval.

dos cursos. Em 1975¹⁵², a FFCLF compunha a rede educacional formada pelos I.I.E.S.E.S.P., que reunia 23 cursos espalhados por 15 unidades de ensino, totalizando 10.757 alunos, 1.617 docentes e 2.685 funcionários. Conforme os dados fornecidos pela CESESP, o Instituto de Franca apresentava-se em expansão.

Tabela 3

Corpo Funcional			Corpo Discente	
Docentes	Regime de Tempo Parcial	32	Estudos Sociais	83
	Regime de Turno completo	10	História	78
	Regime de Dedicção Integral à Docência e a Pesquisa	31	Geografia	79
Técnico Administrativo		55	Letras	162
Total		128	Pedagogia	186
			Total	588
Condições de funcionamento			Distribuição Orçamentaria (Em mil cruzeiros)	
Área construída	10.876		Custeio	7.743
Acervo bibliográfico	5.671		Investimento	1.500
Pesquisas em desenvolvimento	54		Total	9.243

Fonte: CESESP. Ensino Superior: Diagnóstico-Sugestões, 1975.

No entanto, os avanços obtidos na organização didática e administrativa não foram suficientes para a manutenção desse instituto. Em curso já estavam os projetos e estudos para a criação da terceira universidade pública do Estado de São Paulo, organismo que viria consolidar a almejada sistematização do ensino superior no interior paulista.

¹⁵² CESESP. Ensino Superior: Diagnóstico-Sugestões, 1975.

2.5. Criação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e extinção da FFCLF.

Em 1976, os graves problemas existentes na FFCLF compunham um conjunto mais amplo dos defeitos comuns aos institutos isolados. Esquemáticamente podem ser resumidos em: ausência de autonomia universitária, devido à múltipla subordinação e centralização aos órgãos de administração; política educacional com privilégios para USP e UNICAMP, em detrimento dos institutos isolados; falta de plano de carreira com cargos e funções que viabilizassem a fixação do quadro docente; inexistência de estatuto autárquico para garantir os servidores administrativos; dificuldades para a formação de pessoal docente, devido à precariedade dos cursos de pós-graduação; indefinição de incentivos à expansão de contratos com regime de dedicação integral à pesquisa e à docência.

Visando superar essa situação, a CESESP elaborou amplo estudo acerca da situação do sistema estadual de ensino superior paulista, que, além dos institutos, incluía a USP e a UNICAMP. Ali foram esboçados projetos de modelos institucionais possíveis para substituir os institutos isolados, condensados no relatório “Institutos Isolados de Ensino Superior: Diagnóstico-Sugestões”.

A primeira alternativa consistia na incorporação dos Institutos Isolados à Universidade de São Paulo e, simultaneamente, na criação da Universidade Regional.¹⁵³ Essa nova universidade teria como base o município de Ribeirão Preto, do qual seriam integradas as Faculdades de Medicina; Enfermagem; Filosofia, Ciências e Letras; Farmácia e Odontologia. A estas seriam somadas a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia de

¹⁵³ Esta proposta previa que na impossibilidade de se criar a Universidade Regional aquelas unidades universitárias que integrariam o seu corpo seria dividida em dois câmpus da USP: Câmpus de Ribeirão Preto e Câmpus de São Carlos.

Jaboticabal, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, a Faculdade de Engenharia de São Carlos, o Instituto de Matemática e Estatística de São Carlos.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, situada geograficamente na mesma região, seria incorporada à Universidade Regional na condição de *campus* universitário agregado. Essa condição pode ser explicada pelo princípio de não duplicação de áreas de conhecimento em uma mesma região e pelos propósitos de integração em universidade almejados, de forma mais consistente, por dirigentes políticos e acadêmicos de Araraquara e Ribeirão Preto. A área de humanas, no projeto da universidade regional de Ribeirão Preto, seria constituída pela fusão entre as FFCL's de Ribeirão Preto e Araraquara, incluindo cursos como pedagogia e letras. Neste rearranjo, a FFCLF persistiu, porém com um futuro incerto. A condição de *campus* agregado indica que a junção da FFCLF à universidade regional não ocorreria de forma simples.

De acordo com o relatório, e conforme previa a lei 5540/68, o isolamento do ensino superior nas regiões interioranas de São Paulo poderia também ser resolvido pela criação de Federação Universitária. Entretanto, a distância geográfica entre os institutos impunha a criação não de uma, mas de várias federações, o que, no entender da CESESP, era inviável. Dessa forma, outra opção formulada foi a substituição das pequenas autarquias por uma grande autarquia vinculada à Secretaria da Educação, à qual ficariam subordinados todos os institutos isolados.

Dentre as diferentes propostas, a que emergiu com maior força foi a de criação de uma nova universidade. Distorções acadêmicas que há décadas permeavam os institutos isolados poderiam ser superadas com a integração entre ensino, pesquisa e extensão. Somente a estrutura universitária seria capaz de garantir os meios para se atingirem tais fins.

Na proposta elaborada pela CESESP, a nova universidade seria constituída por campus universitários vários, à semelhança do modelo californiano.¹⁵⁴

O padrão californiano de universidade foi sistematizado por Clark Kerr, economista norte-americano e presidente da Universidade da Califórnia. Segundo Kerr¹⁵⁵, a universidade moderna constitutiva das sociedades industriais assume a forma de multiversidade, ou seja, um modelo de universidade que não estivesse confinado apenas à reflexão e reprodução das experiências humanas passadas, nem tampouco restrita puramente a realização de pesquisas teóricas ou aplicadas. A multiversidade seria como uma grande cidade, com a sua infinita variedade e seus inúmeros bairros e subculturas. Há menos senso de comunidade, mas também menos confinamento. Menos propósito comum, porém mais possibilidades para a reflexão científica e para a pesquisa.

Originalmente o modelo californiano de universidade entendia que o projeto da multiversidade constituía-se no fator central para o desenvolvimento e crescimento econômico dos EUA. Mantida por recursos públicos, oferecendo uma infinidade de cursos espalhados geograficamente por todo o Estado da Califórnia, a multiversidade representava o coração da produção científica e tecnológica. Por este padrão de ensino, a universidade é pensada em termos de instrumentalização para os interesses da sociedade industrial, convertendo-se em valor estrategicamente indispensável para o progresso do capitalismo norte-americano.

No Brasil, a temática da multiversidade foi apresentada em 1968 por Mariano Rocha, membro do Conselho Federal de Educação (CFE). Esse Conselheiro defendia a organização de um modelo de universidade pulverizado em vários campus, constituídos em diferentes cidades de um mesmo estado da federação. Seria uma forma de ampliar as oportunidades para a massa estudantil numa maior variedade regional. Mantidos por uma

¹⁵⁴ CESESP.op.cit.

¹⁵⁵ KERR, Clark. Os usos da universidade. Ceará: Edições UFC, 1972.

mesma instituição, seria também uma forma de garantir a fixação de recursos humanos profissionalmente qualificados nos pontos mais afastados da nação. Outro entusiasta da idéia da multiversidade no Brasil foi o professor Edison Flavio Macedo, que chegou inclusive a esboçar uma universidade com tais parâmetros para o Estado de Santa Catarina, em 1968.

Macedo assim definiu a multiversidade:

Sistema universitário integrado regional, constituído por unidades geograficamente distribuídas e organicamente relacionadas; coordenando e planejando de forma centralizada suas diferentes políticas, mas delegando às unidades constituintes as responsabilidades executivas; com expansão disciplinada e flexível, decorrente menos do exacerbado espírito de competição regionalística do que da obediência consciente e espontânea a uma urgente política de complementação – regional.¹⁵⁶

Nesse quadro histórico, a criação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, lei n.º 952 de 30/01/76, despontou como grande responsável pela definição da política de ação do governo quanto ao ensino superior no interior do Estado. Representou, no campo educacional, a presença do investimento público na maioria, superando a fase de criação indiscriminada de institutos isolados.¹⁵⁷ Os princípios de racionalização da ação educacional triunfaram, isto é, a universidade foi sistematizada no interior paulista em função do desenvolvimento econômico regional, tendo o Estado como órgão planejador.

Os Fundamentos do Anteprojeto do Estatuto da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, elaborado pela comissão especial em novembro de 1976, definia para a UNESP e suas unidades universitárias os seguintes objetivos:

- a) Formação de recursos humanos da mais alta qualificação em nível de graduação, sem perder de vista a demanda de candidatos existentes e a realidade do mercado de trabalho;
- b) Formação de recursos humanos em outros níveis que não graduação, através de cursos de pós-graduação, especialização, aperfeiçoamento, conduzidos sempre com os mais altos graus de eficiência;
- c) Aproveitamento dos recursos existentes para oferecimento de cursos outros em áreas que, sem ser de ensino superior, se justifiquem pela necessidade de formação da mão de obra adequadamente profissionalizada;

¹⁵⁶ MACEDO, Edison Flávio. A multiversidade. Florianópolis: Imprensa universitária, UFSC, 1968.

¹⁵⁷ ACTA. Conselho Estadual de Educação. Vol.14, n.º. 91, junho de 1977. p.16

d) Aumento da capacidade criativa expressa não só em termos quantitativos mas, principalmente, qualitativos.¹⁵⁸

A reestruturação proposta tinha como vetor a organização de um sistema universitário espalhado por todo Estado de São Paulo, com o objetivo de desenvolver economicamente as diversas regiões. Para tanto, o interior paulista seria dividido em distritos geoeeducacionais que, segundo a definição de Antônio Gaspar Ruas, correspondem:

(...) a uma unidade geográfica, constituindo uma área formada de diversos municípios situados numa mesma unidade da Federação, coincidindo os seus limites com os dos municípios componentes. Os distritos geoeeducacionais não têm organização, não são unidades administrativas, não têm órgão para isso. São áreas estabelecidas “para fins exclusivos de análises do sistema educacional”, delimitadas segundo caracteres geoeconômicos, demográficos e educacionais, predominando entre estes últimos o ensino superior.¹⁵⁹

As mudanças obedeceram ao princípio da concentração de investimentos e à não multiplicação das unidades universitárias semelhantes. A composição da UNESP ficaria diluída em quatorze campus universitários. Para o campus Universitário de Franca estava previsto o funcionamento da Faculdade de Ciências da Comunicação e História, inicialmente com as áreas de História, Museologia, Relações Públicas e Biblioteconomia.

No bojo da CESESP pairou ainda a idéia de extinguir a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca e, em seu lugar, criar o Instituto de Tecnologia de Calçados. De acordo com os professores Alfredo Palermo e Emanuel Soares da Veiga Garcia, a idéia de fundar o Instituto de Tecnologia visava concatenar o ensino superior com o desenvolvimento econômico da região. Sendo assim, a pujante indústria calçadista poderia ser aperfeiçoada com estudos técnicos de maior envergadura. O mentor dessa iniciativa fora Luís Ferreira Martins, coordenador da CESESP .

¹⁵⁸ Centro de Documentação e Memória. Fundamentos do Anteprojeto do Estatuto da Universidade estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Novembro de 1975. p .04.

¹⁵⁹ RUAS, Antônio Gaspar. O ensino superior no Brasil e sua estrutura básica. In: GARCIAa, Walter (org.). Educação brasileira contemporânea: organização e funcionamento. São Apulo: Mc Graw-hill. 3ª ed. 1978. pp. 126-164.

Em Franca, a incorporação dos institutos isolados à UNESP foi analisada pela “Comissão Especial para Estudos Sobre a Integração da FFCL de Franca à UNESP”, criada em 1976 e composta pelos professores: Paulo de Tarso Oliveira, Zélia M. Presotto, Adistão Marcon, Iolanda Ribeiro Novais, Dalva Marlene Chioca Rinaldi, Assuero Quadri Prestes, José Chiachiri Filho, Alvino Moser, Zoé Beatriz de A. G. Miranda e Fernando Nogueira.

O relatório da Comissão enunciava o histórico daquela instituição com minuciosos detalhes, ressaltando-se os dados quantitativos. Prevaleceram informações que denotavam um “grande progresso” da instituição, tais como cursos oferecidos à comunidade, aperfeiçoamento de professores, pesquisas em andamento ou realizadas por docentes, total de alunos formatos, entre outros. O relatório buscou justificar a necessidade de manutenção dos cursos até então oferecidos pela FFCLF. Indicavam, pois, para a capacidade da instituição em articular-se com os pressupostos da política educacional governamental e em ampliar o rol de cursos:

Como resultado da existência de um conjunto de disciplinas e visando o aproveitamento mais racional dos recursos disponíveis, sugere-se a criação de novos cursos que, a par de manter íntima integração com os que estão em funcionamento, tenham amplas possibilidades de se consolidarem, de atender às necessidades regionais. Mencionam-se entre esses cursos os seguintes: Museologia, Arquivologia, Jornalismo, Biblioteconomia, Estatística e Demografia, Serviço Social e Ecologia.¹⁶⁰

O empenho, porém, não obteve êxito. Não foram mantidos nem tampouco criados novos cursos no momento de integração à UNESP. No processo de reestruturação do ensino superior paulista, o qual desembocou na criação da UNESP, prevaleceu a idéia de concretizar a “tríplice função da universidade, baseada numa otimização de meios que evita tanto quanto possível a duplicação em qualquer nível de atividade”¹⁶¹.

¹⁶⁰ Relatório da Comissão de Estudos Sobre a Incorporação da FFCL de Franca à UNESP. P.42

¹⁶¹ ACTA . Governo do Estado de São Paulo. Conselho Estadual de Educação. P.15

Em 26/01/1977 a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca foi oficialmente integrada à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e transformada em Instituto de História e Serviço Social (IHSS). O IHSS, ao lado dos campus de Araraquara, Jaboticabal e Rio Claro, passava a compor o Distrito Universitário Norte da UNESP¹⁶².

Seguindo o princípio da não duplicação de cursos e recursos numa mesma região geoeeducacional, Franca perdeu vários de seus cursos. No distrito universitário norte, as áreas de ciências agrária e veterinária, ficaram concentradas em Jaboticabal. A área de Biociências foi concentrada no *campus* de Rio Claro, para o qual a FFCLF perdeu o curso de Geografia. Araraquara, o mais antigo instituto da UNESP, tinha no seu histórico o antigo interesse de se integrar a uma universidade. Por isso desenvolveu laços mais sólidos na busca e concretização dos objetivos, sendo finalmente alcançado com a UNESP. Araraquara manteve as faculdades de odontologia e farmácia e otimizou a área de Ciências Humanas. Nesse organograma a FFCL de Franca completava a sua fragmentação, tendo os cursos de pedagogia e letras integrados ao *campus* de Araraquara da UNESP. Para Franca, restaram os cursos de história e Estudos Sociais, recém criado e extinto pouco depois.

Apesar das tentativas para a manutenção de alguns cursos, vigorou a remoção da estrutura acadêmica até então existente e foram extintos os cursos de Estudos Sociais, Letras e Pedagogia e Geografia. Instaurava-se a partir daí a etapa final da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Franca. Para a cidade e para o grupo político que a fundou, o sentimento era de grande perda. Em sua trajetória estão contidas as marcas do regime autoritário sob o qual foi estruturada e desmontada.

¹⁶² A UNESP foi estruturada em cinco Distritos Universitários. Além do D.U. Norte, já citado, passaram a existir: D.U. Sul – “Campus” de Botucatu; D.U. Leste – “Campus” de São Bernardo do Campo; “Campus” de Guaratinguetá; “Campus” de São José dos Campos; D.U. Oeste – “Campus” de Assis, “Campus” de Marília; “Campus” de Presidente Prudente; D.U. Noroeste – “Campus” de Araçatuba; Campus de Ilha Solteira; “Campus” de São José do Rio Preto. ACTAS. CEE. V. 14, n.º. 91, junho de 1977, p.17.

Capítulo 3

O Instituto Isolado sob suspeita

3.1. O ciclo da informação

Temos que lembrar-nos sempre da lição do general Golbery no livro que já citamos aqui: embora não estejamos participando de uma guerra clássica, com encontros de armas, participamos de outro tipo de confronto e de luta – a guerra psicológica, a guerra revolucionária subversiva e toda forma de contestação pela violência – que altera o comportamento das autoridades. Assim, ao lado do fortalecimento do poder executivo, há necessidade de uma permanente vigilância, para que o inimigo não se fortaleça¹⁶³.

A dominação dos militares sobre a sociedade pautou-se, em grande medida, na capacidade dos órgãos de repressão de captarem e avaliarem a força dos movimentos oposicionistas nos mais variados contextos e instituições sociais. Para esse propósito, o mecanismo denominado ciclo da informação¹⁶⁴ foi o procedimento mais usual. O ciclo da informação consistia no conjunto de atividades acionadas para otimizar o planejamento dos dispositivos de repressão. Esse processo funcionava efetivamente a partir da coleta, busca, processamento e análise de informes, bem como pela difusão da informação produzida por um órgão específico por todos os outros componentes do sistema repressivo.

O ciclo envolvia os órgãos de planejamento, constituídos pelos serviços de inteligência e representados por especialistas que trabalham na coleta e no processamento dos dados provenientes de informes ou denúncias; e por autoridades e dirigentes que se utilizavam das informações para tomar decisões. De maneira indireta, envolvia um terceiro elemento: os agentes sociais ‘beneficiados’ pela ação dirigente.

No decorrer do regime militar, essa máquina de controle social foi ativada por diferentes canais. A eminência de subversão, a prática da delação política, denúncias provenientes de informantes e a presença de agentes policiais ou militares nas instituições são exemplos dessas motivações. Desavenças de ordem pessoal ou disputas por espaço nas esferas decisórias da estrutura de poder das faculdades e universidades resultaram, em diversas

¹⁶³ PALERMO, Alfredo. Estudos Sociais. Brasil: organização, social, econômica e política.

¹⁶⁴ A ESG considera que “todos os Serviços de Informações adotam, com ligeiras variações, a prática do chamado Ciclo da Informação.” Manual Básico da ESG, p. 235.

ocasiões, no ponto de partida para a instauração de inquéritos policiais militares, ou motivaram o policiamento extensivo sobre as instituições.

Em muitos casos a variação no número de acusados, assim como a natureza das próprias acusações, possibilita supor a colaboração dos professores das unidades universitárias, interessados em acusar os colegas. Nesse sentido, as investigações policial-militares parecem ter institucionalizado a prática da acusação de adesão ideológica como instrumento político a serviço de interesses pessoais¹⁶⁵. Muitas vezes a intervenção do sistema repressivo em acontecimentos dessa natureza ocorreu na forma de repressão preventiva.

A Escola Superior de Guerra definia atitude preventiva como medida acionada pelos órgãos de repressão para evitar o desenvolvimento do processo subversivo no país, ou seja, visava impedir que se criassem ou se espalhassem conflitos em qualquer local da nação. De acordo com os teóricos da ESG, este era o mecanismo preferível para se alcançar a paz social, sendo acionado em situações de normalidade e onde houvesse situações potencialmente capazes de perturbar a ordem e autoridade estabelecidas. Para conter tais ameaças estavam previstas medidas repressivas locais, de caráter policial, dentre as quais o controle das atividades de elementos suspeitos de agitação e subversão¹⁶⁶.

Os objetivos dos órgãos envolvidos nesse procedimento eram, primeiramente, coletar todos os dados considerados perigosos à segurança nacional. Para a ESG o informe consistia em “qualquer dado (observação, fato, relato ou documento) que pudesse contribuir para o entendimento de determinado assunto”¹⁶⁷. Aos analistas era atribuída a função de detectar o grau de comprometimento dos fatos com os movimentos subversivos. Assim, o aparato repressivo buscou todas as informações capazes de captar as mais longínquas fontes de insatisfação contra o governo dos generais, pois “além de aumentar

¹⁶⁵ Associação dos Docentes da Universidade São Paulo. O Livro Negro da USP: O controle ideológico na universidade. SP: Brasiliense, 1979. p.27.

¹⁶⁶ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Manual Básico.

¹⁶⁷ Escola superior de Guerra. Op. Cit. p.234

a eficiência do processo repressivo, os informes obtidos podiam também assumir um papel preventivo, uma vez que instruíam os poderes sobre as tendências, em cada microconjuntura, dos movimentos de oposição.”¹⁶⁸

Em relação ao ensino superior, a prática da repressão preventiva contou com alguns instrumentos legais. Foram institucionalizadas a Divisão de Segurança e Informações (DSI), que funcionava no Ministério da Educação e a Assessoria de Segurança e Informação (ASI), que operava em todos os órgãos e autarquias subordinadas ao MEC. Ambas constituíam-se em verdadeiros mecanismos de espionagem, diretamente vinculados ao SNI. Apesar de colaborarem com o sistema repressivo desde 1964, a DSI e a ASI foram legalizadas pelo governo federal em 1976 por meio da portaria nº 303. Em relação à ASI, o artigo 3º estabelecia que destinava-se “a prestar assistência direta aos dirigentes dos órgãos a que pertence em todos os assuntos pertinentes à Segurança Nacional, à Mobilização e às Informações.”¹⁶⁹

Contudo, a formatação desses mecanismos não implicou exclusividade no tratamento da subversão nas instituições de ensino superior, que esteve sempre articulado com os serviços de inteligência de outros órgãos de repressão. Há de se destacar aqui o papel desempenhado pelo DEOPS paulista órgão da polícia política criado em 1924. Quando o regime militar foi instaurado, portanto, O DEOPS já acumulava quatro décadas de experiência em atividades de combate a subversão¹⁷⁰.

O sistema de Arquivamento da massa documental tinha por função armazenar o maior número possível de informações sobre aqueles que atentavam contra a ordem vigente¹⁷¹. Como resultado da seleção das informações e da constante especialização

¹⁶⁸ MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. Op.cit. p.204.

¹⁶⁹ Conselho Federal de Educação. Documenta. nº 187, junho de 1975, pp. 381-383.

¹⁷⁰ MATTOS, Marco Aurélio Vanucchi Leme de. Os arquivos do regime militar. In: Histórica, Arquivo do Estado de São Paulo, ano 2 – nº 3, abril, 2.001. pp.07-09.

¹⁷¹ CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda; ATTI, César Augusto. O Arquivo DEOPS-SP: os documentos da “subversão” nas décadas de 1920-40. In: Populações, CEDHAL, nº 04, jul/dez 1996, pp.08-10.

de sua coleta produziram-se duas categorias documentais. A primeira é a dos prontuários, abertos pelo setor de identificação e oriundos da Delegacia de Ordem Social. A segunda série documental são os dossiês, produzidos pelo serviço secreto. As séries Ordem Social e Ordem Política seriam posteriormente somadas ao sistema de arquivamento.

Em cada etapa da existência do DEOPS o linguajar policial trabalhou com determinado perfil de elementos subversivos: anarquistas na década de trinta, alemães, japoneses e italianos na década de quarenta e, intelectuais e comunistas na década de cinqüenta em diante:

O exame do acervo, desse ponto de vista, sugere que muito da repressão durante o regime militar de 1964 foi aproveitado de práticas anteriores, e que o Estado então instaurado fez uso de uma estrutura policial, a grosso modo, já montada, adaptando-se às novas necessidades.¹⁷²

A partir de 1964 houve uma progressiva sofisticação das atividades policiais e na organização interna do acervo DEOPS. De um lado preponderância dos dossiês sobre as demais séries documentais indicam uma sistematização centralizada de informações provenientes da ação policial. Por outro, o acervo demonstra a intensa troca de informações entre o DEOPS-SP e outros órgãos de segurança nacional. A larga experiência no controle e na vigilância dos setores considerados perigosos a ordem e a segurança transformou o DEOPS-SP, sob o comando do delegado Sérgio Paranhos Fleury, num dos mais eficazes dispositivo de repressão política chegando a competir com outros órgãos controlados pelas forças armadas.

O DEOPS-SP articulou-se em vários casos com os serviços de inteligência das polícias políticas municipais. As ações policiais ou o armazenamento de informações estiveram sempre relacionados ao exercício do controle e da vigilância do indivíduos considerados, sob o ponto de vista, do DEOPS-SP, “suspeitos” ou capazes de realizarem ou

¹⁷² PIMENTA, João Paulo Garrido. Os arquivos do DEOPS-SP: nota preliminar. In: Revista de História, nº 132, 1995, pp. 149-154.

planejarem atos passíveis de serem encarados como perturbadores da chamada “ordem social e política”. Essas atitudes produziram a seguinte massa documental: um milhão e cem mil fichas - de um total de um milhão e quinhentos mil que correspondem à totalidade do acervo - que remetem a documentos localizados em aproximadamente dez mil pastas/dossiês¹⁷³.

3.2. A dinâmica da repressão

Os dados relativos à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca indicam que o serviço de informação das polícias políticas municipais e estaduais fizeram da repressão preventiva uma prática contínua e importante na análise e combate aos focos de resistência ao regime militar.

Pode-se, a partir da documentação, dimensionar o funcionamento da repressão preventiva, bem como sua operacionalidade em situações históricas determinadas. Essas fontes permitem, pois, equacionar a tímida, porém brava, atuação das forças de esquerda, demonstrando os métodos dos setores reacionários. Naquele espaço social, onde foram reproduzidas as relações desiguais entre defensores e opositores do regime militar, o problema da subversão foi superdimensionado. Nesse sentido, num contexto em que a suspeição política foi acionada como técnica de controle das pulsões sociais, é importante analisar como efetivamente ela foi exercida, a partir das técnicas de dominação de que dispunha o regime militar.

Com efeito, o ano de 1968 representa um marco no processo político brasileiro. Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, particularmente entre os estudantes, mobilizações demonstraram estarem sintonizados com aquela conjuntura. Em

¹⁷³ AQUINO, Maria Aparecida de. Mapeamento e sistematização do acervo DEOPS/SP: um projeto pioneiro. *Histórica*. Arquivo do Estado de São Paulo, ano 2, nº 2, agosto de 2.000 pp. 43-48.

solidariedade ao estudante carioca Edson Luís, assassinado pelas forças repressivas, o órgão representativo dos universitários da FFCLF, Diretório Acadêmico XXI de Setembro, organizou um, pelo qual tornou público o protesto estudantil, evidenciado no lema “Nosso Luto, Nossa Luta”. Nesse episódio, um dos poucos suspiros da oposição em Franca, os estudantes declararam-se também na imprensa, criticando a ação policial e afirmando seus princípios:

Repudiamos, pois, toda violência e prometemos lutar pelos nossos ideais até a morte, como fizeram nossos colegas, que não se intimidaram diante dos fuzis e metralhadoras, preferindo a morte gloriosa à vida inglória.¹⁷⁴

Em âmbito nacional, a morte de Edson Luís reforçou o trabalho de reestruturação do movimento estudantil universitário iniciado anos antes. No Estado de São Paulo, mesmo na clandestinidade, as lideranças empenharam-se para reorganizar e eleger a nova diretoria da União Estadual dos Estudantes (UEE).

Para realizar as eleições na região de Ribeirão Preto, principal cidade do nordeste paulista, foram designados os estudantes Paulo Octávio Azevedo Júnior, militante próximo ao PCB e à Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), (esta última com raízes na região de Ribeirão Preto¹⁷⁵), Leopoldo Paulino, da ALN, e Francisco Ovídio, representante da Ação Popular. Em Franca, uma das cidades em que seriam coletados os votos, foi instaurado um forte clima de terror contra os representantes do movimento estudantil. A presença dos militantes foi anunciada como grave ameaça à paz dos universitários:

Durante toda a agitação estudantil verificada em várias cidades do país, Franca manteve-se tranqüila e atenta. Os jovens francanos nunca deixaram as aulas para realizar movimentos de agitação pública. Nem mesmo quando se insurgiram contra elementos do magistério superior estenderam oportuno promover atos públicos de indisciplina.

Parece que agora essa tranqüilidade vai ser afetada por emissários da antiga UEE, pois, há dois dias, três representantes daquela entidade, reunindo acadêmicos da Filosofia na sede do diretório, tentaram pressioná-los no sentido de aderirem àquela organização, o que provocou generalizada repulsa dos meios estudantis. Alguns panfletos foram distribuídos entre os alunos e neles se lê que

¹⁷⁴ “O Comércio da Franca” – 04/04/1968. Quarta página.

¹⁷⁵ Sobre a atuação desses grupos em Franca e região existe estudo realizado por SILVA. Márcia Pereira da. Protesto e repressão no interior paulista (Franca 1966-1970). Franca: UNESP, 1997 (dissertação de mestrado)

o objetivo da adesão é o fortalecimento da UEE, a fim de que se incentive acompanhar política contra o atual governo. Além disso, os folhetos pregam a campanha do voto “nulo” e outras medidas desmoralizantes. E não é só: tendo marcado eleições para a próxima terça-feira, aqueles elementos estão ameaçando depredar a faculdade, caso sejam impedidos. Nisso, parecem que têm cobertura de estudantes francanos, pois que o pichamento de vários prédios (inclusive o da faculdade) já foi feito há dias.

Trata-se de ameaça que não pode ser menosprezada. Em sua maioria, os estudantes da Filosofia não desejam participar dos movimentos da UEE. Sem perder sua consciência de classe, desejam que, por vias legais, se tentem quaisquer medidas .

É uma pena que se venha trazer a inquietação aos moços de Franca. A violência que se prega não conseguirá senão prejudicar os jovens estudantes.¹⁷⁶

O pavor criado nos dias que antecederam a eleição transformou-se em ação entre os estudantes mais conservadores, que organizaram um forte esquema para impedir a realização do pleito eleitoral. Na FFCLF as eleições foram proibidas pela direção e pelos próprios alunos, que, reunidos em assembléia, as rejeitaram por uma diferença de 188 votos: 223 contra e 31 a favor da realização das eleições dentro da faculdade. Sobre as dificuldades enfrentadas naquele instante Leopoldo Paulino relatou que:

Na Faculdade o clima estava péssimo: o grupo do CCC ocupou a escola e fez uma barreira na portaria, ameaçando e revistando ostensivamente os estudantes de quem suspeitavam pudessem estar levando as cédulas de votação.

Contavam com a conveniência do diretor da Faculdade, professor Alfredo Palermo, que nada fez para impedir a ação dos direitistas, proibindo inclusive que as eleições se realizassem no recinto da escola.¹⁷⁷

A repressão, conduzida não pelas forças policial e militar institucionalizadas mas por estudantes e professores conservadores, obrigou os militantes da UEE a realizarem as eleições e apurarem os votos em locais inusitados. Conforme narrou Paulo Octávio Azevedo Júnior:

Alguns companheiros entraram na faculdade e nós colocamos em alguns pontos da cidade urnas. Os estudantes eram avisados que, quando saíssem da aula, ou no intervalo, qualquer coisa, se dirigissem para votar. Eu fiquei com uma urna, que foi uma caixa de sapato, lá no cemitério. O cemitério ficava praticamente a dois quarteirões da Faculdade, então eu fiquei ali aguardando; vinham os estudantes, votavam. (...) Foi feita a eleição; no final da tarde, nós corremos pela cidade, inclusive para visitar alguns estudantes nas casas, em repúblicas, pegamos os votos do pessoal e enganamos inclusive o pessoal do CCC, que achava que a gente ia para dentro da faculdade ter o enfrentamento.

¹⁷⁶ Museu histórico de Franca “José Chichiri “. Comércio da Franca. 09/11/1968.

¹⁷⁷PAULINO, Leopoldo. Tempo de resistência. 3ª. Ed. SP: editora Oswaldo Cruz Empreendimentos, 1999. pp. 119-121.,

No final da noite, para fazer a apuração desses votos, nós fomos até a agência da Viação Cometa, lá em Franca, no banheiro da Cometa. Nós entramos lá – eu, o Leopoldo e o Chico -, abrimos as caixas de sapato e contamos os votos¹⁷⁸.

Além dessas movimentações, estudantes da FFCLF e de faculdades vizinhas organizaram o Teatro Universitário de Franca (TUFRA). Entre os participantes podem ser mencionados Antônio de Pádua, Vanderley Fontella, Mauro Ferreira. O grupo teatral apresentava uma matiz politizada e em 1968 montou a peça intitulada *A Reforma*. O enredo abordava o problema da concentração da terra no Brasil, a partir das lutas e assassinatos de um líder camponês. O TUFRA promoveu outras atividades culturais, como, por exemplo, cursos sobre o método pedagógico Paulo Freire. Alguns dos protagonistas daquele momento apontam o TUFRA como um dos principais focos de resistência ao regime militar na cidade de Franca. Contavam com a colaboração de alguns professores, como é o caso de Geraldo Alves Taveira, o autor da peça *A Reforma*, e principalmente Alfredo Henrique Costa, mas sem nenhuma ligação orgânica.

Na faculdade a gente tinha o nosso movimento, e aí o professor Alfredo Costa foi uma pessoa muito importante, inclusive, assim, de orientação de conselhos de cautela. Era uma pessoa muito cautelosa, né? Uma pessoa muito culta e que já tinha uma experiência política anterior. Então, o professor Alfredo Costa, ele ajudou bastante (...). Quero frisar também que nem sempre a gente seguia os conselhos dele: a gente era rebelde. Ele tinha uma postura mais madura e a gente queria, achava, que o mundo, daqui a pouco, iria derrubar a ditadura e ponto final.¹⁷⁹

Nessa etapa da trajetória da FFCLF, também houve trabalho político do PCB. A partir de 1967, o PCB iniciou trabalho de reorganização no município de Franca, tarefa que foi organizada pelo dirigente estadual do “partidão”, Constantino Stoiano¹⁸⁰. No âmbito da FFCLF, Stoiano desenvolvia sua atividade profissional como vendedor de livros. Nesta função teve a oportunidade de visualizar os alunos mais atuantes nas causas internas e divulgar entre eles o jornal *A Voz do Trabalhador*.

¹⁷⁸ Entrevista concedida a Cleber Santos Vieira em 02/06/2001.

¹⁷⁹ Entrevista concedida a Cleber Santos Vieira em São Caetano do Sul-SP.

¹⁸⁰ Arquivo Municipal de Franca. Superior Tribunal Militar. Processo nº 49/70 volume 1

Não obstante, ainda que estivesse relacionado indiretamente aos acontecimentos acima, os momentos de maior intervenção do sistema repressivo na FFCLF foram provocados por problemas engendrados em seu próprio interior. A mola propulsora foi o embate, iniciado em 1967, entre alunos do 2º ano do curso de pedagogia e o professor Ibrahim Haddad,. Divergências ideológicas entre o professor e duas das principais lideranças estudantis da faculdade, Geraldo Ivan e Paulo Octávio Azevedo Júnior, demarcaram o campo de luta. A intolerância do professor Haddad em relação às atividades estudantis extra-classe dos alunos obrigou-os a desencadear campanha pelo boicote das aulas de Filosofia da Educação. Sobre o professor, recaía ainda a acusação de não possuir especialização na disciplina que exercia, motivo de profundas críticas por parte de alguns alunos e mesmo de professores. Este foi o caso do professor Aureliano Coimbra Filho, Chefe do departamento de Pedagogia, que elaborou extenso relatório sobre a questão e o apresentou aos órgãos colegiados da FFCLF.¹⁸¹

No ano seguinte, em 10 de agosto de 1968, data da defesa da tese de doutorado do professor Haddad, acadêmicos publicaram no jornal *O Comércio da Franca* um artigo¹⁸² posicionando-se contrariamente à sua titulação. Consideravam-no incompetente no exercício profissional. O protesto repercutiu intensamente dentro e fora dos muros da faculdade.

Em reação à iniciativa dos estudantes, a Congregação da faculdade aprovou uma suspensão dos alunos da referida classe, posteriormente anulada, de cinco dias¹⁸³. Contra essa postura outros estudantes se envolveram no conflito e reagiram com uma seqüência de moções de apoio aos colegas punidos. O Centro de Estudos de História “Visconde de Porto

¹⁸¹ Ata da Congregação, 31/08/1968.

¹⁸² “Defesa de Tese Escandaliza Estudantes”, *Comércio da Franca* 10/08/1968.

¹⁸³ Ata de reunião da Congregação realizada em 31/08/1968. Uma observação merece ser feita: na ata, a referência ao regimento interno menciona o art. 26, VIII. Este, porém, versa sobre a competência do diretor em relação ao orçamento da faculdade. O mais provável é que o secretário da reunião tenha cometido equívoco. No lugar de VIII, quis colocar art. 26., VII que estabelece o exercício do poder disciplinar ao diretor.

Seguro” solidarizou-se com os estudantes através de artigo na imprensa local, em setembro de 1968. A mesma iniciativa foi tomada posteriormente pelo Centro de Estudos Geográficos “Prof. Dirceu Lino de Mattos” e pelo Centro de Estudos Pedagógicos “Fernando de Azevedo”, respectivamente em 27/09 e 10/10 daquele mesmo ano. Do centro de Estudos de Pedagogia é ilustrativo mencionar a seguinte frase:

O que queremos não é ‘agitação’, como muita gente poderia pensar. Queremos: uma escola que proporcione condições de criatividade e iniciativa; que seja veículo de aceleração de nosso desenvolvimento total; que nos prepare não só para sermos cidadãos úteis, como também profissionais competentes (...)

Os colegas do 2º Ano de Pedagogia iniciaram uma luta, à qual aderiram todos os outros cursos de nossa Faculdade, e nós, de pedagogia, solidarizamos-nos com eles por considerarmos a causa justa.¹⁸⁴

O vice-diretor da Faculdade, professor Alfredo Henrique Costa, foi nomeado como mediador entre as partes em colisão, o que acirrou ainda mais o conflito, pois Costa, visto como comunista, estava em campo político oposto ao de Haddad. Em meio aos confrontos os estudantes conquistaram o apoio aberto do professor Aureliano Coimbra Filho, chefe do departamento de pedagogia. O episódio desembocou na derrota de Haddad, tendo sido impedida a renovação de seu contrato. Em reunião realizada em 06 de dezembro de 1968, a Congregação ratificou em acirrada votação - 24 votos favoráveis, 20 contrários, 1 nulo e com 2 abstenções – a decisão do departamento de Pedagogia de não recontratar o professor Haddad. Este, porém, continuou a exercer o cargo de docente por conseguir, junto ao Conselho Estadual de Educação, parecer confirmando estabilidade funcional pelo tempo de serviço.

O caso desdobrou-se em dois processos judiciais abertos contra o grupo acadêmico que questionou a defesa de tese e a recontratação do referido professor. Um deles procurou, sem sucesso, enquadrar por crime de imprensa o professor Alfredo Henrique Costa, proprietário do Jornal *O Comércio da Franca*, onde foram publicados os manifestos.

¹⁸⁴ Jornal “O Comércio da Franca” 13/10/1968.

O outro processo teve por intenção incriminar os supostos responsáveis pelo protesto contra a defesa de tese e renovação do contrato de Haddad. A denúncia indicava como principais articuladores do protesto: o chefe do pessoal e ex-secretário da faculdade, Fernão de Lima; e os professores Alfredo Henrique Costa, Aureliano Coimbra Filho, Ivan Vieira, Benedito Eufrásio Marcondes Vieira, Gilberto de Andrade, Maria Dagmar Gonçalves, Wanda Valério Faria, Olga Lana, Paschoa Baldassari Guardiano, Maria Luiza Spessoto, Rubens Calixto, Padre Sebastião Romano, Valeriano Gomes do Nascimento.

A análise do significado dos nomes presentes nesta lista é muito importante, porque engloba boa parte daqueles que foram posteriormente acusados de compor o “Movimento Subversivo” na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca.

A acusação foi elaborada pelo advogado Antônio Baldijão Seixas, membro da elite francana, com destacada atuação na área cultural. Na época exercia funções dirigentes na ARENA local. O processo judicial nº 193/69 descreveu as atividades de protesto contra a titulação do professor Haddad com a linguagem corrente naqueles anos de autoritarismo, em que qualquer contestação era obra da subversão. Um dos trechos do texto dizia: “existe política de grupo nesse estabelecimento, e, o que é pior, há um grupo de agitadores, nocivos à segurança, à ordem e ao progresso da instituição.”¹⁸⁵

O desenrolar dos embates entre setores divergentes no interior da FFCL de Franca resultou em problemas ainda mais graves. Desse ponto partiram as denúncias que nomeavam essa instituição como local onde se praticava ostensivamente a subversão, responsável por desencadear a instauração do Inquérito Policial. Desse modo, entre 27 de outubro de 1970 e 28 de março de 1972 o mapeamento da situação política na FFCLF foi amparado por esse inquérito.

¹⁸⁵ Processo nº 193/69, Folha 18. Arquivo Permanente da FHDSS/ UNESP-Franca. Caixa 57.

A investigação foi planejada pela Coordenação de Informações e Operações, vinculada à Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública do Estado de São Paulo. A execução da busca, assim como a interpretação primária dos dados coletados, coube ao Serviço de Ordem Política e Social (SOPS) da Delegacia de Polícia de Franca. Conforme consta nos registros da polícia política, a origem da investigação policial sobre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca foram as denúncias.

Denúncias chegadas ao MEC dão conta de que a Faculdade em epígrafe é um centro de corrupção e subversão, onde freqüentemente reúnem-se, sob a liderança do professor Alfredo Henrique Costa, grupos subversivos, tudo sob a proteção do diretor da mesma, Sr. Alfredo Palermo.¹⁸⁶

Note-se que, entre as diretrizes traçadas pela Comissão Meira Mattos, que instituiu a reforma universitária de 1968, estavam as intenções de reforçar a autoridade nas instituições de ensino superior para acabar com a contestação, atribuindo a diretores e reitores responsabilidade disciplinar entre docentes e discentes¹⁸⁷. Com efeito, a denúncia contra a FFCLF, seja qual for o conteúdo, encontrou respaldo no plano de segurança traçado pelos militares para o ensino superior. Contra Alfredo Henrique Costa, pesava o histórico de sua militância política de caráter progressista. Em relação a Alfredo Palermo, o mais provável é que tenha sido envolvido na denúncia por ter nomeado e mantido estreito relacionamento com o vice-diretor, professor Alfredo Henrique Costa, atitude que supostamente afastava Palermo do cumprimento das normas estabelecidas para os diretores de faculdades.

Para averiguar as ‘irregularidades’, preliminarmente foi realizada uma sondagem sobre o caso. A documentação pertinente ao inquérito policial indica que as fontes utilizadas nessa etapa foram particularmente os depoimentos de dois professores. Sob a

¹⁸⁶ Pedido de Busca nº 344/70 Coordenação de Informações e Operações. Arquivo DEOPS Pasta 50-Z-344-568/590

¹⁸⁷ FÁVERO, Maria de Loudes de Albuquerque, Da universidade “Modernizada” à “Universidade disciplina: Atcon e Meira Matos. SP: Cortez: Autores Associados, 1991. P.42

chancela de CONFIDENCIAL, o relatório assinado pelo delegado titular do Município de Franca, Maurício Genofre, em 20/01/1971, revela:

Ouvi o Professor Ibrahim Haddad, que esclareceu que, no ano de 1968, realmente houve diversas reuniões em que teve participação direta o prof. Alfredo Costa, e que nessas reuniões tiveram participação direta os srs. Geraldo Ivan, professor de Batatais, Ivan Vieira, Paulo Octávio de Azevedo Júnior, ex-aluno e que se achava foragido, o professor Aureliano Coimbra Filho, também morador da cidade de Batatais, podendo afirmar ainda que se tratava realmente de reuniões de cunho subversivo, cujo líder era o prof. Alfredo Costa.¹⁸⁸

Na seqüência, as declarações do segundo interlocutor do SOPS operaram como uma caixa de ressonância, amplificando o que antes fora dito:

Ouvi também o prof. João Alves Pereira Penha, que esclareceu que, nos anos de 1969 e 1970, tudo transcorreu normalmente na Faculdade de Filosofia, mas que o ano de 1968 foi muito conturbado, no que se refere ao problema da subversão, havendo ali diversas reuniões de cunho esquerdista, chegando a Faculdade, por causa dessas reuniões e de artigos escritos pelo professor Alfredo H. Costa, a ser paralisada por uma semana. Que os srs. Geraldo Ivan, Paulo Octávio de Azevedo Júnior, Ivan Vieira e Aureliano Coimbra Filho tiveram participação nessas reuniões, sendo o último destes o mentor de diversos movimentos, chegando ao ponto de certo dia o mesmo ter sido afastado do corpo docente da Escola, por determinação do diretor da mesma, Sr. Alfredo Palermo¹⁸⁹.

Uma vez sob suspeição, o cotidiano acadêmico da FFCL passou a funcionar sob os olhares da polícia política. Paralelamente ao processo de interrogatórios¹⁹⁰, o serviço de informação espionava o cotidiano institucional e a vida de alguns professores. Até mesmo situações universitárias, aparentemente afastadas de qualquer envolvimento com o objeto do inquérito policial, tornaram-se alvo da repressão. O Serviço de Ordem Política e Social de Franca informava detalhadamente ao DEOPS/SP situações como:

Comunico que a professora universitária Nice Lecok Muller da USP vg. Cadeira de geografia vg. em conferência pronunciada em 22/X/71 vg. Faculdade de Filosofia Local após ter cuidado de desligar gravadores ET Alto / falantes vg passou a ofender o governador do Estado em termos incompatíveis para a linguagem universitária pt justificando tal atitude a professora alegou que hah três anos batalha pela mudança da capital do Estado para o interior vg. et que

¹⁸⁸ DEOPS, Arquivo do Estado de São Paulo, pasta 50-Z-344-563/590

¹⁸⁹ Idem, Pasta 50-Z-344-563/590

¹⁹⁰ Foram interrogados: Alfredo Henrique Costa, Alfredo Palermo, Geraldo Ivan, Aureliano Coimbra Filho, Ivan Vieira, Ibrahim Haddad, João Alves Pereira Penha, Fernão de Lima, Assuero Quadri Prestes e Antônio de Freitas Diniz.

ateh hoje não encontrou nenhum governador de coragem para fazer tal mudança.¹⁹¹

Os professores convocados pelo SOPS de Franca para prestar os esclarecimentos iniciais sobre o caso, isto é, as fontes de informações preliminares, também foram objetos de investigação. Os professores mais empenhados em caracterizar a presença de ‘elementos esquerdistas’ no interior da FFCLF foram averiguados pela polícia política. No Cadastro de Pesquisa e Informações (CPI) do DEOPS - espécie de catálogo resultante da espionagem oficial da vida pública e privada de milhares de pessoas no Estado de São Paulo – consta informe cujo conteúdo apresenta:

A Delegacia de Polícia de Franca nos envia, com data de 20 de outubro de 1969, relatório de informação sobre as atividades de José Pereira Penha, constando em um de seus tópicos que o mesmo é elemento anticomunista, tendo entrado como membro do “Centro Popular de Cultura de Franca” juntamente com o professor universitário Ibrahim Haddad, com a finalidade de combaterem comunistas ali existentes e refutar suas teorias. São Paulo, 16 de agosto de 1972.¹⁹²

É possível crer, uma vez que os professores acima citados atuaram como fonte de informação preliminar, que este procedimento tenha sido utilizado no item veracidade da fonte constante do ciclo de informação. Esse item constituiu-se numa técnica dos órgãos de repressão, utilizada para verificar o grau de confiabilidade de determinado informe.¹⁹³ Os fatos relatados nos informes, mesmo aqueles não considerados completamente confiáveis, mereciam registro, pois, em sua maioria eram elaborados por indivíduos que compartilhavam dos ideais do governo, ao mesmo tempo em que cooperavam com a repressão, constituíam uma base de sustentação do regime¹⁹⁴.

¹⁹¹ Arquivo do Estado de São Paulo – DEOPS. Pasta 50-Z344-401

¹⁹² Arquivo do estado de São Paulo. DEOPS. Pasta 52-Z-O-5997

¹⁹³ De acordo com o general Adyr Fiúza de Castro ‘Há seis níveis de fontes e seis graus de veracidade do informe: A, B, C, D, E, F e 1, 2, 3, 4, 5, 6. Um informante A1 é um informe de uma fonte sempre idônea e com grande probabilidade de verdade. Então, Guarda-se e classifica-se.: A1. Se o informe é F6, significa que não se pode saber da idoneidade da fonte, pode ser um maluco qualquer, e a probabilidade de ser verídico é muito reduzida. In: D’ARAÚJO, Maria Celina. Op. Cit p.47.

¹⁹⁴ MAGALHÃES, Marionilde Brepol. Op.Cit. p.214.

Contra Alfredo Palermo nada se comprovou. Mesmo porque ele dispunha de argumentos para negar seu envolvimento com a subversão. No depoimento prestado ao SOPS de Franca¹⁹⁵ em 16 de fevereiro de 1971, o professor realçou alguns dos motivos que comprovavam sua idoneidade política. Entre eles destacam-se sua atuação, juntamente com o delegado Fábio Homem de Mello, para impedir a realização das eleições da UEE na faculdade; a publicação do folheto *Poder e Política Nacional*, em que expunha suas idéias sobre a conjuntura nacional (este, inclusive, encontra-se anexo no arquivo DEOPS); e ainda a demonstração de que estava editando o livro sobre estudos de problemas brasileiros, conforme os parâmetros estabelecidos pela Comissão Nacional de Moral e Civismo.

Por fim, apenas o professor Alfredo Henrique Costa foi indiciado para enquadramento na lei de segurança nacional. Após tramitar pelo escalão superior da hierárquica cadeia do aparato repressivo, a delegacia de polícia de Franca concluiu ser redundante a abertura de IPM contra o professor, visto que tal tarefa já estava em andamento na Segunda Auditoria Militar de São Paulo, cujo foco eram as vinculações de Costa com o PCB e a FALN. Porém informa que “a partir daquela data, este Serviço de Ordem Política e Social passou a vigiar de perto o professor Alfredo Henrique Costa, de maneira que o mesmo foi obrigado a um recuo em suas atividades.”¹⁹⁶

Após denuncia e investigação a polícia política elaborou o parecer sobre o caso da faculdade, concluindo:

(...) o movimento eclodido na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca em 1968 não se caracterizou propriamente como um movimento subversivo, mas sim um movimento natural de um grupo de alunos à época contrário à contratação de um determinado professor, para eles incompetente.¹⁹⁷

¹⁹⁵ Arquivo do estado de São Paulo, DEOPS. Pasta 50-Z-344-563/590

¹⁹⁶ Conclusão sobre o caso Alfredo Henrique Costa feita pelo SOPS / DELPOL - Franca em 08/05/1972. Arquivo do Estado de São Paulo - DEOPS, Pasta 50-Z-344-568/590

¹⁹⁷ Parecer nº 8/72 encaminhado em 23/03/1972 ao Delegado Titular da Especializada de Ordem Política, Alcides Cintra Bueno Filho. Arquivo DEOPS, Pasta 50-Z-344-565.

Em 1976 a FFCL de Franca foi alvo de novo inquérito policial. O ponto de partida, outra vez, foram denúncias apresentadas ao DEOPS/SP. Buscou-se ali, como na denúncia anterior, enquadrar fatos do cotidiano daquela instituição nas diretrizes autoritárias que marcavam o contexto nacional.

A importância do inquérito que sucedeu à denúncia consiste no fato de revelar o processo de sistematização de informações do aparato repressivo, principalmente o DEOPS/SP. É possível, pois, apontar o caráter cumulativo dos arquivos do sistema repressivo, na medida em que os procedimentos adotados pela polícia política para averiguar a nova denúncia fez desentranhar todos os informes constante sobre as pessoas envolvidas ou sobre a instituição educacional a que pertenciam, ou seja, a FFCLF.

A denúncia foi apresentada como “Movimento Subversivo na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca”, dividida em sete seções¹⁹⁸: 1) integrantes do Grupo de Esquerda, 2) principais colaboradores do grupo de esquerda e participantes dos seus movimentos, 3) participação do diretor da faculdade, 4) os últimos acontecimentos que culminaram com a morte do prof. Jean Leszeck Dulemba, 5) atuação do grupo de esquerda contra a pessoa do tenente Rafael Scarati, delegado da Junta de Alistamento do Serviço Militar de Franca, 6) alguns dos objetivos desse grupo, e 7) pessoas que podem ser ouvidas.

O documento é extenso e detalhado. O texto estruturado pelo informante dimensionava o “movimento subversivo” com uma força fantástica, ao ponto de ter provocado diretamente a morte dos professores Pedro Nunes Rocha e Jean Leszeck Dulemba. Para cada um dos nomes envolvidos foi elaborada uma biografia indicando os laços políticos dentro e fora da faculdade. Algumas passagens indicam que o informante, ou os informantes, tinha pleno conhecimento da história política da cidade, o que lhes permitiu descrever o

¹⁹⁸ Arquivo do Estado de São Paulo. DEOPS, Pasta 50-Z-344-563/590

passado de alguns protagonistas do “movimento subversivo” com enorme quantidade de informações. Vejamos apenas um dos casos:

Ivan Vieira: filho de conhecido comunista – Antônio Vieira, veterano militante do PC em Franca; embora professe claramente a ideologia marxista, não tem atuado ostensivamente em movimentos estudantis, operários, ou grevistas, ou subversivos. No entanto, Ivan Vieira, seu filho, é um dos mais ativos agitadores e subversivos de meios universitários de Franca. Foi dos mais ativos agitadores da Faculdade em 1968, ao lado de Alfredo Henrique Costa e outros líderes comunistas. Assumiu sempre desusada agressividade contra professores não comunistas, participando com destaque de movimentos subversivos e esquerdistas, visando o afastamento daqueles, a estabelecer o caos no ambiente de trabalho e assegurar a liderança política dos postos chave no estabelecimento (...)

Desde os seus tempos de estudante nesta faculdade já era um aliado do prof. Alfredo Costa, companheiro de lides políticas (no PC) do seu pai, Antônio Vieira. Desde essa época se manifesta agitador, sendo que suas atividades já se encontram relatadas em informações anteriores, feita pelo Serviço de Segurança: participou do movimento subversivo de estudantes comunistas, em 1967 e 1968, visando o afastamento da professora D. Branca (Maria Cintra Nunes Rocha), cujo desfecho foi a morte do seu esposo, prof. Pedro Nunes Rocha, fulminando com uma síncope cardíaca em consequência das pressões exercidas sobre aquela.¹⁹⁹

No total foram acusadas dezesseis pessoas²⁰⁰. Entre os supostos integrantes do grupo comunista figuram os nomes de Alfredo Henrique Costa, professor de História das Ideias Políticas; Ivan Vieira, professor de Geografia do Brasil; Benedito Eufrásio Marcondes Vieira, então vice-diretor da faculdade e professor de Geografia Física; Emanuel Soares da Veiga Garcia, diretor da faculdade e professor de História; e Fernão de Lima, chefe do setor de pessoal da faculdade.

Entre os acusados de colaborarem com os subversivos constam na lista os seguintes nomes: David Rabelo, Marina Marconi, João Gualberto de Carvalho Menezes, Haydil Marquiasave Telles, Elda Terezinha Peixoto, Claudio Branco Vasques, Jean Leszeck Dulemba, Agnelo Tornatori, Paschoa Guardiani Baldassari e Valeriano Gomes do Nascimento.

¹⁹⁹ Arquivo do Estado de São Paulo. DEOPS, Pasta 50-Z-344-563/590

²⁰⁰ Ibidem.

Na visão do informante, o objetivo do movimento no interior da Faculdade de Filosofia de Franca consistia em:

(...) reunir o maior número possível de colaboradores; tem especialmente procurado assumir os cargos mais importantes, como a direção e vice-direção, chefias departamentais, posição nos colegiados, sempre através de política sistemática. Ressalte-se que ultimamente, enquanto se encontra sob proibição o processo grevista e de sublevação de alunos, uma das atividades mais usuais na faculdade tem sido a de o “grupo” favorecer o ingresso de novos docentes esquerdistas, bem como a de dificultar a permanência de docentes que não apoiem o “grupo” ou seus interesses.²⁰¹

A maior parte do processo transcorreu no interior do próprio aparato repressivo. A coleta de dados foi feita a partir da sistematização das informações advindas de diferentes órgãos de inteligência. A fonte de alimentação, nesse caso, foi basicamente o Cadastro de Pesquisa e Informação (CPI). O CPI do DEOPS/SP despachou mais de duas dezenas de documentos para a análise do processo.

Os tentáculos do sistema de repressão estenderam-se a um espectro muito mais amplo da vida acadêmica, incluindo-se nesse rol os trabalhadores da área técnico-administrativa. Em abril de 1976 o Chefe do Serviço de Informação do DEOPS/SP, delegado Romeu Tuma, solicitou a José Manoel Moura Matos, delegado titular do município de Franca, o nome de todo o corpo funcional da FFCLF. Assim, em 28/04/1976, através do ofício N° 390/76 a delegacia de polícia de Franca encaminhou ao DEOPS/SP a relação dos diretores e pessoal técnico administrativo da FFCLF.

Tal fato aparece como desdobramento direto do acirrado controle ao qual estavam submetidas as instituições de ensino superior como um todo. Dessa forma, a qualquer suspeita de perturbação da ordem interna, era executada minuciosa investigação. Por outro lado, conforme assinala Marionilde B. Magalhães, grande parte dos colaboradores e informantes que contribuíam com o aspecto preventivo da repressão eram recrutados pelos

²⁰¹ Idem, Pasta 50-Z-344-576

poderes oficiais entre os quadros do funcionalismo público. Daí a necessidade de investigação sobre a vida regressa dessas pessoas.²⁰²

Após ter realizado investigações que praticamente limitaram-se às informações já constantes nos serviços de informação, a polícia política concluía algo semelhante ao primeiro inquérito:

Não há Grupo, estruturado como tal e atuante na faculdade, como diz a denúncia apresentada. O que existe são dois grupos antagônicos de professores dentro da Escola, em permanente disputa pela ocupação de cargos existentes. Ocorre que um dos grupos acusa o outro de “esquerdista”.²⁰³

Ao concluir não haver grupo subversivo organizado na FFCLF, porém, a polícia política não abandonava os mecanismos de vigilância. O relatório final elaborado pelo Serviço de Ordem Política e Social de Franca enunciava com todas as letras que “maiores esclarecimentos poderão ser prestados através de oitiva de informantes, ou de agentes de informações oficiais”.²⁰⁴

Da explicitação dos inquéritos policiais instaurados pela polícia política sobre a FFCL de Franca podem-se extrair algumas conclusões. Primeiramente, sendo verdadeira a afirmação que após o AI-5 houve completo fechamento dos canais de participação política, bem como excessivo controle policial sobre a sociedade, o caso da presença da repressão na instituição em análise ilustra que a dominação não se limitou aos epicentros de conflito político, pelo contrário, mesmo naquela microconjuntura, onde a atividade política de esquerda ocorreu com baixa intensidade, o exercício do poder repressivo atuou preventivamente como garantia da dominação política.

Além disso, e em parte como decorrência da conclusão anterior, pode-se constatar a amplitude do termo “subversão”, e conseqüentemente da expressão “subversivo”, a ponto de permitir que qualquer oposição de interesses ou discordâncias de ordens pessoais e

²⁰² MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. Op.Cit. p. 214.

²⁰³ Arquivo do Estado de São Paulo. DEOPS. Pasta . Pasta 50-Z-344-563/590

²⁰⁴ Arquivo do Estado de São Paulo DEOPS. Pasta. 50-Z-344-56

acadêmicas fossem identificadas como atividades ameaçadoras da ordem e da segurança nacional. Desse forma, problemas localizados e com pouquíssima aproximação às organizações políticas clandestinas, ficavam vulneráveis a repressão política no controle sobre as instituições sociais.

3.3. Panfletos apócrifos e o suicídio do professor Dulemba

No último trimestre de 1975, o cotidiano da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca foi sensivelmente abalado. A divulgação de panfletos anônimos e a morte de um professor provocaram confusões internas e despertaram a atenção da polícia política. A análise em foco busca demonstrar em qual medida os episódios acima representam referências para se pensar o contexto autoritário a partir do envolvimento dos órgãos de repressão

Em meados de novembro de 1975, a distribuição de panfletos nos gabinetes individuais dos professores da FFCLF causou grande alvoroço. Os panfletos foram produzidos a partir de dois artigos publicados no jornal *Comércio da Franca*²⁰⁵. O primeiro deles, editado em 08 de abril de 1975, trazia dura análise acerca da atuação dos presidentes Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel. A matéria criticava a ausência de planejamento, as mazelas econômicas e sociais causadas pelos dois governos, e ainda atacava o autoritarismo prevalecente. Qualificava-os como chefes políticos medíocres.

O segundo componente do panfleto era uma homenagem prestada ao casal Rosa e Eticar Kuhn, professores da Faculdade de Filosofia de Franca, publicada no mesmo jornal em 21 de outubro de 1975. No texto, a chegada dos dois docentes ao município era

²⁰⁵ Anexo 2.

ressaltada com elogios. A presença de professores com tão gabaritado currículo significava, de acordo com o artigo, grande contribuição ao engrandecimento cultural e científico de Franca.

Os dois recortes de jornais foram montados num panfleto de forma a estarem interligados através de uma balança. Assim, a eficiência e riqueza da produção científica do casal Kuhn ficavam relacionadas à ineficiência e mediocridade que caracterizaram os dois presidentes militares e vice-versa. Sobre esse caso pesou a possibilidade do enquadramento do panfleto como subversivo. Conforme a denúncia intitulada ‘Movimento Subversivo na FFCL de Franca’, tal suspeita foi levantada pelo professor João Alves Pereira Penha²⁰⁶.

O tema foi amplamente debatido nas instâncias administrativas da faculdade, como foi possível constatar em passagens das reuniões do Conselho Superior de Professores e na Congregação. A reunião realizada em 12/11/1975 revela a forma pela qual situações suspeitas de subversão foram conduzidas para análises mais minuciosas junto a instâncias superiores:

O sr. presidente lamenta a circulação de um volante anônimo entre os professores e frisa que o mesmo, por não conter assinatura, não tem valor e é um atestado de óbito moral para quem o faz. Disse ainda que, tendo em vista a péssima repercussão causada pelo referido panfleto, procurou a autoridade policial, que tendo-o examinado não o julgou de caráter subversivo e que, assim sendo, decidiu levar os exemplares conseguidos para a CESESP (...), para que se manifestasse a respeito.²⁰⁷

No âmbito interno, o professor Jean Leszeck Dulemba foi apontado como o autor do panfleto. De nacionalidade polonesa, Dulemba chegou à FFCLF em 1968, onde passou a lecionar a disciplina de Geografia Física. Destacava-se na faculdade por ser um dos poucos catedráticos e pela produção científica com reconhecimento internacional. Dulemba

²⁰⁶ Arquivo do Estado de São Paulo, Pasta 50-Z-344 p.14.

²⁰⁷ Ata de reunião do Conselho Superior de Professores da FFCL de Franca realizada em 12/11/1975. p. 33.

chocou a cidade ao se atirar do 11º andar, em 28 de dezembro de 1975, do edifício Franca Imperador II, localizado na Praça Barão, região central da cidade.

O suicídio abalou a faculdade e a cidade. Na congregação duas reuniões extraordinárias, ocorridas nos dias 30 e 31 de dezembro de 1975, foram convocadas para tratar exclusivamente do assunto. Chama a atenção o fato de a primeira ter sido realizada em caráter secreto, para, de acordo com os únicos registros que ficaram na ata daquela reunião, preservar o nome do prof. Dulemba, tendo em vista as notícias dos panfletos²⁰⁸.

O posicionamento oficial da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca em relação à morte do professor foi delineado nessas reuniões. Buscou-se anular qualquer possibilidade de a faculdade ter colocado obstáculos à renovação do contrato do professor Dulemba, ante as exigências interpostas pelo processo de integração da FFCLF à UNESP. Houve também nessas reuniões iniciativas para afastar suposto envolvimento de outros professores com o suicídio. Para a imprensa local e para a população francana, os membros do colegiado resolveram divulgar nota que, entre outros, afirmava que a direção e órgãos colegiados, representantes das categorias docentes e dos alunos, lamentavam também a vinculação de suposições precipitadas em torno do acontecimento.

É relevante aludir o tratamento dispensado pela imprensa local ao caso. As manchetes mostraram-se extremamente adequadas ao clima autoritário do momento. A título de exemplo, consideremos apenas o caso do jornal *O Comércio da Franca*. Em 31/12/1976 o jornal estampava na capa: “II Exército pode investigar o caso Dulemba”²⁰⁹. No dia seguinte, o mesmo jornal trazia extensa matéria com o título: “Tenente manteve encontro com o diretor da Faculdade”²¹⁰. Finalmente, no dia 08 de janeiro de 1976, o jornal levava ao conhecimento

²⁰⁸ Ata de reunião da Congregação da FFCLF. 30/12/1975.

²⁰⁹ Jornal Comércio da Franca, 31/12/75, p.01.

²¹⁰ Idem, 01/01/75. p.12.

da população de Franca desfecho das investigações sob o título “Depoimento do Diretor da Filosofia encerrou inquérito sobre o suicídio de Dulemba”²¹¹.

A relação entre o suicídio e a divulgação desses panfletos foi sistematicamente avaliada pelo sistema repressivo. Em nota divulgada à imprensa, o representante do DOI-CODI em Franca, tenente Raphael Scarati, assim justificou o envolvimento do II Exército na investigação do caso:

(...) basta tão somente o fato de o professor Dulemba ter procurado esta autoridade policial, no último dia 17, pretendendo esclarecer fatos relacionados com panfletos clandestinamente distribuídos na Faculdade de Filosofia (...); revela a necessidade de o mesmo estabelecimento passar por uma devassa por parte das autoridades competentes.²¹²

As suposições levantadas pelo tenente Raphael Scarati obrigaram o diretor da faculdade, Emanuel Soares da Veiga Garcia, a prestar esclarecimentos oficiais ao comando militar responsável pela região de Franca. Resumidamente, o “Relatório do Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca à Consideração do Tenente-Coronel Álvaro Taveira, da 5ª CSM de Ribeirão Preto”,²¹³ dizia que o professor Dulemba havia assumido a autoria do panfleto junto aos professores Benedito Eufrásio Marcondes Vieira, Alfredo Palermo e ao casal Kuhn. O mesmo documento afirma que o panfleto havia sido descartado como material subversivo pelo Delegado de Ordem Política e Social de Franca, João Moura Matos, e que tal aproximação somente voltou à tona após encontro entre os professores Dulemba, João Alves Pereira Penha e Ibrahim Haddad.

A ‘desordem’ provocada pelos acontecimentos em torno do suicídio do professor Dulemba foi atentamente registrada por informantes e rendeu parecer dos analistas do SOPS de Franca, bem como dos agentes do DEOPS/SP. No caso em foco, o autor da denúncia intitulada “Movimento subversivo na FFCLF” indicava que professores

²¹¹ Idem, 08/01/5. p.08.

²¹² Jornal “Comércio da Franca” 31/12/1975

²¹³ Arquivo do Estado de São Paulo. DEOPS. Pasta 50-Z-344-568/590.

politicamente alinhados à esquerda aproveitaram-se do ocorrido, tentando “transformar o caso Dulemba em um segundo caso Herzog.”

O assassinato do jornalista Wladimir Herzog nos porões do DOI-CODI, ocorrido em 26 de outubro de 1975, representou um marco na luta pelo fim da tortura e em defesa dos direitos humanos no Brasil. Tornou-se, sem dúvida, um dos grandes pólos de discussão da política distensionista do governo Geisel. A morte de Herzog expôs a força dos grupos militares mais reacionários que controlavam os órgãos de repressão e que impuseram grandes obstáculos para o desmantelamento da estrutura repressiva montada ao longo do regime militar.

Ao relacionar o suicídio de Dulemba com o assassinato de Herzog, o delator manifestou uma atitude incompatível em que se misturaram ficção e realidade. Ao unir dois acontecimentos tão próximos cronologicamente, mas distantes em termos de impactos no contexto político nacional, a denúncia revela como alguns indivíduos buscavam amparo no regime militar para solucionar problemas localizados ou para atender a interesses ou ódios pessoais. Demonstra, pois, que acontecimentos como o caso Herzog serviram não apenas para ampliar o debate sobre as liberdades democráticas e direitos individuais, mas também para reacender a chama do fanatismo conservador em determinados indivíduos. A relação entre as duas mortes foi categoricamente abolida pelo próprio serviço de inteligência do departamento de ordem política e social de Franca:

Com relação à morte do professor Jean Dulemba, o contido na denúncia não é verdadeiro. Os fatos ali relatados são fantasiosos, a verdade foi apurada através de inquérito policial que tramitou pela delegacia de polícia local e já foi remetido ao fórum.²¹⁴

Frisa-se a observação “os fatos ali relatados são fantasiosos” feita pelos analistas, pois, para efeito do funcionamento da máquina repressiva, toda denúncia, por mais

²¹⁴ Arquivo do Estado de São Paulo. DEOPS. Pasta 50-Z-344-568/598

absurda que fosse, era importante. Irreais num momento, poderiam auxiliar os serviços de inteligência em outras investigações, pois, como relatou Adyr Fiúza de Castro:

Recebem tudo. Qualquer informação, a mais inverossímil possível, eles têm que receber e processar, porque rasgar não é possível. O trabalho do analista de informações é cotejar os informes que recebe em quantidade imensurável, classificá-los, juntá-los, analisá-los e ver qual é o grau de probabilidade de veracidade daquela informação. Com isso, ele analisa também a fonte que lhe forneceu o informe.²¹⁵

A análise do suicídio do professor Dulemba ilustra o quanto o contexto autoritário estava incorporado ao cotidiano social. Demonstra, pois, concretamente, como determinados acontecimentos foram apresentados como atividades “subversivas”. Apesar de absurdas, eram minuciosamente analisadas pelos agentes da repressão, pois eram acontecimentos desta natureza que movimentavam o ciclo da informação.

3.4. Triagem ideológica

Em 16 de junho de 1975, o Centro de Informação do Exército (CIE) elaborou extenso informe sobre a ‘Revolução de 64’²¹⁶. O informe, cuja classificação, A-1, designava fonte absolutamente idônea e veracidade confirmada, foi difundido apenas para a agência central do Serviço Nacional de Informação. O texto versava sobre a abertura política, bem como sobre o posicionamento do presidente Geisel²¹⁷. O CIE punha como problema central para o futuro a presença da subversão nos meios acadêmicos:

Como o perigo maior, atual, é a infiltração intelectual; e como, hoje, marxistas ou pró-marxistas não são, em geral, operários, como há 100 anos afirmava

²¹⁵ Adyr Fiúza de Castro. In: D’ARAÚJO, Maria Celina (org.). Os anos de chumbo. RJ: relume-Dumará, 1994, p.47

²¹⁶ Informe nº 209 / S-102-A3-CIE de 16 de junho de 1975. Publicado em BAFFA, Ayrton. Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca. RJ: Objetiva, 1989. pp. 51-65.

²¹⁷ O jornalista Ayrton Baffa, a quem coube o mérito de tornar público o documento, considera que o Informe Nº 209 do CIE, representou verdadeira intimidação ao então presidente da República.

MARX que deveriam ser, mas intelectuais, entre eles também a classe estudantil; para o futuro imediato tem-se que estruturar perfeito plano de ação nesse setor, que a Revolução abandonou. É tarefa difícil e empenhativa, mas extremamente necessária.²¹⁸

Esse documento reafirmava a preocupação que permeou todo o período de regime militar, que era o exercício do magistério superior. Os agentes da repressão consideravam-no como importante instrumento para o desenvolvimento da subversão, pois, recoberto de legalidade, tinha possibilidade de se ‘maquiar’ mais adequadamente. A este assunto os serviços de inteligência dispensaram atenção especial, por meio da técnica denominada triagem ideológica. Por esse instrumento todos os professores, para serem contratados ou mantidos por estabelecimentos educacionais, passavam obrigatoriamente pelo crivo da polícia política. A triagem ideológica visava, portanto, obter o controle sobre a categoria de professores e intelectuais responsáveis pela formação de milhares de estudantes. Na prática ela foi responsável pela investigação de inúmeros docentes e pelo impedimento ou afastamento de outros tantos em todo o território nacional.

O serviço de inteligência do Serviço de Ordem Política e Social de Franca mostrou-se plenamente articulado com o pensamento defendido pela alta cúpula do sistema repressivo. Em seus documentos deixou transparecer claramente a preocupação com a atividade docente enquanto veículo de difusão do processo subversivo. Numa nota, a polícia política indicava que:

Cumpre esclarecer que o professor Alfredo Henrique Costa, além de ser professor na Faculdade de Filosofia, onde leciona Histórias das Idéias Políticas e Sociais, ainda exerce o magistério na Faculdade de Direito local, na cadeira de economia política, escola mantida pela prefeitura. Como se vê, este professor tem nas mãos um instrumento super adequado e coberto por uma legalidade, para realizar seus objetivos de doutrinação marxista. O que ele faz acintosamente há muitos anos, devendo ser extremamente útil ao Partido Comunista Brasileiro, do qual ainda deve fazer parte.²¹⁹

²¹⁸ Ibidem. pp. 63-64.

²¹⁹ Arquivo do Estado de São Paulo DEOPS. Pasta 50-Z-344-568/590

Mesmo sendo considerado por analistas do SOPS como *persona non grata* para exercer funções de docente e tendo sido reprovado na triagem ideológica, Alfredo H. Costa continuou a lecionar nas instituições em que estava vinculado. Tal fato possibilita tecer algumas considerações sobre a questão da triagem ideológica.

Por vezes, os docentes reprovados na análise dos órgãos de repressão recebiam grandes manifestações de solidariedade. Na maioria das vezes, esses atos não resultavam em nada, principalmente nos casos em que os professores tivessem algum tipo de vínculo com grupos clandestinos armados. No entanto, houve casos que a solidariedade amorteceu a força da triagem ideológica. No caso de Alfredo Henrique Costa, membro da maçonaria, o apoio surgiu de um amplo espectro da sociedade francana. Há registros de solidariedade advinda de importantes entidades, tais como a Liga Assistencial Social e Educação Popular (LASEP), a Fundação Educandário Pestalozzi, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de “Barão de Mauá”, a Imobiliária Raycós, entre outros. Dentre as manifestações de apoio a Costa, destaca-se o abaixo-assinado produzido por docentes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca.

A QUEM POSSA INTERESSAR

Nós, abaixo-assinados, declaramos espontaneamente e para fins de direito, na qualidade de professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, que conhecemos o Dr. Alfredo Henrique Costa como docente de boa conduta, afeiçoado a seus deveres de cidadão e de educador capaz.

Seu comportamento é pautado por inteira seriedade e sensatez. Colega distinto e prestante, digno e correto, sempre demonstrou, dentro e fora da faculdade, discernimento e discrição em suas atividades. Sua atuação como professor e cidadão cômico de sua obrigação, de seus encargos, não revela qualquer conteúdo político, nem manifesta caracteres que possam ser consideradas subversivas ou contrárias à disciplina funcional.

Franca, 13 de junho de 1970.

Manuel Nunes Dias, Valeriano Gomes Nascimento, Sebastião Romano Machado, Pedro Brasil Bandechi, Vilma Guimarães, Benedito Eufrásio Marcondes Vieira, Neusa Machado Vieira, Silvia Jacintho Lima, José Octávio Machado, Paschoa B. Guardiano, Alfredo José Rabaçal, e Emanuel Soares da Veiga Garcia.²²⁰

²²⁰ Arquivo Municipal de Franca. Superior tribunal Militar. Processo 49/70 volume 2. Folha 515.

A solidariedade coincide com o momento no qual Alfredo Henrique Costa, um dos principais expoentes dos setores progressistas de Franca e talvez o principal no interior da FFCLF, enfrentou sérios problemas com o regime militar. Entre 1968 e 1970 foi preso por quatro vezes: novembro de 1969, fevereiro, março e novembro de 1970; e convocado a prestar esclarecimento numa outra ocasião, março de 1970.

O mais significativo desse documento é a constatação da assinatura do professor Manuel Nunes Dias, professor com ideais muito próximo aos do regime militar o que lhe conferiu o papel de interventor na Escola de Comunicação e Arte da USP. Em 1977, Nunes Dias assumiu o cargo de primeiro diretor do Instituto de História e Serviço Social de Franca, nova denominação da FFCLF após ser integrada à UNESP. Sua gestão foi igualmente marcada pelo autoritarismo sempre condizente com os princípios do regime militar. Exerceu também em 1984 o cargo de reitor pro-tempore da UNESP numa situação de profunda crise em que assumiu o posto contra a esmagadora maioria da comunidade acadêmica.

A mesma solidariedade observada no caso acima relatado não foi estendida à professora Rosane de Lourdes, expurgada do quadro docente da FFCLF no ano 1972. Graduada em sociologia pela Universidade Federal do Paraná, chegou a São Paulo em 1968 para realizar tarefas acadêmicas e políticas. De acordo com seu depoimento²²¹ veio fazer curso de pós graduação na Universidade de São Paulo e, na clandestinidade, participar da organização do congresso da União Nacional dos Estudantes como delegada da união paranaense dos estudantes.

Em 1972, já como professora da Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP), trocou de organização política, deixou o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) ao qual pertencia e passou a colaborar com o Movimento de Libertação Popular (MOLIPO), dissidência da ALN, formada a partir de militantes deslocados para realizar treinamento militar em Cuba. Seu contato centrava-se num dos dirigentes da organização,

Hiroaki Torigoi. Rosane Lourdes chegou a ser presa pelo DOI-CODI, em 1972, e pelo DOPS/SP, em 1974. Embora não tenha sido indiciada por crime de subversão na Lei de Segurança Nacional, teve que amargar as duras conseqüências da repressão preventiva. Os desdobramentos desse episódio expõem com todas as letras a articulação do sistema repressivo com uma instituição educacional específica.

No ano de 1972, a professora foi aprovada em concurso público para a disciplina de Sociologia Geral na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca. Ali trabalhou por seis meses. Em setembro do mesmo ano, sob a alegação de vencimento do contrato, foi demitida. Nas palavras da professora:

(...) eu só soube que não ia mais dar aulas em Franca quando entraram na sala de aula, né? Entrou um funcionário administrativo, eu acho que do setor de pessoal. Eu já tinha dado aula pela manhã em história, e estava dando aula para a pedagogia à tarde, e ele bateu na porta, me chamou e disse: "A senhora faz o favor de ir embora, porque não é mais professora da Faculdade".²²²

Ao procurar a Coordenadoria de Ensino Superior do Estado de São Paulo para saber os motivos reais do rompimento de seu contrato, foi informada que, após consultarem o DEOPS, os membros da CESESP concluíram que, por ser comunista, não interessava à Secretaria de Educação e ao Instituto de Franca tê-la nos quadros efetivos do ensino.

É importante perceber que a direção, assim como os órgãos colegiados da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca registraram o episódio. Todas as etapas do concurso aparecem como procedimentos naturais inerentes a qualquer instituição de ensino. Assim, considerando que o documento é uma elaboração social na qual estão presentes relações de poder, faz-se necessário desmistificar o significado aparente da anulação do concurso. A partir daí torna-se possível perceber a forma pela qual o exercício do poder maquiou os impactos das práticas repressivas acionadas pelo regime militar.

²²¹ Entrevista concedida a Cleber Santos Vieira em 18/11/2000 em São Paulo.

²²² Idem.

Os registros daquela instituição deixam transparecer que o concurso estendeu-se por quase dois anos, de 1971 a 1973. Em 1971, o Departamento de Ciências Sociais da FFCLF, após a realização dos exames, classificou os candidatos na seguinte ordem:

Para Sociologia: em primeiro lugar, com 47 pontos, Marina de Andrade Marconi; em 2º lugar, Zélia Maria Neves Presotto, com 32 pontos; em 3º lugar, com 28 pontos, Rosane de Lourdes Silva; em 4º lugar, Paulo Argemiro da Silveira Filho, com 27,5 pontos (...)²²³

Após análise do recurso impetrado pelo candidato Paulo Argemiro S. Filho houve a reclassificação dos candidatos. Desse modo, o autor do recurso ficou em primeiro lugar e a candidata Rosane de Lourdes Silva, com a 2º colocação. Posteriormente, a classificação dos candidatos foi novamente alterada em virtude da desistência de Paulo Argemiro S. Filho da vaga:

O senhor presidente dá ciência aos srs. conselheiros de que havia recebido comunicação do prof. Paulo Argemiro da Silveira, primeiro classificado em sociologia geral, dizendo que só seria possível a sua contratação em tempo integral. E que isto não sendo possível pedia autorização para convocar a classificada em segundo lugar²²⁴.

Finalmente, como o impasse não se resolvesse, o concurso foi anulado em março de 1973, conforme registro da congregação da FFCLF, visto que:

Para a disciplina de Sociologia geral, o sr. Presidente sugeriu a anulação do concurso, em virtude do não comparecimento dos professores classificados em 1º e 2º lugar à entrevista. Sugestão aprovada²²⁵.

E no Conselho Superior

Provimento de docente para a disciplina de Sociologia Geral. Deliberou o plenário pela anulação do concurso, tendo em vista o não comparecimento dos classificados em 1º e 2º lugares à entrevista²²⁶.

²²³ Ata da reunião da Congregação da FFCLF realizada em 20/04/1971, p.50. Arquivo Permanente da UNESP/Franca. Livro 1, caixa nº 317.

²²⁴ Ata da reunião da Congregação da FFCLF realizada em 02/06/71, p.04. Arquivo Permanente da UNESP/Franca. Livro 2, Caixa 317.

²²⁵ Ata da reunião da Congregação da FFCLF realizada em 23/03/1973. p.45. Arquivo Permanente da UNESP/Franca. Livro 2, caixa 317.

²²⁶ Ata de reunião do Conselho Superior realizada em 24/03/1973, p.050. Arquivo Permanente da UNESP/Franca. Livro 1, caixa 317.

As atas ocultaram a intervenção do Centro de Informação do Exército no processo de contratação da professora Rosane de Lourdes Silva. Ao contrário do que afirmavam, não foi a falta à entrevista que impediu a contratação da professora, pois ela não chegou nem mesmo a ser convocada para essa etapa do concurso²²⁷. O não dito pelas atas é que o motivo para o impedimento da contratação da professora foram questões estritamente políticas, isto é, sua aproximação com o MOLIPO. O filtro ideológico que por vinte e um anos cerceou as liberdades democráticas deixou sua marca impressa nesse episódio na FFCL de Franca:

A nominada ainda não foi contratada definitivamente, porém já existe autorização nesse sentido publicado no DO.

Embora a nominada ainda não tenha deixado transparecer as suas simpatias esquerdistas, esta AI acha recomendável que seja impedida a sua contratação definitiva²²⁸.

Cabe aqui ressaltar que o efeito dessa recomendação encontrou terreno fértil na estrutura de poder da FFCLF, que aceitou prontamente a recomendação. Naquele período o Conselho Superior, órgão com maior poder dentro da hierarquia administrativa dos institutos isolados, era composto em sua maioria pelos professores Manuel Nunes Dias, Ibrahim Haddad, João Alves Pereira Penha e João Rabaçal. Os desdobramentos do expurgo da professora ressaltam ainda a importância da estrutura de poder administrativo dos estabelecimentos de ensino para realização das diretrizes dos governos militares.

Em 1979 estava em curso no Brasil o processo de distensão política do regime militar. Em 28 de agosto daquele ano foi aprovada a Lei de Anistia, beneficiando, entre outros, os funcionários públicos demitidos, afastados, reformados ou aposentados em função de atividades políticas. Todavia, não foram poucos os que resistiram à idéia de reparação dos direitos aos militantes de esquerda. A resistência à abertura política foi

²²⁷ Entrevista concedida a Cleber Santos Vieira em novembro de 2.001.

²²⁸ Arquivo permanente da FHDSS. Informe Centro de Informação do Exército nº 042 de 05/09/1972. ANEXO 3

manifestada de diferentes formas, chegando mesmo a ações extremadas, como ataques contra entidades civis, cujo exemplo mais nítido foi o atentado à Ordem dos Advogados do Brasil. A intervenção dos grupos conservadores fez-se também a partir da utilização dos poderes institucionais que os oponentes da abertura controlavam.

Com a aprovação da Lei de Anistia, a professora Rosane de Lourdes iniciou a jornada, ainda não concluída, para ter seus direitos preservados e o processo que a expurgou da FFCLF revisto. O primeiro pedido de reconsideração foi encaminhado, em 15 de outubro de 1979, ao então diretor do Instituto de História e Serviço Social de Franca, professor Manuel Nunes Dias. A análise do processo coube ao Chefe do Departamento de Estudos Históricos Básicos (DEHB), professor Ibrahim Haddad. O Relatório afirmou que a interessada não havia sido demitida, posta em disponibilidade e nem aposentada, e negava seu pedido de reintegração:

(...) este departamento deixa de analisar e apreciar o mérito do presente caso, por entender-se carente de competência, uma vez que nenhum vínculo existe entre a Docente interessada e este Órgão. Ela esteve ligada, durante o seu contrato precário, ao extinto Departamento de Ciências Sociais, do Curso de Estudos Sociais, havendo ambos desaparecido com a criação da Universidade (UNESP)²²⁹

Os argumentos técnicos representaram tão somente a extensão das opções políticas dos agentes sociais que controlavam posições-chave na esfera administrativa da burocracia universitária. O decreto que instituiu a lei da anistia, nesse caso, não encontrou respaldo na estrutura de poder da universidade ocupada pelos mesmos indivíduos que a ocupavam no momento do expurgo da professora Rosane. Nesse caso, as velhas práticas conduzidas pelos mesmos atores históricos reafirmaram sua força no bojo do processo político, que anunciava e requeria novos mecanismos.

Esse, porém, não foi o único episódio de interferência no cotidiano de professores no período de distensão política no plano nacional e de transição de instituto

²²⁹ Arquivo Permanente da FHDSS. Processo nº 1452/72.

isolado para campus universitário daquele estabelecimento educacional. Em novembro de 1975, o general Confúcio de Paula Azevedo, do Centro de Informações do Exército, comandou a elaboração do “Relatório Especial de Informação”. Entre outros, o foco dessa investigação recaiu sobre a infiltração ideológica nas instituições públicas. Na análise dos agentes do CIE, entre os elementos ideologicamente perigosos infiltrados no sistema educacional do Estado de São Paulo, foram citados:

Secretaria de Educação: Eticar Kunh; Conselho Superior da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca-SP: Alfredo Palermo e Ivan Vieira.²³⁰

A inclusão do nome do professor Kuhn nessa relação certamente foi motivada pelo seu enquadramento nos arquivos do SNI. Em 1971, o tenente-coronel Walter José Faustini, chefe do SNI-SP, solicitou informações a respeito do professor Eticar Kunh ao SOPS de Franca. O delegado de polícia responsável, José Manoel Moura Matos, encaminhou a radiografia política do professor Eticar Kunh, cujos caracteres eram:

1º Professor universitário da Faculdade de Filosofia local, instituto isolado da secretaria de educação do Estado; 2º Casado com Rosa D'alva Riba Kunh, também professora do mesmo instituto; 3º Ambos têm as mesmas idéias esquerdizantes; 4º Ambos têm extensa cultura, inclusive com cursos no exterior; 5º Encaixam-se na categoria de “Esquerda Festiva” ou “bons burgueses”; 6º Poderão, numa eventualidade, ser usados por elementos contrários ao regime; 7º Entretanto não deixam transparecer nenhuma dessas atitudes acima referidas; 8º Em anexo *Curriculum Vitae* de Ambos.²³¹

As suspeitas em relação ao professor Alfredo Palermo, ao que tudo indica, foram conseqüência da mudança de sua posição em relação ao regime militar. Essa alteração foi manifestada principalmente através dos artigos publicados na coluna Gazetilha do jornal *O Comércio da Franca*. Pelo menos dois desses artigos foram grampeados e minuciosamente analisados pelos agentes do CIE²³². Em um deles as observações foram sobre as críticas elaboradas por Palermo contra a política econômica dos governos militares, outro defendia o

²³⁰ BAFFA, Ayton. Op. Cit. p.97.

²³¹ Arquivo do Estado de São Paulo. DEOPS Pasta 50-Z-344-410.

retorno do governo constitucional e o restabelecimento do Estado de Direito no Brasil a partir da revogação do AI-5.

No mesmo período, a criação da terceira universidade pública do Estado de São Paulo já era fato consumado. Entre os institutos isolados incorporados pela UNESP estava a Faculdade de Filosofia de Franca. Assim, por todo o ano de 1976, a temática mais discutida pela comunidade acadêmica francana consistia nas mudanças provocadas por esse processo. Estudos, comissões e estratégias foram traçados no âmbito da FFCLF, a fim de acompanhar a transição que transformou aquele instituto isolado em campus universitário.

A reitoria da UNESP (RUNESP) preocupou-se não apenas com o delineamento do perfil acadêmico a ser implementado. Fez um mapeamento visando identificar o perfil político de seus futuros funcionários. Com o carimbo de confidencial, essa reitoria encaminhou ofício nº 119/76, em 31 de maio de 1976, solicitando ao delegado geral do DEOPS, Tácito Pinheiro Machado, informações acerca do comportamento político dos professores Alfredo Henrique Costa, Benedito Eufrásio Marcondes Vieira, David Rabello de Almeida, Antônio Claudio Branco Vasques e Ivan Vieira. A reitoria da UNESP justificava o requerimento assim:

Permita-nos esclarecer a vossa senhoria que os referidos professores estão vinculados à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, unidade integrada desta universidade.

Seria de suma importância a esta universidade que fosse informada em detalhes quanto à atuação política desses elementos, se possível verificando a existência ou não de vinculação entre eles e a natureza da vinculação, caso haja.²³³

Em suma, tais episódios ilustram a funcionalidade da repressão preventiva e, ao mesmo tempo, demonstram a extensão da rede criada pelos governos militares para vigiar e controlar o cotidiano do corpo social. Indicam que, mesmo no decorrer da ‘distensão segura, lenta e gradual’, comandada pelo general Geisel (1974-1978), as chamadas questões

²³² Arquivo do Estado de São Paulo. DEOPS. Pasta 50-Z-344-568/590

²³³ ANEXO 4. Arquivo do Estado de São Paulo. DEOPS, Pasta 50-Z-344-614.

de segurança nacional permaneciam como fatores preponderantes para a manutenção do regime autoritário. Isto implica afirmar que os procedimentos de repressão preventiva continuavam sendo largamente empregados, sendo poucas as situações que passavam incólumes ao olhar vigilante da polícia política.

3.5. Notas sobre a ação repressiva

A análise dos dois inquéritos policiais que recaíram sobre a FFCL de Franca durante o regime militar possibilita algumas reflexões sobre o funcionamento do sistema repressivo. As considerações a seguir referem-se especificamente às articulações entre o Serviço de Ordem Política e Social de Franca com o DEOPS/SP e órgãos de repressão comandados diretamente por militares.

Os inquéritos policiais militares que investigaram a FFCL de Franca foram arrolados fundamentalmente a partir da polícia política local (SOPS) e o Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Contudo, foi possível constatar o envolvimento de três outros órgãos de repressão comandados diretamente pelas forças armadas: o SNI, a Divisão de Informação e Segurança da Aeronáutica e o Comando do II Exército de São Paulo.

O item “Difusão”, constante na engrenagem do ciclo da informação, constituiu-se no ponto de ligação entre esses órgãos, representou o elemento de interseção no complexo trânsito de informes produzidos pelos órgãos que compunham o sistema repressivo. Sendo os informes parte da cadeia repressiva segmentada e hierarquizada sob o comando das forças armadas, foi a difusão desses que possibilitou a unicidade sistêmica através do processo de distribuição de qualquer fato suspeito de subversão a diferentes e selecionados serviços de inteligência.

Porém só foi possível caracterizar o tipo de relação que outros órgãos mantiveram com o SOPS de Franca, a partir do cruzamento sistemático entre os inquéritos, e desses com as fichas pessoais dos protagonistas daqueles processos policiais, todos armazenados no Cadastro de Pesquisa de Informação do DEOPS/SP.

O primeiro ponto a ser destacado refere-se à natureza do inquérito policial sobre a Faculdade de Franca, instaurado em 1970. O pedido de busca, elaborado pela Coordenação de Ordem e Informação da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, não explicita a qual órgão coube a movimentação dessa informação, nem tampouco o conteúdo completo da denúncia. Entretanto, foi encaminhado em formato sistematizado e indica o Ministério da Educação como primeiro receptor da denúncia. Isso possibilita concluir que a orientação sobre a necessidade de informações partiu da Assessoria ou da Divisão de Segurança e Informação do MEC.

O inquérito realizado em 1976, ao desentranhar os dados relativos a Alfredo Palermo, possibilitou identificar a participação do serviço de inteligência do Ministério do Exército na vida da FCCL de Franca no ano de 1969. A referência da Divisão de Informação do DEOPS/SP indica ter recebido do serviço de inteligência do exército a informação Nº 1.305/69 sobre Alfredo Palermo:

Seu nome aparece em uma carta que C. Vitório remete a “LEE”, segundo a qual o marginado teria assinado um manifesto. Consta também que o mesmo estaria participando de reunião de cunho comunista na cidade de Franca, na qualidade de Diretor de uma Faculdade local, e que poderá com facilidade difundir sua ideologia.²³⁴

As articulações entre SOPS, Inquérito, Segundo Exército e DOPS/SP permitem uma primeira consideração. A informação que acionou a polícia política de Franca acionou também o II Exército. Entretanto o envolvimento indireto do II Exército no primeiro inquérito somente foi explicitado quando este colaborou com o DEOPS/SP para as conclusões

²³⁴ Idem. Pasta 52-Z-O-13372

sobre o segundo inquérito, que tratava do movimento subversivo da FFCL de Franca em 1976.

Esse tipo de conexão entre os aparelhos de repressão pode ser mais nitidamente enunciado a partir das ligações entre o SOPS de Franca com a Divisão de Informação e Segurança da Aeronáutica. Em 30/01/73, o Comando da 4ª Zona Aérea do Ministério da Aeronáutica difundiu a informação Nº. 142-095 sobre o professor Alfredo Palermo. O documento afirmava que:

(...) um relatório sobre a subversão na cidade de Franca – SP, consta o nome de Alfredo Palermo como diretor da Faculdade de Filosofia da cidade, sendo citado no dito relatório que era nessa faculdade que o grupo de esquerda impunha o afastamento de professores, embora categorizados, mas que não comungavam com os seus ideais comprometedores e atividades antidemocráticas.²³⁵

Receptor de uma informação produzida pela delegacia de polícia de Franca, a Divisão de Informação e Segurança da Aeronáutica atuou, num segundo momento, como órgão de retroalimentação do DEOPS paulista.

O prontuário do professor Eticar Kuhn acentua a forma pela qual a divisão das funções de busca e análise de fontes realizava-se dentro dos aparelhos repressivos. Investigado pela primeira vez em 1971, sob solicitação direta da agência do SNI em São Paulo, as suspeitas sobre Eticar Kuhn reapareceram nos arquivos do DOPS/SP em 1976, quando os agentes de análise precisaram emitir parecer final sobre o movimento subversivo em Franca. Fechava-se, assim, nas entranhas do sistema repressivo, mais um ciclo de informações sobre a situação política na Faculdade de Filosofia de Franca.

Fator importante sobre a repressão na FFCL de Franca foi a forma pela qual os inquéritos referiram-se aos militantes da esquerda. Nesse particular, quando não houve ausência de qualquer citação acerca de alguns episódios significativos, as informações referem-se à FFCLF sempre de forma secundária.

²³⁵ Arquivo do Estado de São Paulo. DEOPS, Pasta 50-Z-344-416.

No caso do impedimento do contrato da professora Rosane de Lourdes pelo Centro de Informações do Exército, os inquéritos sobre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca arquivados no DOPS não mencionam o episódio de forma direta praticamente em nenhum momento, o que demonstra que houve uma ligação direta entre CIE e os órgãos que administravam os institutos isolados. Tal ocorrência pode ser compreendida a partir de uma atenta leitura sobre a difusão da informação. Ali é possível perceber que a recomendação do CIE- II Exército/SP foi difundida apenas para o DOI-CODI e para a Secretaria de Educação de São Paulo.

A única referência sobre esse episódio contida no DEOPS/SP aparece em documento com a relação dos docentes vinculados à rede estadual de ensino superior, encaminhado, em 21/09/1972, ao delegado Romeu Tuma, chefe do serviço de informações do DEOPS²³⁶. Na relação concernente à FFCL de Franca, o nome da professora Rosane de Lourdes aparece em destaque, prova que de alguma forma interessava aos agentes da repressão. Esse documento revela ainda que a estrutura da repressão no Estado de São Paulo mantinha de forma permanente um delegado de polícia na Secretaria de Educação. No caso em questão, o delegado responsável era Ary Borges dos Santos.²³⁷

O momento do expurgo da professora Rosane de Lourdes está sincronizado ao momento de maior repressão à esquerda armada. Nesse contexto, o grupo ao qual a professora estava vinculado, o MOLIPO, foi desmantelado, sendo os seus líderes completamente trucidados. De modo que o afastamento da professora Rosane demonstra que as teias da repressão perseguiram todos os rastros das pessoas próximas aos grupos aniquilados.

Fato intrigante sobre as relações do MOLIPO com a cidade de Franca foi a localização de um panfleto encaminhado pelo grupo ao *Aviso da Franca*, jornal ligado aos

²³⁶ Arquivo do Estado de São Paulo. DEOPS. Pasta 50-Z-67-1018

²³⁷ Anexo 5

padres agostinianos da Igreja Católica. Através do ofício nº42/72, de 19 de outubro de 1972, o Delegado José Moura Matos encaminhou ao DEOPS/SP o exemplar do panfleto. O conteúdo referia-se às comemorações do dia 07 de setembro, pela independência do Brasil. O texto combatia o imperialismo norte-americano e conclamava a população a se armar contra o governo militar, caracterizado como entreguista²³⁸.

Se for considerada a compatibilidade cronológica entre o tempo de permanência da professora na FFCLF e a divulgação do panfleto, é de se supor que o MOLIPO iniciava um trabalho político no município. Tal iniciativa, caso a suposição fosse verdadeira, não era conhecida nem mesmo pela professora:

Esta organização era uma organização absolutamente clandestina. Absolutamente, militarista, né? Não tinha nenhuma preocupação, eu nem conhecia as publicações da organização. (...) Eu estava começando a entrar em contato, nem era através do Artur, meu companheiro, porque ele não abria a boca sobre estas questões. Ele só me pôs em contato com o companheiro e disse: “Se você quiser, você vai em frente” (...) Eu nem cheguei a conhecer os jornais da MOLIPO.”

Analisar essa questão, porém, extrapola a matiz analítica proposta na pesquisa. Aqui cabe registrar que o panfleto, bem como a atuação do MOLIPO, emergem nos arquivos da repressão sem nenhuma conexão com os supostos, denunciados e investigados grupos subversivos atuantes na FFCL de Franca. Quando muito, a FFCLF aparece de forma secundarizada, como local de trabalho da “subversiva”.

De idêntica forma, as conclusões emitidas pelos agentes do SOPS de Franca e pelo DEOPS/SP não relacionam nenhuma consideração sobre outros episódios envolvendo organizações políticas de esquerda no interior da faculdade. Essa análise pode ser estendida aos processos policiais que recaíram sobre Vanderley Fontellas e Paulo Octávio Azevedo Júnior, estudantes da FFCL de Franca entre 1967 e 1970, período em que ambos mantiveram militância política em organizações clandestinas. No inquéritos abertos pela polícia política para averiguar a instituição de ensino em que estudava, Paulo Octávio Azevedo Júnior é

²³⁸ Arquivo do Estado de São Paulo. DEOPS. Pasta 50-Z-344-378.

citado em duas ocasiões, porém sem nenhuma outra informação mais detida, enquanto Vanderley nem sequer chegou a ser citado.

Por outro lado, os dois ex-estudantes são arrolados como membros dos processos que recaíram sobre a atuação do Partido Comunista Brasileiro em Franca²³⁹ e da Frente Armada de Libertação Nacional. No primeiro caso, a FFCLF figura como sendo um dos pontos de ligação entre o PCB e os alunos, no processo encabeçado contra Constantino Stoiano. E é nesse sentido que a FFCL de Franca figura em documentos da Operação Bandeirantes e da Justiça Militar. No segundo, a FFCLF é relatada apenas como local de estudo do grupo de estudantes de Franca que mantinha contado com a organização ribeirãopretana liderada por Vanderley Caixe.

A forma indireta e secundária pela qual a FFCLF foi tratada nesses casos demonstra o grau de conhecimento que os órgãos de segurança detinham sobre a situação da subversão política naquela microconjuntura. Revela que os órgãos de repressão atuavam de forma segmentada e hierarquizada.

²³⁹ Arquivo Municipal de Franca. Superior Tribunal Militar. Vol 2

Considerações finais

Duas questões nortearam o desenrolar deste trabalho. Primeiro, enquanto subsistiu, a FFCLF acumulou ambigualmente características funcionais e disfuncionais, em relação às diretrizes do regime militar. Segundo, foi possível entender o funcionamento interno do sistema de repressão, a partir de sua atuação em uma situação histórica específica.

Em certo sentido, foi disfuncional porque a FFCLF comportava um modelo acadêmico não compatível com as linhas gerais da política educacional do regime militar, particularmente aquelas que foram fixadas visando à sistematização do ensino superior no interior paulista.

Engendrada com base em estruturas institucionais falidas, a FFCLF conviveu, desde a sua fundação, com sensíveis mudanças na administração do sistema educacional paulista e brasileiro, as quais repercutiram sempre com grandes impactos em seu funcionamento. Por isso as lutas que exigiam novos rumos para a universidade e a sociedade brasileira não criaram crise em Franca. Os ruídos ali correram para conservar as velhas estruturas educacionais no processo que tentava engendrar o novo.

O seu nascimento tardio e a inexistência de um padrão de ensino público compatível com as diretrizes dos governos militares e dos órgãos que administravam o ensino superior no Estado de São Paulo foram fatores complicadores para a continuidade daquela instituição. As características da FFCLF - um modelo isolado de ensino superior voltado basicamente para a formação de pessoal para o magistério secundário - não amorteceram as críticas que pesavam contra este padrão acadêmico.

O tom das críticas logo transformou-se em planejamentos, particularmente após a criação do Conselho Estadual de Educação, em 1963, da CASES em 1966 e do CESESP em 1971. Com a reforma universitária de 1968, as intenções em extinguir os

institutos isolados tornaram-se mais explícitas. Assim, no momento em que foi reconhecida no plano estadual pelo CEE, o atestado de óbito da FFCLF era assinado com a decretação da reforma universitária de 1968, que previa o fim das faculdades isoladas mantidas pelo poder público.

A criação da UNESP representou a transformação das escolas superiores isoladas em uma organização destinada a viabilizar o desenvolvimento econômico nas diferentes e dispersas regiões de São Paulo. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, além de representar um dos menores institutos, critério importante para a manutenção ou extinção das faculdades integradas à UNESP, localizava-se numa região geoe educacional de faculdades com estruturas mais sólidas. Na política de racionalização, portanto, foi preterida em relação aos institutos localizados em Ribeirão Preto, Araraquara e Rio Claro.

Com a UNESP, o governo estadual passou a ter presença no interior do Estado de São Paulo transformando o ensino superior em fator para o desenvolvimento econômico regional. Nada mais significativo nesse sentido que denominar a nova universidade como “Júlio de Mesquita Filho” nome inteiramente ligado à concepção de ensino superior público voltado para o desenvolvimento das bases capitalistas. Para tanto adequou a estrutura administrativa e acadêmica dos institutos isolados às exigências de racionalização de recursos e à não duplicação de meios para os mesmos fins, um dos pilares da reforma universitária. Nesse sentido, corrigiu a disfuncionalidade que até então marcara a existência dos institutos isolados em relação às diretrizes fixadas pelos governos militares.

Por outro lado, é possível afirmar que a FFCLF foi funcional, na medida em que grande parte dos atores históricos que exerciam poder e influência sobre sua estrutura incorporaram e reproduziram as diretrizes do regime militar. Esses atores estiveram presentes em episódios imediatamente posteriores ao golpe, como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ou as manifestações de apoio às forças armadas publicadas em jornais locais.

Nesse caso, corroboraram plenamente para a consolidação dos princípios de segurança contra o avanço dos movimentos populares.

Na direção funcional da FFCLF podemos apontar a formalização teórica e prática de alguns pontos autoritários da política educacional, como a difusão dos princípios de moral e civismo dentro e fora da faculdade. A publicação do livro de EPB pelo diretor da faculdade, bem como as presenças destacadas de docentes em comemorações da "revolução de 64", ilustra quão engajada esteve aquela instituição na consecução dos objetivos nacionais postulados pelos militares.

Nos momentos de maior ebulição política no cotidiano da FFCLF, suas instâncias de poder funcionaram sempre procurando impedir a presença de indivíduos ligados a forças progressistas. Foi assim ao proibirem a realização das eleições da UEE, ou ao expurgarem professores próximos da esquerda armada. Em outros momentos, como nas denúncias apresentadas em 1968 e 1976, membros da comunidade acadêmica atuaram como delatores, prática que implicou processos policiais e otimizou o olhar da polícia política sobre aquela instituição.

Em síntese, no que concerne à luta anticomunista, a FFCLF foi uma instituição funcional. Até 1976, quando oficialmente deixou de existir, contribuiu ostensivamente para a conservação da ordem autoritária e funcionou de acordo com os parâmetros de segurança nacional, porque os agentes sociais que compunham e dinamizavam o seu cotidiano aderiram às causas defendidas pelo golpe de 1964.

Mesmo com essa configuração, a FFCLF esteve sob a mira direta da polícia política por duas vezes e, indiretamente, por outras inúmeras vezes. As pequenas ações de alguns órgãos repressivos possibilitaram dimensionar o funcionamento da máquina de repressão no decorrer do regime militar no Brasil. Os Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo, espalhados por todo o interior, representaram termômetros da

situação política nos municípios nos tempos do regime militar. O contato com os documentos produzidos por diversos órgãos de repressão, armazenados nos Arquivos do DEOPS/SP, demonstrou ser possível analisar a estrutura da repressão em São Paulo considerando a articulação entre os elos que ligaram as polícias políticas locais a outras partes do sistema repressivo. No caso da FFCLF, a polícia política atuou preventivamente, demonstrando que o controle e a vigilância foram elementos importantes para o funcionamento da máquina repressiva.

Como máquina, foi ela própria fruto da criação dos homens, agentes policiais ou militares, cuja atividade profissional consistia em combater friamente todos os (e tudo) suspeitos de subversão. Para funcionar precisou de combustível, representado pelos informes que registraram a situação de cada microconjuntura social, evidentemente filtrados pelos analistas, quase sempre ligados à alta hierarquia dos comandos militares.

Os dados, depois de sistematizados, eram transformados em informações, prontas para abastecer outras engrenagens, sempre que solicitadas. Separadas entre si, essas engrenagens foram interligadas sistemicamente através da difusão dos informes ou das informações. Os documentos produzidos pela polícia política, distribuídos ou recebidos pelos órgãos de repressão, representaram as correias de transmissão entre as engrenagens, acionadas sempre ao menor suspiro de oposição ao governo dos generais.

Por fim, a experiência com a massa documental de instituições, com meios e fins tão distantes, possibilitou algumas observações. Coletar documentos que registram a história institucional da FFCLF significou penetrar na história da própria sociedade na qual ela esteve inserida: atas, dossiês, relatórios, ofícios, enfim, toda uma massa documental, que nas entrelinhas preserva os laços que a instituição manteve com outras instâncias sociais. O Arquivo Permanente da FHDSS, neste caso, figura como espaço de preservação da história da própria formação social em que está inserida em suas variações temporais e alternâncias de

agentes sociais que dinamizam o seu cotidiano. O mais surpreendente, porém, foi verificar que ali estão fragmentos da história da repressão política no Brasil, elaborados por órgãos que mantêm até hoje fechados os seus arquivos.

Sob esse mesmo aspecto, foi possível analisar etapas da história da FFCLF a partir de documentos localizados exclusivamente nos arquivos do DEOPS/SP. Nesse caso, trataram-se de fragmentos ‘esquecidos’ nos arquivos institucionais ou nas memórias pessoais, já que era de interesse de alguns protagonistas apagá-los da história. Foram documentos que demonstraram como a polícia política sistematizava o controle e a vigilância sobre os indivíduos ou episódios comprometedores da ‘ordem social e política’. Por isso, foram elementos indicadores do próprio funcionamento do Estado, pois, revelaram as preocupações e o modo de agir de um de seus sustentáculos, a polícia política, sobre as unidades educacionais.

Anexo 1

ACADÊMICOS DE DIREITO SOLIDÁRIOS COM A REVOLUÇÃO

Nós, abaixo-assinados, estudantes de direito da Faculdade de Franca, solidários com o movimento democrático deflagrado no Brasil, manifestamos a nossa solidariedade às Forças Armadas e aos líderes democráticos da nação. Apelamos para o restabelecimento da ordem e a normalização das atividades. Apoiamos o governo que ora se instala e que tem pela frente a bandeira da democracia e a luz da liberdade! Afirmamos, mais uma vez, nosso incondicional apoio à Frente Democrática Universitária. Livres e coesos, marcharemos contra a infiltração comunista. A amarga experiência vermelha chegou ao fim na terra de Caxias e Tiradentes! O povo esperançoso, sem promessas demagógicas, voltará a sorrir. Nossas palavras são de irmãos para irmãos. A nossa bandeira é a mesma. Estes moços estão com Deus e com a Liberdade.

Salve o Brasil!

Franca, 2 de abril de 1964.²⁴⁰

a) Francisco Villaron, Maurício Sandoval Ribeiro, Olavo Norberto de Carvalho, Camillo Léllis R. Pinheiro, Antônio Martins Ferreira Costa Filho, Edmundo Guimarães Filho, José Carlos Carvalho M. Rosa, Laudemiro Pedrosa, Dione G. Torreta, J. B. Brado, Milton Comparini, Adhemar R Alves Filho, Bonifácio José figueiredo, José Aidar Filho, Marcia Lúcia Maldonado, Anis A. Aidar, Severino Edson Meirelles, , Adelma T. Silva, José Salles Meirelles, Paulo Roberto Guiderzi, Hilsoti Rodrigues, Joaquim Borges de Freitas, Osmarina Ravaganani, Marilene Machado Nascimento, Francisco Batista, Rolando Zenon de Souza, Daniel Arruda, Jairo José Carvalho, Gipsy Ferreira, Máximo Cassis, José Marigo, Zelfa Helias Abrão, Wellington Roberto Jorge, Joaquim, Anésio Falleiros, José Alves de Souza Falleiros Júnior, Frei Geraldo Mariano Alves, Arlete Bonfim Silva Pinto, Etuley Gonçalves, Antônio Aurélio Bettarello, Antônio Galvão Raiz Porto, Higino Jacinto Caleiro, Sebastião Companaro, Willian Furlani, Sônia Maria Abidala, Wagner Sábio de Mello, Expedito Rodrigues Freitas, José Vinicius Seixas Costa, Ângelo Paduletto Netto, Wander Luiz Alves, Ana Luiza Tortorelli, Dante Guedini Filho, José Chichiri Filho, Francisco Antônio da Costa Vieira, José R. Costa, João Batista Ximenes, Antônio Marão Lopes, Maida Barbosa Lemos, José E. de Oliveira Ramos, Pedro Victoriano Pucci, José Nilton Gaulart de Andrade, Rony R. Moreira, Mirian Greco Barbosa e Luis Gabriel Garcia.

²⁴⁰ Arquivo Histórico “José Chiachiri”. Comércio da Franca 07/04/1964.

Anexo 2

Franca, Terça-feira, 08/04/1976

Objetiva

ATÉ NUNCA MAIS

Houve um tempo em que eles se julgaram eternos. Senhores absolutos do bem e do mal, donos de todas as coisas eles turvaram convictos, modificaram posturas, subverteram a verdade e falsearam a própria. Quase venceram. Detentores do poder total, buscaram moldar o país à suas imagens e semelhança. Não ouviam, ditavam. Não pediam, ordenavam. Não ofereciam, impunham. Ao diálogo, preferiram o monólogo. Ao entendimento, a repressão. As críticas, a censura. Ao invés de conciliar, dividiram.

Começaram estratificando as instituições excepcionais para que se tornassem permanentes. Agiram como se fossem durar mil anos, eles e o seu regime nascido de sua própria intolerância. Os traços capitais que denotavam a opressão, o arbítrio e o imobilismo foram por eles considerados definitivos. Do alto de um olimpo tonitruante, fustigaram a planície aqui embaixo com os raios de sua prepotência. Podiam tudo, não deviam nada. Sabiam tudo, não tinham o que apreender.

A ilusão de um país de tranqüilidade, paz e riqueza, foi por eles forjada e imposta, milagre tirado de suas cartolas na mesma profusão dos coelho de prestiditadores de aniversário de festa infantil.

Manipularam dados e estatísticas, utilizando a propaganda desmedida tanto quanto as ameaças, os atos de força e a empáfia de todos os dias.

Pouco lhes interessava a realidade ser o aporte do que impingiam. A farsa por eles encenada bastava para mantê-los felizes em seus conciliábulos esotéricos dos quais amiúde saiam projetos-impactos, decretos restritivos e até secretos, promessas inviáveis e euforia gargalhante.

Em certo momento, acreditaram poder projetar suas idiossincrasias para o futuro, julgando poder contrariar não só a natureza das coisas, mas as próprias soluções naturais nascias às margens de sua mediocridade. Obviamente que não o conseguiram, mas o simples fato de tentarem demonstrar a irracionalidade de seus intentos. O resultado foi deixarem o poder, rumando uns para o ócio de sempre, mesmo o trocando o planalto pela orla marítima, outros para o refúgio ameno de embaixadas e tribunais superiores.

Apesar da frustração, saíram sorrindo, pis se eternos não podiam ser, ao menos imaginavam imortal. O legado opressor passando aos seus sucessores, continuariam presentes para todo o sempre, imaginaram pela herança de proporções tão intensas, caracterizada nas falsas estatísticas, no imobilismo institucional, na repressão, na censura, no desprezo pela classe política, na presunção da consciência, na intolerância – em tudo, enfim, que o caracterizava. Para eles, a ninguém seria dado alterar o quadro imutável que erigiram durante quatro anos, quatro meses e quinze dias. A força do minvano saído dos pampas continuaria fustigando o planalto central para todo o sempre – pensaram. Pela essência de sistema que desvirtuaram, negaram e travestiram, teriam sua marca indelével na história do país, super-homens aplaudidos nos campos de futebol que supunham pudessem substituir as urnas soberanas.

Felizmente, seu sonho durou pouco. De forma gradativa, os que vieram depois deles vão tentando estabelecer a verdade d os pressupostos do movimento eclodido em 64. Impedidos de estabelecer o natural confronto, ainda que no fundo talvez o desejassem, são os atuais detentores do poder obrigados a agir sem teorizar. Terminaram com a euforia gargalhante e assumiram, desde o início a dimensão dos problemas econômicos escondidos pelos antecessores. No capítulo da inflação, extinguiram a panacéia dos 12 por cento e reconheceram seus índices verdadeiros. Este teria de ser o primeiro passo para a busca de soluções de contenção. Na propaganda, mudaram da água para o vinho, descerrando a cortina de fumaça do “oásis” brasileiro. Nas obras públicas terminaram o delírio rodoviário, substituindo-o pelas necessidades ferroviárias de um transporte economicamente compatível com nossas necessidades. Na política externa abandonaram os neuróticos temores ideológicos pela busca de novos mercados, inclusive o da china comunista. Ao mesmo tempo, procuram a integração latino-americana, deixando de lado os primários conceitos do “imperialismo brasileiro”.

Anexo 2

Na política interna, não só iniciaram o diálogo com o congresso, mas permitiram campanha e eleições livres, mesmo sabendo que lhes seriam adversas, ao tempo que devolveram às bancadas parlamentares o direito de escolha de seus chefes, líderes e presidentes. Cuidam da reforma institucional sob o cauteloso rótulo de aperfeiçoamento do regime, enquanto conseguem, depois de tantos meses, levantar as restrições ao livre desempenho da missão de informar com liberdade.

Haverá ainda muito o que fazer, para o restabelecimento da verdadeira face da revolução. Impossível serão, da noite para o dia, dar o dito por não dito. O processo há de ser gradativo, porque perigoso. Falar da imediata revogação dos atos - o que seria desejável mas não possível, por enquanto - representaria arriscar-se demasiado.

Os exemplos acima referidos constituem evidências de que os pregoeiros do imobilismo, menos de um ano depois de deixarem o poder, colhem a sua grande derrota. Sua eternidade durou pouco. O seu Reich de mil anos acabou em dez meses. Já passaram. Não existe mais senão como sombras fantasmagóricas a povoar nossos pesadelos. Podem, de quando em quando, fazer-nos suar frio, à noite, mas pela madrugada se desvanecem inapelavelmente. Para eles resta apenas o adeus. O até nunca mais.

Franca, terça feira, 21 de outubro de 1975

AMIGOS E PROFESSORES

Este casal de mestres que a Franca recebeu de braços abertos, porque são um orgulho em nosso meio cultural e social - dr. Eticar Khun e Rosinha não se esquecem de nós. Recentemente, numa entrevista em nosso programa, a profa. Rosinha mostrou mais uma vez sua versatilidade e inteligência: agora recebemos de seu esposo um livro de sua autoria. "*Nosse de ipsum*" ou "O conhecimento de si mesmo através do estudos de temperamentos". Desta interessante obra assim se expressou o diretor do Instituto de Pedagogia Experimental da Univeridade de Lyon: "A obra é simples. Aí esta a sua maior qualidade. Parece-me que se situa acima da vulgarização e prestará os maiores serviços aos psicólogos de profissão. Finalmente, é preciso colaborar no comportamento individual e social de cada um. Sua clareza torná-la-á acessível a todos. Felito Eticar khun e desejo a seu trabalho pleno êxito. Agradecendo, só nos resta dizer: queridos amigos fiquem para sempre entre nós, que os queremos muito.

Anexo 3

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
 II EXÉRCITO – E 2 São Paulo, SP 5 SET 1972
 Assunto: ROSANE DE LOURDES DA SILVA
 Origem: 5ª CSM – Info nº 042/72 -----p.6609/72
 Classificação:
 Referência: II EX - RPI nº 05/72, fls nº 08.
 Difusão: DOI/CODI/II EX, xxxxxx SEC EDUCAÇÃO/SP
 Anexo:
 Observações:

Informação nº 2131/ 72 – M

A epigrafada, Rosane de Lourdes Silva, natural de Franca, Filha de Milton Gomes da Silva e Oswaldina Silva, nascida a 24 abr / 42, possuindo os seguintes endereços:

- São Paulo/SP – Rua Virgílio Carvalho Pinto nº 653 – Pinheiros;
- Franca/SP – Rua General Carneiro x Rua Júlio Cardoso – Ap 2

É Professora-Assistente, em regime de turno parcial, do departamento de Ciências Sociais, na área de SOCIOLOGIA GERAL. Inscreveu-se para a regência de aulas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca/SP, em 30 Mar 71, classificando-se em 3º lugar/ na contagem de títulos e, em posterior contagem feita pelo Conselho Superior , da FFCLF de Franca/SP, foi classificada em 2º lugar.

- Em 27 Abr 72, a FFCL de Franca/SP, solicitou a contratação da nominada, em virtude da desistência do 1º classificado, prof. / PAULO ARGIMIRO DA SILVEIRA FILHO.

- De acordo com a autorização da Coordenadoria do Ensino Superior, exarada no Proc FFCLF nº 47/71-A, publicada no Diário Oficial de 19 Mai 72, pág 22, a nominada foi contratada em caráter / precário, por 180 dias.

- De acordo com a publicação do Diário Oficial de 12 ago 72, pág. 20, a nominada obteve aprovação do Conselho Estadual de Educação, para a contratação definitiva (2 anos).

- A Profaa ROSANE DE LOUDES SILVA iniciou as suas atividades na FFCL de Franca/SP em 17 Abr 72, ministrando aula de SOCIOLOGIA GERAL nos seguintes cursos e séries:

- CURSO DE GEOGRAFIA
 - 4 aulas no 1º nas, 2as feiras, DAS 0800 ÀS 1140 HS;
- CURSO DE HISTÓRIA
 - 4 aulas no 2º e 3º ano, nas 3as feiras, das 0800 às 1140 hs
- CURSO DE PEDAGOGIA
 - 8 aulas, no 1º e 2º anos, nas 2as feiras e 3as feiras, das 13/10 às 1650 hs.

- A nominada reside em Franca/SP, numa república de professores, onde permanece apenas na 2ª e 3ª feiras, tendo fornecido o endereço para recados urgentes, no departamento de Antropologia da OUC/SP, Fones 65-5151 – ramal 45, na 4ª feira.

- A nominada ainda não foi contratada definitivamente, porém já existem autorização nesse sentido, publicado no DO.

Embora a nominada não tenha deixado transparecer as suas simpatias esquerdistas, esta AI acha recomendável que seja impedida a sua contratação definitiva.

Anexo 3

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
II EXÉRCITO – E 2 São Paulo, SP 5 SET 1972
Assunto: ROSANE DE LOURDES DA SILVA
Origem: 5ª CSM – Info nº 042/72 -----p.6609/72
Classificação:
XXXXXXXXXX Difusão: SEC EDUCAÇÃO/SP
Difusão:
Anexo:
Observações:

Informação nº 2139/ 72 – M

Em complemento à Informação nº 21/31/72-M, 5 set 72, esta AI informa o seguinte:

A EPIGRAFADA foi presa a 16 de Mai 72 pelo DOI-CODI/II EX como simpatizante do Movimento Popular de Libertação (MOLIPO).

Foi Namorada de ARTUR MACHADO SCAVONE (BETO), prese.

Teve contatos com HIROAKI TORIGOI (DÉCIO), morto; IRACI POLETI (LUCIANA); PEDRO ROCHA FILHO (JOÃO).

Em declarações prestadas consta:

“que realmente, quando professora do Colégio Ministro Américo Marco Antônio, durante suas aulas procurava sempre que possível dar a interpretação marxista aos problemas sociais proposto pelos alunos ou atinentes ao programa.

Anexo 4

Ofício nº 119/76 – RUNESP

Confidencial

São Paulo, 31 de maio de 1976.

Senhor Diretor:

Vimos pelo presente solicitar a Vossa Senhoria se digne verificar e informar a esta Universidade quanto ao procedimento político dos seguintes professores:

Alfredo Henrique Costa
Benedito Eufrates Marcondes Vieira – R.G. 2.658.847.
David Rabello de Almeida – R.G. 1.840.883
Antônio Cláudio Branco Vasques – R. G. 1.929.314
Ivan Vieira – R.G. 2.430.311

Permita-nos esclarecer Vossa Senhoria que os referidos professores estão vinculados à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Franca, inidade universitária integrante desta Universidade.

Seria de Suma relevância a esta universidade que fosse informada em detalhes quanto a atuação política desses elementos, se possível verificando a existência ou não de vinculação entre eles e a natureza da vinculação, caso haja.

Aproveitamos o ensejo para reiterar a vossa Senhoria os protestos de stima e consideração.

ROBERTO RIBEIRO BAZILLI
Chefe de Gabinete

Ilustríssimo senhor
Dr. TÁCITO PINHEIRO MACHADO
DD. Diretor Geral de Polícia do DEOPS.
Capital.

Anexo 5

São Paulo, 21 de setembro de 1.972.

Ofício nº 94/72

ILUSTRÍSSIMO SENHOR DELEGADO CHEFE:

Pelo presente, para conhecimento desse insigne Serviço, tenho a honra de encaminhar a V. S^a., xerocópias de relações nominais das pessoas que constituem os corpos docentes das seguintes Faculdades pertencentes à Rede Oficial do ensino Superior no estado:

FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS E BIOLÓGICAS DE BOUCATU,
FACULDADE DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO,
FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE ARARAQUARA
FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE FRANCA, e,
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE RIO CLARO.

Na oportunidade, reitero a Vossa senhoria, os meus protestos de stima e apreço.

Atenciosamente saudações.

ARY BORGES DOS SANTOS
(Delegado de polícia j/ a Sec. Da Educação)

ILM^o SNR.
DR. ROMEU TUMA
DD. DELEGADO DE POLÍCIA
CHEFE DO “SERVIÇO DE INFORMAÇÕES” DO DOPS.
SÃO PAULO.

Fontes

Arquivo permanente as Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca

Atas da congregação

Atas do Conselho Superior

Estatutos

Prontuário de professores

Regimentos

Revista da Faculdade de Filosofia de Franca.

Museu Histórico de Franca

Jornais:

Comércio de Franca

Aviso da Franca

União dos estudantes Secundaristas de Franca

Arquivo Municipal de Franca

Processos do Superior Tribunal Militar

Centro de Documentação e Memória da UNESP

Entrevistas

Anteprojeto de estatuto da UNESP

Documentos da Coordenadoria de Ensino Superior do Estado de São Paulo

Arquivo do Estado de São Paulo.

Dossiês do município e da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Franca

Prontuários

Conselho Estadual de Educação

Actas 1963-1978

Conselho Federal de Educação

Documenta. 1963-1978.

Entrevistas citadas

Alfredo Palermo

Alfredo Henrique Costa

Emanuel Soares da Veiga Garcia

José Chiachiri Filho

Leopoldo Paulino

Luis Antônio Cecci Hungria

Paulo de Tarso Oliveira

Paulo Octávio Azevedo júnior

Rosane de Lourdes Silva Vianna

Bibliografia

- ABREU, Dióres Santos. Uma contribuição para a História da UNESP. IN: *História*, São Paulo, 8, 1989.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1985)*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ANSART, Pierre. *Ideologia, conflito e poder*. RJ: Zahar, 1978.
- AQUINO, Maria Aparecida de. Mapeamento e sistematização do acervo DEOPS/SP: um projeto pioneiro. In: *Histórica*, Arquivo do Estado de São Paulo, ano2, nº2- agosto, 2000.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE SÃO PAULO. *O Livro Negro da USP: O controle ideológico na universidade*. SP: Brasiliense, 1979.
- BAFFA, Ayrton. *Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca*. RJ: Objetiva, 1989.
- BEISEGEL, Celso Rui. “Ação política e expansão da rede escolar”. *Pesquisa e Planejamento* (São Paulo) nº 8, 1964.
- BOURDIEU, Pierre. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. RJ: Francisco Alves, 1982.
- BRIGAGÃO, Clóvis. *A militarização da sociedade*. RJ: Zahar, 1985.
- BUARQUE, Cristovam. *A aventura da universidade*. SP: EDUNESP: Paz e Terra, 1994.
- CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda, ATTI, César Augusto. O Arquivo DEOPS-SP: os documentos da “subversão” nas décadas de 1920-40. *Populações*. Boletim do CEDHAL nº 4, (São Paulo), 1996. pp. 8-10.
- CANCELLI, Eleizabeth. *O mundo da violência: a polícia na era Vargas*. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.
- CARVALHO, Annina A. “A lei, ora, a lei”. In: FREIRE, Alípio (e outros Org.). *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. SP: Scipione, 1997. pp. 402-413.
- CHAGAS, Valnir. A luta pela universidade no Brasil. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Vol. 48, nº. 107, jul/set. 1967. pp. 45-58.
- CHAUÍ, Marilena. Ventos do progresso: a universidade administrada. In: *Descaminhos da educação pós-68*. SP: Brasiliense, 1980. (Cadernos de Debate 8)

- COMBLIN, Pe. Joseph. *A ideologia de segurança nacional. O poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- CORRÊA, Ana Maria Martinêz. *Para preparar a mocidade... Fragmentos de memórias na história da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara.: 1923-1976*. SP: Edunesp, 1998.
- CUNHA, Luis Antônio. *Universidade crítica: o ensino superior na república populista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- _____. *Universidade reformanda: o golpe de 64 e a modernização do ensino superior*. RJ: Francisco Alves, 1985.
- D'ARAÚJO, MARIA Celina et alli. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. RJ: Relume-Dumará, 1994.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Manual Básico*. Departamento de Estudos. Estado Maior das Forças Armadas, 1975.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Da universidade “Modernizada” à “Universidade disciplina: Atcon e Meira Matos*. SP: Cortez: Autores Associados, 1991.
- _____. (coord.). *Faculdade Nacional de Filosofia*. Vol. 2. Corpo Docente: Matizes de uma proposta autoritária. RJ: Editora da UFRJ; Faculdade de Educação, 1989.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Educação no Brasil nos anos 60: o pacto do silêncio*. SP: Loyola, 1985.
- FERNANDES, Florestan. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-ômega, 1975.
- _____. Reforma universitária e mudança social. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Vol. 73, nº 175 set/dez. 1992.
- FERREIRA, May Guimarães. *Educação brasileira: o CEE e o projeto político pedagógico pós 64*. Campinas: UNICAMP, 1989.
- FOCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. RJ: Graal, 1976.
- _____. *Vigiar e punir*. Petropolis: Vozes, 1998.
- FON, Antônio Carlos. *Tortura: a história da repressão política no Brasil*. SP: Global, 1979.
- FREITAG, Barbára. *Escola, Estado e sociedade*. SP: Cortez e Moraes, 1979. (Coleção educação universitária)

- GERMANO, José Willington. *Estado Militar e educação no Brasil (1964-1985)*. SP: Cortez, 1993.
- GOÉS, Moacyr; CUNHA, Luís Antônio. *O Golpe na educação*. RJ: Jorge Zahar, 1985.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas, a esquerda armada brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. SP: Ática, 1987.
- GRASCIANI, Maria Stela Santos. *O Ensino Superior no Brasil: a estrutura de poder na universidade em questão*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- HUGGINS, Martha K. *Polícia e política: relações Estados Unidos América Latina*. SP: Cortez, 1998.
- IANNI, Octávio. *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. RJ: Civilização Brasileira, 1963.
- INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS. *A educação que nos convém*. RJ: APEC editora, 1969.
- LAGOA, Ana. *SNI: como nasceu, como funciona*. SP: Brasiliense, 1983.
- LEFORT, Claude. *As formas da História. Ensaio de antropologia política*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 313.
- LOPES, Moacir Araújo(General). *Moral e Civismo*. SP: Companhia Editora Nacional, 1971.
- MACEDO, Edison Flávio. *A multiversidade*. Florianópolis: Imprensa universitária, UFSC, 1968.
- MAGALHÃES, Marionilde Brephol. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.17, nº 34, p.203-220. 1997.
- MARTINS FILHO, João R. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas: papyrus, 1987.
- MARTINS, Carlos Benedito (Org.). *Ensino superior brasileiro: transformações e perspectivas*. SP: Brasiliense, 1989.
- MATHIAS, Suzeley kalil. *Distensão no Brasil: o Projeto militar: 1973-1979*. Campinas, SP: Papyrus, 1985.
- _____. *Forças Armadas e Administração Pública: a participação militar nas comunicações e na educação (1963-1990)*. Campinas, Tese de Doutorado UNICAMP, 1999.
- MATOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. Os arquivos do regime militar. In: *Histórica*, Arquivo do Estado de São Paulo, ano 2, nº 3, 2.000, pp.07-09.

- MENEZES, Luís Carlos. *Universidade sitiada: a ameaça de liquidação da universidade brasileira*. SP: Fundação Perseu Abramo, 2.000.
- NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DA UNESP / COORDENADORIA GERAL DE BIBLIOTECAS E EDITORA UNESP. SP: Editora da UNESP, 1994.
- OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1968)*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- PALERMO, Alfredo. *Estudo de Problemas Brasileiros*. (Nível superior e organização política e social). SP: LISA, 1ª edição, 1971.
- _____. *Estudos Sociais. Brasil: organização, social, econômica e política*.
- PAULINO, Leopoldo. *Tempo de resistência*. 3ª. Ed. SP: editora Oswaldo Cruz Empreendimentos, 1999.
- PIMENTA, Aluisio. *Universidade: a destruição de uma experiência democrática*. Petrópolis: vozes, 1984.
- PIMENTA, João Paulo Garrido. Os arquivos do DEOPS-SP: nota preliminar. In: *Revista de História*, nº 132, (São Paulo), 1995, pp. 149-154.
- POERNER, José Artur. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 2º ed. RJ: Civilização Brasileira, 1979.
- PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes*. SP: Cortez: Autores Associados, 1986.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. SP: Jorge Zahar Editor, 2.000.
- _____. *O AI-5: sociedade e ditadura ao sul do Equador*.
- RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. RJ: Paz e Terra, 1975.
- RODRIGUES, Neidson. *Estado, educação e desenvolvimento econômico*. SP: Cortez: Autores Associados, 1984.
- ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis: Vozes, 1978
- ROSAS, Paulo. *Para compreender a educação superior brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- RUAS, Antônio Gaspar. O ensino superior no Brasil e sua estrutura básica. In: GARCIA, Walter (org.). *Educação brasileira contemporânea: organização e funcionamento*. São Paulo: Mc Graw-hill. 3ª ed. 1978. pp. 126-164.
- SGUISSARDI, Valdemar. *Universidade, fundação e autoritarismo: o caso UFSCar*. São Paulo: Estação Liberdade: São Carlos: Universidade de São Carlos, 1993.
- SILVA, Golbery do Couto. *Geopolítica do Brasil*. RJ: José Olympio, 1967.

- SILVA, Márcia Pereira da. *Protesto e repressão no interior paulista (Franca 1966-1970)*. Franca: UNESP, 1997 (dissertação de mestrado)
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Castelo a Tancredo (1964-1985)*. RJ: Paz e Terra, 1988.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. O Golpe de 64. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon e D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *21 anos de Regime Militar: Balanços e Perspectivas*. RJ: FGV, 1994.
- SOUZA, Maria Inês Salgado de. *Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. RJ: Artenova, 1975.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. RJ: ZAHAR, 1972.
- TEIXEIRA, Anísio. A universidade de ontem e de hoje. In: *Revista Brasileira de estudos Pedagógico*. MEC, Nº 95, Vol. XLII, jul/set. 1964. pp. 27-47.
- _____. *Educação no Brasil*. Companhia Editora Nacional/MEC. 2ª Edição, 1976.
- _____. Uma perspectiva da educação superior no Brasil. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Vol.50, nº111 jul/set.1968.
- UNIVERSIDADE E REPRESSÃO: OS EXPURGOS DA UFRGS. Porto Alegre: L&PM, 1979.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. RJ: Paz e Terra, 1978.
- WESCHLER, Lawrence. *Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores*. SP: Companhia das Letras, 1990.
- WESTIN. Beatriz Westin de Cerqueira. Os Institutos Isolados de ensino Superior do Estado de São Paulo na visão do conselho universitário da USP (1947-1963). In: *História*, São Paulo, 16: 255-278, 1997.